

JANETE WEBLER CANCELIER

A AGRICULTURA FAMILIAR COMO AGENTE PRODUTORA DO ESPAÇO RURAL NO
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ - SC

Florianópolis, SC

2007

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Janete Webler Cancelier

A AGRICULTURA FAMILIAR COMO AGENTE PRODUTORA DO ESPAÇO RURAL NO
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ – SC

Orientador: Nazareno José de Campos

Dissertação de Mestrado

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis/SC, Fevereiro de 2007.

A Agricultura Familiar como Agente Produtora do Espaço Rural no Município de
Chapecó – SC

Janete Webler Cancelier

Coordenador: _____

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

Presidente: _____

Prof. Dr. Nazareno José de Campos (Orientador – GCN/UFSC)

Membro: _____

Prof. Dr. Rógis Juarez Bernardy (Membro – UNOCHAPECÓ)

Membro: _____

Prof^a. Dr^a Walquíria Kruger Corrêa (Membro-GCN/UFSC)

Florianópolis/SC, Fevereiro de 2007.

Dedico este trabalho ao meu esposo Adriano Cancelier pelo constante apoio e dedicação.

À minha amada mãe, Jacinta Webler
(*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é o resultado de um sonho conquistado, um sonho que iniciou já na graduação e foi sendo construído ao longo do período acadêmico. Muitos foram os atores que auxiliaram direta e indiretamente para a elaboração desta pesquisa, entretanto, alguns estiveram mais presentes e atuantes, fazendo-se merecedores de agradecimentos especiais.

Em primeiro momento, agradeço a Deus por me dar à sabedoria e a força necessária para desenvolver este trabalho.

À Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia pela oportunidade de seguir a caminhada acadêmica.

Ao Prof. Dr. José Nazareno de Campos pela orientação, paciência, dedicação e constantes sugestões com a pesquisa, e acima de tudo, pela amizade, pelo carinho e simplicidade.

A minhas sobrinhas, Tais, Eduarda e Daniela que com seus constantes sorrisos, choros e travessuras tornaram minhas idas a Florianópolis mais alegre.

A minhas irmãs Isabel, Mônica, Sandra e Sonia que sempre torceram por mim, me acolhendo e recebendo de braços abertos.

A meu esposo, Adriano, pelo amor, paciência e compreensão.

Aos colegas de curso, pelos momentos de estudo e de descontração.

À amiga Mirian Zenke pelo constante incentivo e amizade.

Aos professores do programa de Pós-graduação em Geografia, pelo conhecimento transmitido, em especial, a professora Walquíria Kruger Corrêa pelo carinho, amizade, incentivo e pelas significativas contribuições.

Ao professor Rógis Juarez Bernardy pelo auxílio na aquisição de dados e materiais que vieram a contribuir para a elaboração desta dissertação.

A Marli, secretária do Programa de Pós-graduação de Geografia, pela atenção dispensada durante todo o curso.

Aos agricultores e agricultoras entrevistados pela acolhida e disposição em colaborar.

Ao CNPQ, pela Bolsa de estudo, no período de março de 2006 a março de 2007.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão deste trabalho, obrigada por tudo.

RESUMO

A compreensão da realidade do espaço rural exige conhecimentos sobre a dinâmica local, assim como os processos que influenciam nas decisões dos agricultores. As constantes mudanças econômicas atuam sobre o espaço rural, proporcionando usos distintos, condicionando os agricultores familiares a se adaptarem. Desta forma, “novas” alternativas econômicas surgem para o desenvolvimento da agricultura familiar. Com base em uma metodologia fundamentada em estudos bibliográficos e de campo a presente pesquisa se propõe a compreender as transformações ocorridas no espaço rural de Chapecó - SC. A análise será focada na agricultura familiar e procurará compreender a dinâmica dos estabelecimentos de acordo com as atividades realizadas, assim como, suas relações com o mercado, e a importância das novas atividades para a revitalização do espaço rural. Igualmente observou-se uma diversidade de realidades vivenciadas pelos agricultores locais, entre os quais se destacam os agricultores em situação de fragilidade econômica e social. Os resultados da pesquisa demonstram que além das atividades agropecuárias já consolidadas como a suinocultura, o milho, feijão e a soja, os agricultores familiares passaram também a se dedicar a outras atividades para implementar rendas como: agroturismo, fruticultura, piscicultura, apicultura, agroecologia, agroindústrias familiares e a ovinocultura. Estas atividades têm gerado maior dinamismo econômico às propriedades, os retornos financeiros têm motivado os agricultores familiares. No entanto, apesar de existir projetos que buscam fortalecer a agricultura familiar, ainda persistem muitos problemas, em que diversos produtores encontram-se estagnados e excluídos do mercado. Deste modo, a sobrevivência do agricultor familiar depende de constantes desafios que precisam ser vencidos diariamente.

Palavras – Chaves: Espaço Rural, Agricultura Familiar, Alternativas Econômicas.

ABSTRACT

The understanding of the reality of the agriculture demands knowledge on the local dynamics, as well as the processes that influence in the decisions of the agriculturists. The constant changes provide distinct uses of the agricultural space conditioning the adaptation of familiar agriculturists. This way, new economic alternatives appear for the development of familiar agriculture. Using a methodology based on bibliographical and field studies the present research proposes the understanding of the transformations occurring in the agricultural space of Chapecó - SC. The analysis will be focused in familiar agriculture and will try to understand the dynamics of the establishments in accordance with the developed activities, as well as, its relations with the market, and the importance of the new activities for the revival of the agricultural space. In the same way, the reality varieties experienced by the local agriculturists was observed, and the most important one was the agriculturists in situation of economic and social fragility. The results of the research demonstrate that beyond the consolidated farming activities already as the pig culture, the maize, beans and the soy, the familiar agriculturists had also passed to dedicate themselves to other activities to implement incomes as the: agricultural tourism, fruits culture, fish culture, beekeeping, agricultural ecology, agricultural industries and the sheep culture. These activities have generated greater economic dynamism to the properties, and the financial returns have livened up the familiar agriculturists. However, in spite of the existence of projects that search to fortify familiar agriculture, many problems persist, where diverse producers are stopped and excluded of the market. In this way, the survival of the familiar agriculturist depends on constant challenges that have to be surpassed daily.

Keywords: Rural Space, Familiar Agriculture, Economic Alternatives.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL	20
1.1. A PEQUENA EXPLORAÇÃO FAMILIAR NOS CLÁSSICOS DA QUESTÃO AGRÁRIA.....	21
1.2. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E A PRODUÇÃO FAMILIAR	28
2. A AGRICULTURA FAMILIAR EM SANTA CATARINA	41
2.1. AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS LIGADAS AO RURAL NO BRASIL E EM SANTA CATARINA	42
2.1.1. Agricultura de subsistência e comercialização da sobra e sem crédito até 1966	42
2.1.2. Agricultura do custo da Revolução Verde e do crédito com juro negativo para o latifúndio 1966 – 1982	43
2.1.3. Agricultura da dívida e do juro de mercado para o agricultor familiar de 1983 – 1995.....	45
2.1.4. Período PRONAF pós 1995	47
2.2. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SANTA CATARINA.....	55
2.2.1. A região Oeste Catarinense	60
3. MUNICÍPIO DE CHAPECÓ: ASPECTOS GERAIS DA FORMAÇÃO SÓCIO- ESPACIAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR	66
3.1. O PROCESSO HISTÓRICO	68
3.2. A POPULAÇÃO	76
3.3. A ESTRUTURA FUNDIÁRIA	80
3.4. CONDIÇÃO DO PRODUTOR SEGUNDO A PROPRIEDADE DA TERRA	83
3.5. DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NO SETOR AGROPECUÁRIO.....	85

3.6. TENDÊNCIAS ATUAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR E OS MÚLTIPLOS USOS DO ESPAÇO RURAL	88
3.6.1. O papel das feiras coloniais e agroecológicas.....	100
3.6.2. O perfil sócio-econômico dos agricultores entrevistados.....	104
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS.....	127
ANEXO 1.....	139
ANEXO 2.....	141

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Evolução dos recursos destinados a agricultura (1969-2004).	31
FIGURA 2 - Dispêndios realizados com a política de crédito rural e com o Pronaf 1990 – 1999.	51
FIGURA 3 - Financiamentos rurais destinados ao Pronaf no período de 1999 - 2006...52	
FIGURA 4 - Localização do Município de Chapecó no Estado de Santa Catarina.	67
FIGURA 5 - Distribuição das localidades no Município de Chapecó – SC.....	75
FIGURA 6 - Transição entre ambiente urbano e rural em Chapecó – SC.....	78
FIGURA 7 - Condição do produtor rural de acordo com a propriedade da terra.	84
FIGURA 8 - Localização das áreas pesquisadas.	90
FIGURA 9 - Feira colonial e agroecológica do centro de Chapecó.....	101
FIGURA 10 - Comercialização da produção na feira colonial e agroecológica.	103
FIGURA 11 - Renda mensal dos estabelecimentos pesquisados.....	109

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Distribuição do crédito rural por tamanho da unidade 1990 - 1994.	47
TABELA 2 - Estrutura Fundiária de Santa Catarina por grupos de área total em 2003.	59
TABELA 3 - Estrutura fundiária da região Oeste Catarinense 1985 e 1995-1996.....	61
TABELA 4 – Distribuição População do Município de Chapecó de 1940 – 2006.....	77
TABELA 5 - Estrutura Fundiária do município de Chapecó – número de estabelecimentos por tamanho 1975-1995.	82
TABELA 6 - Pessoal ocupado por tamanho do estabelecimento e por faixa de idade no município de Chapecó em 1996.....	86
TABELA 7 - Pessoal ocupado por grupo de atividade econômica, no município de Chapecó em 1996. Faixa de idade = menor de 14 anos.....	87
TABELA 8 - Distribuição da população entrevistada segundo sexo, idade e escolaridade.....	107

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Estrutura fundiária de Santa Catarina por grupos de área total 1970 - 1995.	57
QUADRO 2 - Emancipações do município de Chapecó entre 1953 –1992.	79
QUADRO 3 - Índice de Gini da concentração da terra de Chapecó e do Estado de Santa Catarina em 1970, 1980, 1985 e 1995-1996.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACARESC** – Associação de Crédito e Assistência Rural
- AMOSC** – Associação dos Municípios do Oeste Catarinense
- APACO** – Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
- APROFEC** – Associação dos Produtores Feirantes de Chapecó
- BACEN** – Banco Central do Brasil
- CIDASC** – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
- DAP** – Declaração de aptidão ao Pronaf
- EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMBRATER** – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EPAGRI** – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICEPA/SC** – Instituto de Economia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina.
- IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica aplicada
- MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MAPA** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- NEAD** – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
- PED** – Plano Estratégico de Desenvolvimento
- PND** – Plano Nacional de Desenvolvimento
- PROCERA** – Programa Especial de Reforma Agrária
- PROGER** – Programa de Geração de Emprego e Renda
- PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PROVAP** – Programa de Valorização do Pequeno Agricultor
- SAF** – Secretaria da Agricultura Familiar
- SDRs** – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional
- SNCR** – Sistema Nacional de Crédito Rural

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasceu do interesse de estudar e entender as mudanças ocorridas no espaço rural do município de Chapecó. A análise está focada na agricultura familiar, e procura compreender a dinâmica dos estabelecimentos de acordo com as atividades realizadas, assim como, sua inserção ao mercado.

A agricultura passa por momentos de transformações. As mudanças estruturais e conjunturais das últimas décadas geraram uma nova dinâmica nas relações econômicas e sociais no espaço rural brasileiro, as quais tiveram impactos diretos sobre a estrutura e a composição do trabalho da agricultora familiar (MONTROYA, 1999 p, 210). Por sua vez, as políticas públicas não contemplam de forma satisfatória o segmento da agricultura familiar¹ e a permanência se constitui num desafio constante.

O modelo econômico vigente tem direcionado os financiamentos e incentivos para a produção de exportação, relegando os estabelecimentos com menor escala de produção, inviabilizando seu fortalecimento e desenvolvimento, dificultando ainda mais a sobrevivência e permanência do agricultor familiar no espaço rural. Neste contexto, são poucos os agricultores familiares que conseguem capitalizar-se e sobreviver dentro do atual modelo agrícola, um modelo excludente, onde as chances de crescimento são mínimas para a agricultura familiar.

Em municípios como Chapecó o fenômeno também está presente. A falta de incentivos, e de expectativas quanto ao futuro da agricultura familiar tem contribuído para a estagnação econômica dos estabelecimentos. A cada ano aumenta o índice de pessoas, principalmente de jovens, que abandonam o espaço rural e migram para a área urbana, diversos fatores contribuem para acentuar o processo de declínio econômico e êxodo rural.

¹ O conceito de agricultura familiar utilizado neste trabalho é o de Lamarche, para o qual, “a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. (LAMARCHE, 1993, p.15).

Na região Oeste Catarinense segundo Mior (2003) o quadro de relativa estabilidade da agricultura familiar visto até os anos 1980 “como exemplo de um modelo de desenvolvimento socioeconômico equilibrado,² onde a maioria dos agricultores familiares estava integrada ao mercado, passa a sofrer profundas transformações a partir de 1990”.

A partir de 1990 a produção integrada com as agroindústrias deixou de ser uma alternativa viável para parte dos agricultores familiares. A especialização da produção e a indisponibilidade de capital criaram obstáculos e restrições para a inserção econômica do segmento familiar. Deste modo, o contexto econômico apresentado não era dos melhores, a diminuição na entrada de renda e a elevação nos custos de produção levam os agricultores constantemente a buscar meios para fugir do endividamento.

Desta forma, os agricultores familiares adotam estratégias produtivas para manter o estabelecimento, a justificativa para tal ação está na necessidade de aumento de competitividade. Segundo Brumer (1999) para o agricultor familiar poder competir vantajosamente no mercado é preciso “produzir não somente aquilo que é mais adequado às condições físicas regionais, mas o que é possível vender em condições mais vantajosas em termos de preço e lucro”.

O município de Chapecó esta inserido neste contexto, uma vez que, os agricultores familiares que sobreviveram à crise dos anos de 1990 procuram meios para permanecer, praticam diversas atividades para manter a família e o estabelecimento. Neste sentido, esta pesquisa nasce do interesse de estudar e compreender o espaço rural e as transformações ocorridas na agricultura familiar do município de Chapecó. Procura-se entender as mudanças ocorridas principalmente a partir da década de 1990,

² No início dos anos 1980 a situação sócio-econômica do Oeste Catarinense era vista como modelo de desenvolvimento já que teria ultrapassado os anos 1970 sem maiores dificuldades. Enquanto outras regiões do Sul do Brasil, assim como boa parte do país, tinha sofrido fortes processos de êxodo rural, a região teria passado praticamente incólume à primeira fase da modernização agrícola. Os efeitos da modernização seriam sentidos mais tarde, particularmente nos anos 1990 (MIOR, 2003 p.78). Também deve-se considerar o processo de ocupação “tardio” que contribui para que contingentes populacionais permanecessem na terra.

analisando as possibilidades apresentadas para o desenvolvimento e fortalecimento do produtor familiar do referido município, cuja análise será focada no agricultor familiar³.

A escolha do município de Chapecó como área de estudo ocorre por este possuir 92% de sua área rural constituída essencialmente por agricultores familiares, por sua estrutura fundiária ser caracterizada pelo predomínio de propriedades com até 50 hectares e pela base econômica da região girar em torno da produção agropecuária (IBGE). O recorte temporal de 1990 a 2006, proporcionou compreender os processos que tem condicionado e influenciado o desenvolvimento dos agricultores familiares nesta nova fase.

Esta pesquisa visa aportar sobre a atual situação da agricultura familiar do município de Chapecó, podendo constituir-se num instrumento de análise que forneça elementos para o auxílio de futuras ações a serem implementadas no espaço rural. Levando-se em consideração a carência de estudos que abordem sobre a diversidade e a complexidade da realidade rural da área de estudo, acredita-se ser relevante e oportuno a realização do presente trabalho.

Neste enfoque, o objetivo central do estudo é analisar a dinâmica dos estabelecimentos de acordo com as atividades realizadas assim como sua inserção ao mercado. De forma específica, a) pretende-se compreender como estão estruturados os produtores familiares e as estratégias de (re)produção utilizadas a partir de 1990, b) analisar a influência das políticas públicas sobre a agricultura familiar, c) identificar e analisar as tendências atuais da agricultura familiar em Chapecó frente às constantes transformações nas relações de produção capitalistas no campo.

Esta abordagem pretende demonstrar de que forma os condicionantes socioeconômicos atuam sobre as dinâmicas que regem a agricultura familiar, assim

³ A categoria dos agricultores familiares não pode deter área superior a quatro módulos fiscais, quantificadas segundo a legislação em vigor. (ICEPA, 2004). O módulo fiscal é uma medida expressa em hectares, fixada em cada município, que considera o tipo de exploração predominante do município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que sejam significativas em função da renda da área utilizada e o conceito de agricultura familiar. Em função da atividade desenvolvida em Santa Catarina um módulo fiscal varia entre 18 e 23 hectares, em Chapecó um módulo fiscal corresponde a 20 hectares (INCRA, 2006).

como, a influência exercida sobre o espaço geográfico. O estudo da agricultura familiar do município de Chapecó coloca-nos diante do particular que se articula com o geral. Neste sentido, problematizar o espaço geográfico é considerar essa relação. Refletir sobre “seus conteúdos simbólicos e materiais possibilitam responder a questão de como se forjam desigualdades a partir da articulação do espaço da função política com outras dimensões do espaço da sociedade” (CASTRO, 1993).

O problema que nos desafiou na pesquisa, foi compreender as questões que giram em torno da explicação da permanência do agricultor familiar e de suas estratégias de sobrevivência e reprodução enquanto unidade familiar. A pesquisa caracteriza-se por ser de abordagem qualitativa e quantitativa, para seu desenvolvimento utilizaram-se os seguintes procedimentos: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a pesquisa de campo e as análises.

O levantamento de dados foi realizado junto a órgãos públicos e associações entre as quais se destacam a empresa de pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina/Centro de Pesquisa para pequenas propriedades (EPAGRI/CPPP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), Associação dos Municípios do Oeste Catarinense (AMOSC), Instituto de Economia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina (ICEPA/SC), Associação dos pequenos agricultores do Oeste Catarinense (APACO), Associação dos Produtores Feirantes de Chapecó (APROFEC), Sindicatos rurais e Prefeitura Municipal de Chapecó.

Esta fase do estudo permitiu o acesso a informações históricas, econômicas, sociais e estruturais, sobre a região. Através da análise histórica, em diferentes temporalidades, tornou-se possível compreender os processos que envolvem a agricultura familiar de Chapecó, assim como, os elementos que condicionam a vitalização de determinadas áreas e a regressão de outras. Para facilitar a compreensão os dados são visualizados em forma de tabelas, quadros e figuras.

Na seqüência foram realizadas três entrevistas semi-estruturadas junto ao Secretário de Agricultura Municipal de Chapecó, a Epagri e ao representante da Associação dos

agricultores feirantes de Chapecó. A finalidade foi compreender a importância da agricultura familiar para o município de Chapecó e quais ações estão sendo tomadas pelos agentes públicos municipais para dinamizar os espaços rurais que se encontram debilitados economicamente. Essas entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro mínimo de questões chaves. Objetivando dar espaço e liberdade ao entrevistado possibilitando o complemento de informações respectivas ao tema de pesquisa.

O universo de pesquisa foram 20 estabelecimentos familiares. A pesquisa de campo foi realizada nestes, onde se aplicou, aleatoriamente, questionários com questões abertas e fechadas, cuja amostragem buscou cobrir todos os tipos de agricultura praticados na área de estudo. Neste estudo não se busca uma representatividade estatística da amostra, mas sim uma abrangência capaz de dar conta da diversidade de produtores e de produção existentes na área de estudo. Posteriormente os dados coletados foram analisados tabulados e relacionados entre si dando origem a tabelas, gráficos e mapas.

Imagens de satélite e fotografias complementam para a visualização da área de estudo. O trabalho de campo foi realizado em diversas comunidades rurais e nas feiras coloniais e agroecológicas de Chapecó, proporcionando uma visão real do cotidiano, da vivência e da heterogeneidade da agricultura familiar. As informações obtidas nas entrevistas foram de vital importância para a compreensão da dinâmica que envolve o espaço rural e a agricultura familiar de Chapecó. Desta forma, o estudo apresentado em seqüência está estruturado em três capítulos além da introdução e das considerações finais.

O primeiro capítulo considera o referencial teórico conceitual, onde se realiza uma análise histórica acerca dos clássicos da questão agrária e das abordagens teóricas que prevêm tanto o desaparecimento quanto a continuidade do segmento agrícola familiar. Busca-se em Kautsky, Marx e Lênin, identificar os elementos que levariam ao desaparecimento da pequena unidade agrícola familiar. E em Shanin, Kostas Vergapoulos, Chayanov e Lamarche as razões da permanência e da continuidade da unidade agrícola familiar. Na seqüência, se realiza uma análise sobre a

modernização da agricultura e sua influência perante a agricultura familiar, assim como a importância da produção familiar no cenário econômico nacional.

No segundo capítulo busca-se explicitar alguns debates sobre a agricultura familiar em Santa Catarina. As questões analisadas referem-se às políticas públicas destinadas a agricultura familiar particularmente a partir de 1990 com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Posteriormente uma reflexão a cerca da caracterização geográfica da agricultura familiar no Estado, assim como, as mudanças que vem ocorrendo com o segmento na região Oeste Catarinense.

No terceiro capítulo será apresentada uma explanação sobre os aspectos gerais da formação sócio-espacial e da agricultura familiar de Chapecó, analisando-se a formação e ocupação do município com o objetivo de demonstrar os elementos que condicionam a dinâmica do espaço rural e da produção familiar. Em seguida, busca-se explicitar as tendências atuais da agricultura familiar e os múltiplos usos do espaço rural, cujo objetivo é demonstrar como estão estruturados os produtores familiares do município, as atividades realizadas, as estratégias de desenvolvimento rural adotadas, o papel das feiras coloniais e agroecológicas, assim como a viabilidade econômica em manter-se a produção familiar. Se discutirá também neste capítulo as novas tendências colocadas para o desenvolvimento do espaço rural e do produtor familiar a partir de 1990.

1. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

Esta pesquisa inicia fazendo uma reflexão acerca dos processos que influenciaram as transformações no espaço agrário brasileiro e particularmente sobre a agricultura familiar. Através da literatura buscou-se compreender a complexidade dos fenômenos e o modo pelo qual as transformações foram ocorrendo no meio rural brasileiro.

Para compreender e analisar tais questões fez-se necessário remeter a diversas abordagens, que englobam elementos da Sociologia, Antropologia, Agronomia, Economia, Geografia, e outros. Estas abordagens permitiram ampliar conhecimentos e compreensão sobre o atual momento da agricultura familiar no Brasil e no mundo, assim como, definir uma base teórica que contemple os elementos empíricos da área de estudo.

Desta forma, se apresentará, num primeiro momento, um resgate histórico sobre os clássicos da questão agrária e uma análise das abordagens teóricas que prevem tanto o desaparecimento quanto a continuidade do segmento agrícola familiar, procedendo-se em seguida a uma análise sobre a modernização da agricultura e a influência deste processo sobre a agricultura familiar.

1.1. A PEQUENA EXPLORAÇÃO FAMILIAR NOS CLÁSSICOS DA QUESTÃO AGRÁRIA

O mundo rural da modernidade tem se surpreendido com a manutenção, permanência, capacidade de transformação e de mudança do espaço rural. Sistemáticamente tem-se anunciado o “fim do pequeno estabelecimento de exploração familiar⁴, pois se vêem nele vários atributos, econômicos, sociais e culturais, à margem da lógica capitalista” (SILVA & HESPANHOL, 2005).

Neste sentido, o desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura levou diversos autores a relatarem a tendência ao desaparecimento da pequena unidade agrícola familiar. Esse desaparecimento ocorreria através da apropriação do grande capital de toda atividade agrícola. Os atores que fariam parte da agricultura capitalista seria o proprietário fundiário, o empresário capitalista e o trabalhador assalariado. Nesta conjuntura, não haveria espaço para os pequenos estabelecimentos agrícolas.

Kautsky (1980), em A Questão Agrária, demonstrava a “superioridade da grande exploração capitalista sobre a exploração familiar e a inutilidade de se procurar frear o movimento que o capitalismo promove de expropriação”. O referido autor, também previu que o desaparecimento de muitas explorações minúsculas é a condição para a existência de uma grande exploração. Utilizava este argumento por considerar a grande exploração agrícola superior técnica e economicamente perante a pequena. Portanto, segundo Abramovay (1992), a teoria de Kautsky procurava “provar teoricamente que o estabelecimento familiar era inviável, visto que, o valor adquirido com a venda dos produtos não cobria sequer a sua própria subsistência”.

Fato semelhante também pode ser percebido nos estudos de Marx (1985), quando este salienta que “somente a grande indústria fornece, com as máquinas, a base constante da agricultura capitalista, expropria radicalmente a imensa maioria do

⁴ Neste estudo o termo pequeno estabelecimento de exploração familiar corresponde a unidade agrícola com área inferior a 20 hectares. Já os termos unidade agrícola familiar e unidade de exploração agrícola familiar possuem o mesmo significado, referem-se a categoria dos agricultores familiares.

povo do campo e completa a separação entre a agricultura e a indústria artesanal rural doméstica”.

Kautsky e Lênin ao analisar as mudanças que atingiram a agricultura nas últimas décadas do século XIX, ante a penetração do capitalismo no campo, preconizaram que no decorrer do tempo haveria a tendência ao desaparecimento do pequeno estabelecimento.

Para esses autores haveria segundo Eliane Paulino (2005), uma “incompatibilização entre as condições produtivas características da agricultura de base familiar e local com as novas demandas impostas por um modo de produção que tinha a necessidade de operar em escala planetária”. Em outras palavras, esses autores assinalaram que por excelência, sobreviveriam tão somente os produtores dotados de capacidade financeira e visão empresarial que permitisse operar com uma lógica de mercado abrangente.

Neste contexto, fica evidente que para os autores citados, somente os agricultores em condições financeiras favoráveis sobreviveriam no sistema capitalista. As relações estabelecidas entre agricultura e indústria acabariam por determinar o desaparecimento das pequenas unidades agrícolas.

Entretanto, as previsões tanto de Lênin, como as de Kautsky, na maior parte dos casos, não se realizaram. No capitalismo contemporâneo, apesar das transformações que ocorrem no espaço rural e da visível exclusão de parcelas de agricultores, a produção agrícola familiar persiste em diversos países.

Nesta linha de raciocínio, destaca-se que além da abordagem teórica que prega o desaparecimento do produtor familiar, também há abordagens teóricas que prevêm a continuidade do segmento familiar. Neste sentido, as particularidades, a diversidade, do espaço rural, assim como, os aspectos conjunturais e por vezes o interesse do próprio grande produtor permitem a persistência do produtor familiar.

É absolutamente essencial compreender-se a complexidade, a natureza e a eficiência da agricultura familiar. Segundo Porto (2003), deve-se ter em mente que,

“sendo esta uma unidade de produção não capitalista, a força de trabalho não é transformada em mercadoria e o lucro não é seu único objetivo, a sua racionalidade econômica não será a mesma de um empresário capitalista”.

Nesta concepção, o agricultor familiar continua a desenvolver mecanismos para sobreviver e desenvolver o estabelecimento agrícola familiar. As “pequenas unidades agrícolas persistiriam ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante” (SHANIN, 1980). Os agricultores familiares continuariam a existir correspondendo a unidades agrícolas diferenciadas, em estrutura e tamanho.

Vergapoulos (1997) argumenta que a pequena unidade agrícola consolidou-se no século XX, como uma velha forma, mas carregada de novo sentido. Em conformidade com o autor “é o capital que assegura as formas e distribui os sentidos, apropriando-se deles, a unidade dos sentidos é assegurada através de, e graças a, uma multiplicidade de formas”. Neste contexto, o espaço agrário se transforma constantemente, se ajusta às demandas de mercado, e a multiplicidade de formas tem permitido a continuidade e o desenvolvimento do agricultor familiar.

Os apontamentos de Chayanov também fazem parte da perspectiva que demonstrava a resistência e continuidade do produtor familiar no sistema capitalista. De acordo com Chayanov (1974) “os capitais tomam conta das estruturas já existentes na agricultura, fazendo-as partes integrantes do grande mundo econômico, sem entretanto destruí-las”. Deste modo, à medida que o capital vai se inserindo no meio rural diversos processos se manifestam, e o produtor familiar é levado a criar mecanismos para se manter e se adaptar a este modelo.

O referido autor considera, em seus estudos, a organização interna da unidade familiar. Trabalha com a teoria da exploração doméstica e o balanço entre trabalho e consumo. Salaria que os condicionantes que determinam o nível de produtividade dependem tanto de fatores próprios da unidade de exploração como de fatores econômicos gerais como: a relação com o mercado e a situação do mercado local. No entanto, também evidencia que as condições naturais e as tecnologias são fatores

determinantes ao desenvolvimento da agricultura familiar. Argumenta ainda que, não se pode explicar totalmente a heterogeneidade pela diferenciação social. As situações de mercado favoráveis ou desfavoráveis podem facilitar ou dificultar a atividade de acordo com seu próprio crescimento, uma intensa crise econômica pode debilitar o crescimento das unidades de exploração familiar.

A abordagem teórica de Chayanov baseou-se na idéia de que os produtores familiares utilizam estratégias para manter a unidade. O propósito fundamental da sobrevivência da unidade agrícola familiar é a satisfação das necessidades da família e não obter ou acumular lucros, ainda que praticasse pequenas trocas mercantis.

Especificamente neste estudo, sobre as transformações ocorridas na agricultura familiar de Chapecó, se alinha à abordagem teórica que prevê a resistência e a continuidade do agricultor familiar⁵, pois compreende que apesar das contínuas transformações ocorridas no espaço agrário, a agricultura familiar persiste como um espaço de novas funções, porém com usos diferenciados do território.

O suporte teórico tomará por apoio diferentes autores que tratam do assunto, no entanto, sua base estará fundamentada em Lamarche. A análise de Lamarche está focada na agricultura familiar e procura compreender as lógicas e os modelos que influenciam o funcionamento da propriedade familiar, particularmente através do grau de integração com o mercado.

As pesquisas de Lamarche (1993, 1998) foram realizadas com uma equipe internacional de pesquisadores em países como a França, Canadá, Tunísia, Polônia e Brasil. Nestes estudos, os pesquisadores realizaram uma análise da exploração familiar e seu modo de funcionamento em diferentes realidades sociais e econômicas. E partem do pressuposto de que, independentemente de quais sejam “os sistemas sóciopolíticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre em maior ou menor grau, assegurada

⁵ Minimamente os agricultores familiares do Oeste Catarinense estão transformando parte de seus filhos em “capitalistas” consumidores (bens e serviços) no espaço urbano. Através da mobilidade regional, ocorre à inserção às atividades econômicas urbanas. Esse processo está relacionado às estratégias de reprodução do sistema capitalista.

pela agricultura familiar”. Constata ainda que existe grande diversidade e situações e que,

[...] em alguns lugares, a exploração familiar é a ponta de lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado; em outros, permanece arcaica e fundada essencialmente sobre a economia de subsistência; em alguns lugares, ela é mantida, reconhecida, como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade como um todo; em outros, ao contrário, é excluída de todo desenvolvimento, sendo desacreditada, isso quando não chegou a ser totalmente eliminada [...]⁶.

O autor expressa que a agricultura familiar não é uma forma social residual, transitória ou em vias de desaparecimento. Ela ocupa um espaço próprio nas sociedades modernas, capitalistas ou socialistas, se apresentando de maneira multiforme e diversa. Esta diversidade seria resultado da capacidade de adaptação a contextos sociais e políticos diversos em que a agricultura familiar é exposta historicamente.

No volume II de seu livro (do mito à realidade), Lamarche (1998) afirma que a “partir do momento em que decidimos analisar a agricultura familiar no contexto de suas relações com a economia de mercado, a noção de dependência se torna um conceito de análise incontornável”. Neste sentido,

[...] a capacidade de adaptação das unidades agrícolas familiares diante dos diferentes acontecimentos imprevisíveis, suscetíveis de comprometer seu desenvolvimento e, às vezes, até de ameaçá-los, depende, em grande parte, de seu grau de dependência. Esta dependência pode ser analisada com parâmetros diversos entre eles a dependência tecnológica, a dependência financeira e a dependência do mercado [...]⁷.

⁶ LAMARCHE, Hugues. 1993 p. 13.

⁷ LAMARCHE, Hugues. 1998. p. 239.

A partir desta concepção percebe-se que, ao se estudar a realidade da agricultura familiar é fundamental identificar a influência dos fatores externos e internos como: as políticas públicas, a disponibilidade de créditos, o acesso a mercados, a escolaridade, conhecimento técnico, capitalização, o endividamento etc. Estes elementos podem ser determinantes para o diagnóstico da realidade da agricultura familiar. Todavia, também é importante ressaltar que cada unidade de produção agrícola está inserida numa rede de laços, e que as mudanças verificadas no espaço rural local também são reflexos das mudanças ocorridas na economia global.

Levando em consideração a complexidade e a heterogeneidade da agricultura familiar Lamarche (1993) admite que as explorações familiares não podem ser compreendidas em um único modelo, “num mesmo lugar e em um mesmo modelo de funcionamento as explorações familiares dividem-se em diferentes classes sociais segundo suas condições objetivas de produção, superfície, grau de mecanização, nível técnico e capacidade financeira”. Neste sentido, conforme a relação entre dependência e o grau de integração no mercado Lamarche (1998) elege diferentes modelos em que a agricultura familiar se expressa como⁸:

O modelo empresa: caracterizado por relações de produção pouco familiares e fortemente dependentes, grupo pouco ligado à noção de patrimônio familiar. A força de trabalho utilizada é externa, (assalariamento permanente ou temporário). Tem como objetivos fundamentais produzir para vender e realizar lucro, pelo menos o suficiente para remunerar sua força de trabalho. **O modelo empresa familiar:** muito dependente, a família tem importância primordial, a organização do trabalho estrutura-se em torno da mão-de-obra familiar, o futuro da unidade é pensado em termos de reprodução familiar. A produção é pensada em termos de renda agrícola e o trabalho em termos de salário. **O modelo de subsistência:** forte predomínio das lógicas familiares, e fraca dependência em relação ao exterior, produzem pouco e utilizam técnicas tradicionais, o objetivo é satisfazer as necessidades básicas familiares. **O modelo agricultura familiar moderna:** busca a diminuição constante do papel da família nas relações de produção e a maior autonomia possível. O objetivo é a formação de uma exploração

⁸ Ibidem, p 67 – 71.

agrícola organizada sobre a base do trabalho assalariado para a obtenção de um ganho máximo. Em termos absolutos, esse modelo representa um modo de funcionamento que teria se libertado das limitações familiares materiais, mas principalmente morais e ideológicas, e das dependências técnico-econômicas.

Os quatro modelos representam situações extremas, muito familiar e muito dependente, pouco familiar e pouco dependente. Desse modo, a agricultura familiar não pode ser entendida como um modelo de produção homogêneo. Sua existência depende dos meios que dispõe para gerir três exigências: “o apego a seus valores tradicionais; o projeto que tem para si próprio e para sua família e as limitações ligadas a seu ambiente imediato como: meio natural, condições econômicas, sociais e políticas” (LAMARCHE, 1998).

Neste contexto, a exploração familiar deve ser analisada em seu conjunto e compreender seu funcionamento significa colocar em evidência as diferentes lógicas em função da qual o agricultor determina suas escolhas fundamentais. Cada vez mais, as “transformações verificadas no meio rural resultam da combinação de múltiplos fatores: internos e externos, micro e macroestruturais, locais e globais” (Cabral, 2004). Entende-se que se trata de processos que atuam sobre as formas de funcionamento e de regulação da produção agropecuária, dentre os quais se sobressaem:

[...] a globalização crescente de certos segmentos da economia, a presença cada vez maior de instâncias internacionais ou (macro)regionais (organizações, empresas, governos) na regulação da produção e do comércio agrícola, as transformações pós-fordistas das relações de trabalho e a profunda crise que atingiu os diversos setores das sociedades modernas, o peso cada vez maior da problemática ambiental e da demanda social por produtos agrícolas de qualidade no âmbito das novas políticas de desenvolvimento rural, sobretudo na União Européia e na América do Norte [...]⁹.

Deve-se considerar a “interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é o

⁹ CABRAL, Luiz Otávio. p.21.

trabalho e a política” (SANTOS & SILVEIRA, 2001). Assim, a exploração familiar transforma-se, adapta-se em função de sua história e do contexto econômico, social e político no qual sobrevive e está inserido. Buscando compreender estas questões, verifica-se a seguir a influência da modernização da agricultura sobre a produção familiar.

1.2. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E A PRODUÇÃO FAMILIAR

Autores como Hoffmann (1967), Furtado (1972), Araújo (1975), Guimarães (1977), Prado Júnior (1979), Castro (1979), entre tantos outros, vem desde a década de 1960 – 1970, desenvolvendo, de forma geral, trabalhos sobre a importância da agricultura para o cenário econômico nacional. Na atualidade, o debate está presente e as “questões em torno da agricultura familiar, longe de aparecerem como situações pontuais e localizadas, alcançaram uma dimensão universal” (LAMARCHE, 1998).

Evidencia-se, portanto, que as questões ligadas à agricultura sempre estiveram presentes em estudos acadêmicos e debates políticos, constituindo-se de vital importância compreendê-las, pois, somente desta maneira, será possível propor alternativas que auxiliem seu desenvolvimento.

Compreender todos os processos que envolvem a questão agrária no Brasil não é tarefa fácil, nem objetivo desta pesquisa. A heterogeneidade é característica relevante deste espaço, ocorrem diversas formas, técnicas de produção, de organização social e o homem, é o “ator que anima as formas espaciais, dando-lhe vida, atribuindo uma função que a cada momento histórico, vai se modificando” (SANTOS, 2004).

O modelo de agricultura vigente é resultado de diversos fatores. Neste sentido, pode-se destacar que o espaço geográfico não é inerente as ações humanas, ele

próprio é parte dessas ações, é reflexo e condição das materializações do processo de reprodução da sociedade¹⁰.

Deste modo, para compreender-se as mudanças ocorridas no espaço agrário brasileiro precisa-se estar ciente das nuances que envolvem este espaço. A análise da agricultura deve ser feita no bojo da compreensão dos processos de desenvolvimento do modo capitalista de produção em nível mundial. Desta forma, concorda-se com Santos (2001), quando aponta que a “economia de todos os países conhece um processo de internacionalização, sendo que, a base de regulação está no espaço nacional guiada pelos interesses globais”.

As mudanças atuais em curso na agricultura são da natureza global e geral. Global por não ocorrer como um fenômeno localizado e geral por atingir toda a base do padrão tecnológico produtivista desenvolvido desde o Pós-Segunda Guerra. Trata-se de transformações nas “políticas agrícolas, no comércio internacional, nas bases científicas e tecnológicas, nos padrões de consumo, na organização da pesquisa e nos próprios mercados agrícolas” (ROMEIRO, 1998).

O processo de transformação da base técnica da agricultura brasileira atinge seu auge em meados dos anos de 1960. Esta ficou conhecida como a fase da industrialização pesada brasileira, sendo impulsionada no período de 1956 – 1960 pelo Plano de Metas¹¹. Neste período ocorrem mudanças significativas no setor agrícola brasileiro e o capital passa gradualmente a “libertar” os produtores das condições naturais.

Na década de 1970 acelerou-se o processo de modernização da agricultura brasileira e as mudanças tornaram-se mais significativas. Através da “implementação de um conjunto de medidas de política agrícola, o Estado colocou-se como viabilizador

¹⁰ PERTILE, Noeli. 2004. p.2.

¹¹ O Plano de Metas perseguia um conjunto de objetivos setoriais que priorizavam a integração vertical da indústria, o capital social básico e a continuidade da substituição de importações. As peças básicas para implementar o plano foram o tratamento favorável à entrada de capital estrangeiro, incentivos cambiais, regionais e creditícios ao investimento direto. O setor público encarregou-se da implementação de uma infra-estrutura de serviços de financiamento dos investimentos industriais. (Maiores informações consultar MONTROYA, Marco A; GUILHOTO, Joaquim J. M. 1999).

das transformações que se desenvolveram no campo” (GRAZIANO, 1999). O processo ocorreu de forma parcial e desigual, atingindo somente algumas regiões e determinados tipos de produção.

O período histórico de 1965-1980 também se constitui na fase de desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial / urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público. Esta integração ocorreu principalmente via Complexos Agroindustriais. E para os pequenos estabelecimentos que conseguiam sobreviver restava “organizar-se em novas bases técnicas, especializando-se numa cultura ditada pelo mercado ou pela agroindústria” (TEDESCO, 1999).

Na Figura 1 é possível visualizar os recursos destinados a agricultura brasileira no período compreendido entre 1969 – 2004. Analisando-a se observa que o maior volume de recursos destinados à agricultura ocorreu entre os períodos de 1975 e 1982, elementos estes que confirmam o interesse do governo pela modernização da agricultura. Em 1979 segundo o Banco Central do Brasil (BACEN) foram destinados R\$ 103.398.472.511, maior recurso disponibilizado no período compreendido entre 1969 – 2004. O instrumento utilizado foi o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

Nos períodos posteriores a 1986 houve queda gradativa dos recursos destinados a agricultura. No ano de 1995 foi destinado para a agricultura R\$ 17.205.837.636, valor este inferior ao investimento realizado em 1969 que foi de R\$ 20.509.593.233. No entanto, a partir do ano de 2000 começa a haver uma pequena elevação dos recursos destinados à agricultura, chegando ao ano de 2004 a R\$ 40.446.483.895 (BACEN).

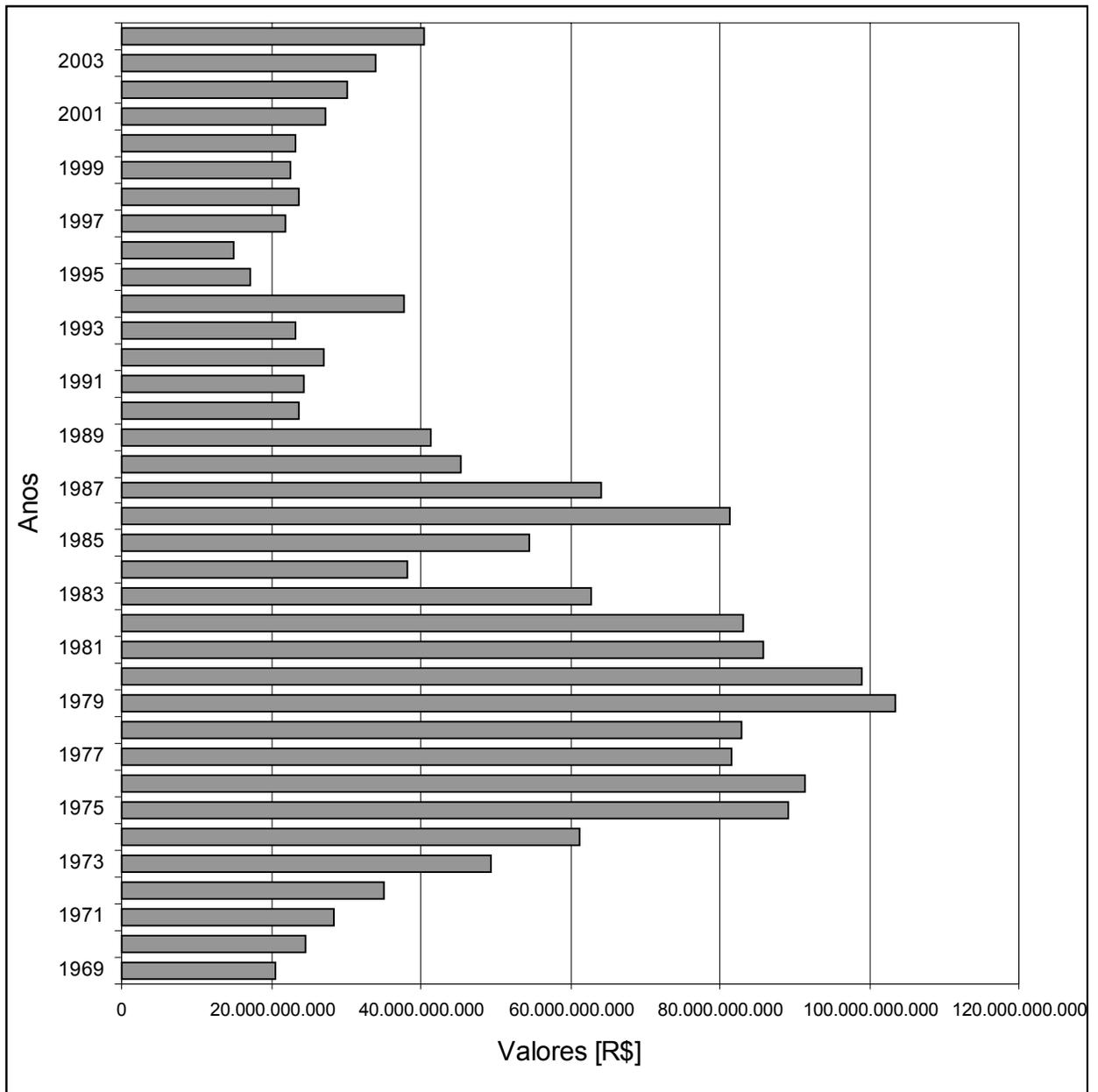


FIGURA 1 - Evolução dos recursos destinados a agricultura (1969-2004).

Fonte: Banco Central do Brasil – Anuário estatístico do crédito rural.

Organizado por Janete W. Cancelier (2006).

É inegável que o principal instrumento utilizado para promover as transformações no espaço rural brasileiro foi a concessão do crédito subsidiado. Este modelo de agricultura atingiu diretamente os produtores familiares, cujas mudanças impostas não foram absorvidas por aqueles que não dispunham de capital suficiente para modernizar sua propriedade. O fato de a modernização ter se centrado no amplo emprego de

máquinas e de insumos de origem industrial trouxe consigo um requisito de recursos financeiros não atingido pela grande massa de agricultores familiares do país.

Igualmente concentrou terra e renda nas mãos de poucos, agravando as disparidades regionais entre as áreas rurais. Nesta conjuntura, Bernardy (2005) afirma que,

[...] a classe minoritária concentrou riquezas e gerou um quadro complexo no setor agrário brasileiro. As transformações excludentes do meio rural no Brasil não foram acompanhadas de modificações estruturais, ao contrário, em determinadas regiões agravou-se o quadro pré-existente [...] ¹².

O processo de modernização da agricultura (através da importação de máquinas, insumos, extensão rural, etc.) plenamente interligado ao processo de industrialização (já com as máquinas e insumos produzidos no Brasil), conjugando-se ainda às inúmeras mudanças ocorridas nas relações de trabalho, propiciou a constituição dos Complexos Agroindustriais – CAI's.

Com a consolidação dos CAI's, a dinâmica da agricultura passou a ser apreendida a partir da “dinâmica conjunta da indústria para a agricultura e agricultura para agroindústria, remetendo o domínio do capital industrial e financeiro ao sistema global de acumulação” (KAGEYAMA, 1990).

Conseqüentemente, as novas formas e dinâmicas sociais da agricultura elevaram os padrões de desenvolvimento, não estando acessível a todos os agricultores e em especial aos agricultores familiares. Este processo estabeleceu um movimento de exclusão principalmente dos agricultores menos capitalizados. Desse modo, o espaço rural pode ser visto como um espaço dinâmico que segundo Moreira (1998), “se expressa tanto pela interação de determinadas formas sociais e processos produtivos quanto pela exclusão de outras formas e processos produtivos, é um espaço de integração e exclusão”.

¹² BERNARDY, Rógis Juárez. 2005 p. 64.

As profundas transformações ocorridas na agricultura e no espaço rural brasileiro traduziram-se segundo Ferreira (1998) numa “parcial e setORIZADA modernização produtiva, no esvaziamento populacional deste espaço e em novas dinâmicas sociais, econômicas e ambientais”. Com efeito, o capitalismo ao se apropriar do campo, produz formas desiguais, combinadas e muitas peculiaridades. Esses intensos processos de transformação não se restringem apenas ao espaço rural, se estendem e se manifestam em todos os espaços.

O IBGE em sua publicação Brasil: uma visão geográfica dos anos 80, afirma que,

[...] a modernização da agricultura deve ser compreendida num contexto mais amplo dos interesses nacionais e transnacionais, fica evidente que somente alguns produtores, com os quais houvesse um particular interesse, por parte das forças sócio-políticas controladoras do movimento geral da agricultura do país, seriam envolvidos num primeiro momento do surto modernizador [...]¹³.

Salienta ainda tal publicação, que no Sul do país a reestruturação técnico-produtiva operou sobre uma base fundiária com dominância de pequenas unidades de exploração familiar. Os “instrumentos de trabalho, a produção e o sistema em que as novas forças produtivas se inserem, tornaram-se internacionais, com as firmas multinacionais ditando as regras” (SANTOS, 1997). Desse modo, a nova organização da economia agrícola impôs reduções substanciais no número de agricultores que possuíam pequenos estabelecimentos agrícolas.

Contudo, é preciso observar, que o “capitalismo está em expansão tanto no campo quanto na cidade, ditando a lei da reprodução crescente e ampliada” (MARTINS, 1983). A tendência do capital é a de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção.

Visto que, a agricultura familiar está conectada nesta rede ela também é atingida pelos processos que regem o sistema capitalista. Nesta linha de pesquisa é válido

¹³ BRASIL: 1988, p.103.

salientar o trabalho de Graziano da Silva (Tecnologia e Agricultura Familiar), onde é demonstrado que,

[...] O caminho da tecnificação coloca, necessariamente, os pequenos produtores na concorrência intercapitalista. É uma corrida cujo ritmo é dado pela acumulação e, por mais que corram, são poucos os que conseguem ao menos manter-se no mesmo lugar, ou seja, sobreviver como pequenos produtores. A maioria, em situação já desfavorável desde a partida, vai ficando relativamente para trás até que seja obrigada a abandonar a corrida, confirmando, assim, o caráter excludente da modernização capitalista no campo [...]¹⁴.

Nesta lógica, é possível compreender que os obstáculos são sempre maiores para os produtores com menos condições financeiras. Por não apresentarem garantias financeiras suficientes para ter acesso ao crédito os agricultores familiares foram deixados de lado, sendo excluídos. O bloqueio¹⁵ financeiro restringiu o desenvolvimento das unidades agrícolas familiares. A partir desta concepção evidencia-se que a seletividade de agricultores que poderiam acessar os subsídios pode ser considerada uma situação de bloqueio, na qual, os agricultores familiares menos capitalizados foram excluídos do processo.

Ao longo de sua história, o agricultor familiar brasileiro sempre esteve confrontado, sob diversas formas, ao latifúndio dominante. Escapar de sua órbita imediata, “assegurando os meios de sua própria independência, sempre foram os objetivos maiores desse enorme contingente de pequenos agricultores disseminados em todas as regiões do país” (LAMARCHE, 1998).

Todavia, é importante perceber que o agricultor familiar não é independente, nem está desconectado do circuito global do capital, ao contrário encontra-se de diversas formas subordinado a esse circuito. A esse respeito Graziano (1999) assinala que, as “transformações impostas pelo desenvolvimento do capital na agricultura

¹⁴ GRAZIANO DA SILVA, José. 1999. p.59.

¹⁵ Neste estudo, a noção de bloqueio corresponde a uma situação que não permite ao chefe da exploração colocar em prática as estratégias para garantir a sobrevivência da unidade familiar.

brasileira operam no sentido de tornar as unidades familiares cada vez mais dependentes dos mecanismos estruturais do mercado”.

Ainda considera que, essa dependência se apresenta em vários níveis como: na obtenção dos seus meios de vida; na compra de suas mercadorias, instrumentos de trabalho e terra; na venda de suas mercadorias em grau crescente; no financiamento de seus gastos correntes e investimentos e no mercado de trabalho, tanto fornecendo temporariamente sua força de trabalho para as grandes propriedades como contratando eventualmente empregados para complementar a força de trabalho familiar.

Deste modo, fica evidente que a agricultura familiar tem papel relevante dentro da economia capitalista, atua sob diversas formas, desde a produção de hortifrutigranjeiros até o fornecimento de matérias primas para as indústrias de transformação.

No entanto, apesar de sua importância existem diversos mecanismos e barreiras criados pelo sistema que dificultam sua expansão. Moreira (1998) considera que a “impossibilidade de captação de lucros como norma de operação desse setor de proprietários trabalhadores implica reconhecer, teoricamente, a subordinação indireta de seu trabalho ao capital”. Este autor relata ainda que, “esse é o campo de atuação que o processo de valorização do capital reserva à produção familiar, em suas facetas industrial, comercial e agrícola”.

É possível perceber que historicamente os agricultores familiares são excluídos em detrimento dos patronais. Os patronais são beneficiados diretamente pelo poder político instaurado e pelo sistema econômico. Do século XVI ao século XX são mais de 500 anos em que os agricultores familiares da América Latina lutam para resistir contra a expropriação.

Entre os antecedentes agrários ao século XX, que fornecem elementos para comprovar a opção do capitalismo pelo latifúndio tem-se: a divisão de terras através das capitâneas hereditárias, e posteriormente em sesmarias, a formação da produção

voltada ao mercado consumidor externo, com base produtiva alicerçada nos grandes estabelecimentos rurais, a escravatura, a Lei de Terras de 1850, entre outros.

Com a Lei de Terras todo acesso a terra passou a ocorrer via compra, esta passa a ter fins mercantis. A Lei foi criada pela elite agrária, visando dificultar o acesso a terra pela população que tivesse impossibilidades financeiras de comprá-la. Evidentemente esta elite se beneficiou duplamente, visto que, inicialmente não adquiriu a terra via compra e posteriormente criou a Lei mantendo a concentração fundiária e a estrutura agrária existente.

Este é um acontecimento que ainda provoca efeitos agrários na atualidade, o acesso a terra está cada vez mais restrito, impossibilitando o crescimento e o desenvolvimento da agricultura familiar. Brumer (1997) destaca que no Brasil a pequena unidade agrícola familiar “nasceu sob o signo da precariedade jurídica, econômica e social, especialmente a terra, com caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção”. Neste contexto, a história do pequeno proprietário brasileiro apresenta, desde sua origem um caráter regional, bastante acentuado. Na qual Brumer (1997 p. 182) evidencia que,

[...] no Nordeste, os pobres livres do campo, eram considerados grupos diferenciados, que se caracterizavam por seu isolamento, pobreza e pela agricultura de subsistência. Após a abolição dos escravos (1888), foram absorvidos como trabalhadores nos grandes estabelecimentos, onde conheceram uma degradação de suas condições de vida, seguidas pelo aprofundamento de seu isolamento, da marginalidade e do empobrecimento de suas comunidades. Na região semi-árida as populações pobres se instalaram nos fundos de vale, buscando um espaço para a subsistência, sofriam a pressão dos criadores de gado cujos rebanhos invadiam os campos na época da seca. Em São Paulo a agricultura dos caboclos era igualmente itinerante e rudimentar, os trabalhadores estrangeiros que a partir da segunda metade do século XIX, constituíram a força de trabalho das fazendas de café, reforçaram o contingente dos agricultores de subsistência dependentes das grandes explorações. Na região Sul, estabeleceu-se certa divisão espacial entre os pampas, onde o grande estabelecimento se instala a partir do século XVIII, e as regiões montanhosas, onde os pequenos agricultores imigrantes europeus se instalam no século XIX. Contudo, a exigüidade das terras disponíveis e a extrema precariedade dos sistemas de cultura provocarão freqüentemente o declínio da economia e forçarão essas populações a novas migrações [...].

Também faz parte da história e da trajetória da agricultura familiar a criação do Estatuto da Terra. A partir do Estatuto, a propriedade da terra passa a ter que cumprir sua função social, ultrapassando a visão da terra como uma mercadoria, tão presente na Lei das Terras de 1850. “O Estatuto regulou os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola¹⁶”.

Neste enfoque, a reforma agrária seria o instrumento utilizado para promover a distribuição das terras e atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. No entanto, as propostas embutidas no Estatuto da Terra não se efetivaram “em virtude do comprometimento das alianças políticas estabelecidas entre os políticos militares e os proprietários de terras” (ELICHER, 2002).

No que se refere aos projetos de desenvolvimento rural previsto no Estatuto da Terra, resumiram-se, “em alguns investimentos em infra-estrutura específica para determinadas regiões ou projetos rurais, reforçando o movimento de valorização da propriedade territorial” (DELGADO, 1985). Desta forma, a propriedade da terra não cumpre sua função social, torna-se objeto de especulação de mercado, permanece sendo utilizada como reserva de valor.

Esses questionamentos vão de encontro ao modelo de desenvolvimento do setor agrícola adotado no Brasil, o qual, o governo, por sua vez, tem se interessado em beneficiar a agricultura patronal em detrimento da familiar. Contudo, também beneficia a familiar quando esta liga-se a algum interesse político/econômico.

A história da agricultura nacional demonstra que houve a convivência de dois modelos distintos de agricultura, a de subsistência e a plantation. A partir desta concepção, Arbage (2006) demonstra que a agricultura de subsistência era conduzida por “pequenos agricultores, parceiros, meeiros e arrendatários, que produziam para seu consumo próprio, seus excedentes eram levados ao mercado interno como moeda de troca”. Acrescenta ainda que, a plantation “alicerçou sua produção para exportação e

¹⁶ BRASIL, Presidência da Republica. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **LEI Nº 4.504, de 30 de NOVEMBRO de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra.

caracterizou os ciclos econômicos do país, como o pau-brasil, cana de açúcar, algodão, cacau, exploração de borracha no norte do país”.

Neste contexto, a economia do país avançou baseada em “ciclos” econômicos, fortemente dependente da dinâmica do mercado internacional. Ao estudar o crescimento econômico do Brasil, Arbage (2006) evidência que a base de produção formada pelos grandes estabelecimentos apresentava uma “estrutura organizacional e de produção difícil de ser desfeita na medida em que as sinalizações do mercado não se internalizavam a ponto de modificar o modo de produção nas fazendas, e ao mesmo tempo não se criava um mercado interno”.

Observa-se, portanto, que desde o principio da prática agrícola no Brasil a terra esteve limitada a uma pequena parcela da população, situação que se mantém até a atualidade, se constituindo num dos elementos de origem dos conflitos sociais existentes no campo. A propriedade legal da terra é condição necessária para o agricultor ter acesso ao crédito. No caso brasileiro, a reprodução da agricultura familiar associa-se às lutas dos próprios agricultores pela garantia do espaço necessário a sua sobrevivência.

Todavia, o Estado constitui um agente de fundamental importância. Lamarche (1998) constata que a atuação se orienta ora no sentido da “exclusão econômica e social de parcelas importantes da população rural, ora no sentido inverso, de inserção de outras, através de medidas assistencialistas, em muitos casos meros reprodutoras da miséria rural e urbana”.

Em nível Nacional percebe-se que há uma lacuna entre o Estado e os agricultores familiares. O governo disponibiliza poucos financiamentos ao segmento, faltam investimentos em novas propostas e alternativas que tornem viáveis a produção, assim como, incentivos não só econômicos mas também sociais e culturais como saúde, segurança, educação e valorização do patrimônio cultural, demonstrando a importância deste segmento para a sociedade e a economia do País.

Decorrente desta situação, percebe-se que a desvalorização da agricultura familiar é um processo antigo e ainda existente. Conseqüentemente, essa falta de interesse em oferecer condições e espaço adequado para o desenvolvimento da agricultura familiar tem criado obstáculos para sua reprodução. No entanto, apesar dos obstáculos a agricultura familiar ainda persiste em diversos lugares, e o Município de Chapecó, área de estudo desta pesquisa, é um exemplo desta persistência.

O importante é perceber que a agricultura está conectada ao circuito global do capital. Assim, em cada período ou fase histórica, afirma Correa (1999), “o modelo econômico vigente, determina ou impõe novos desafios aos agentes sociais e isto se reflete na agricultura e na organização espacial”. Desta forma, a agricultura familiar adapta-se em função de sua história e do contexto econômico, social e político no qual sobrevive.

Neste sentido, ao se estudar a agricultura familiar salienta-se que cada lugar deve ser analisado, conforme Santos (1997), como uma “combinação particular de modos de produção particulares, nenhuma solução pode ser encontrada localmente, mas no quadro da estrutura sócio-econômica e política do Estado-Nação, isto é, na formação sócio-econômica integral”.

Atualmente, os interesses mundializados do capital passam a enfrentar a necessidade de vencer as limitações do “desenvolvimento desigual e combinado”, assim como, a integrar completamente os espaços e as populações rurais na dinâmica socioeconômica moderna. Em termos gerais, a produção familiar permaneceu como um setor importante da agricultura, mesmo nos países de capitalismo mais avançado, apesar de todo processo de transformação.

Além disso, o rural vem assumindo outras funções em termos do uso da terra. Novos agentes e atores vêm atuando no espaço rural, e novas formas de inserção ao mercado têm sido percebidas. No caso da agricultura o fenômeno se expressa nas mais variadas formas de agricultura familiar “integrada à dinâmica econômica da agroindústria e do agrobusiness, bem como se expressa nas formas sociais

identificadas como agricultor em tempo parcial, de pluriatividade, ou dupla vinculação rural e urbana” (MOREIRA, 1998).

É relevante compreender que o espaço rural e os agricultores familiares se transformam a todo tempo, novas ruralidades e rearranjos sócio-espaciais vão surgindo com as mudanças. Nesse sentido, a análise aqui proposta abordará sobre estas mudanças, buscando compreender os elementos que determinam a permanência do agricultor familiar, ou sua exclusão, especificamente o Município de Chapecó, como área objeto de estudo.

2. A AGRICULTURA FAMILIAR EM SANTA CATARINA

A agricultura familiar possui importante papel para o desenvolvimento sócio-econômico do Brasil. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2005 o segmento reuniu mais de 4,2 milhões de agricultores, representando 84% dos estabelecimentos rurais e empregando 70% da mão-de-obra do campo. Além disso, de acordo com o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD, 2006) é responsável pela maioria dos alimentos na mesa dos brasileiros: 84% da mandioca, 67% do feijão, 58% dos derivados de suínos, 54% da bovinocultura de leite, 49% das aves e ovos, 32% da soja, entre outros. Segundo ainda o NEAD Também é responsável por mais de 40% do valor bruto da produção agropecuária, e em 2004 a cadeia produtiva da agricultura familiar representou cerca de 1/3 da agricultura em geral, e cerca de 10% de todo o Produto Interno Bruto.

A região Sul do Brasil concentra o mais alto índice de agricultores familiares, sendo que, 90,5% de todos os estabelecimentos rurais são familiares. Ocupam 43,8% da área e sua produção representa 57,1% do valor bruto da produção regional.

Tendo em vista a importância da agricultura familiar para o contexto socioeconômico, o objetivo deste capítulo é analisar os processos que condicionam mudanças no espaço ocupado pela agricultura familiar em Santa Catarina.

As questões analisadas no decorrer do capítulo estão assim estruturadas: na primeira parte analisar-se-á questões referentes às políticas públicas destinadas a agricultura familiar, principalmente a partir de 1990. Na seqüência uma reflexão acerca da caracterização geográfica da agricultura familiar no Estado de Santa Catarina, assim como, as mudanças que vem ocorrendo com a agricultura familiar na região Oeste Catarinense.

2.1. AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS LIGADAS AO RURAL NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

Ao adentrar no tema sobre as políticas públicas, cabe esclarecer que neste estudo não será realizada uma abordagem ampla, uma vez que, limitar-se-á a analisar de forma geral as principais políticas destinadas a agricultura familiar.

A abordagem aqui proposta tem por objetivo compreender a influência das políticas públicas sobre a dinâmica da agricultura familiar. Parte-se do pressuposto de que a prioridade por determinadas políticas incide direta e indiretamente sobre os processos que influenciam o espaço de reprodução da agricultura familiar.

No Brasil, ao se realizar uma busca sobre as políticas públicas destinadas a agricultura percebe-se, que ao longo do tempo, estas vêm sendo direcionadas para atender os interesses majoritários dos agricultores patronais. As políticas adotadas pelo Estado procuram promover a industrialização da agricultura, via liberação de crédito rural.

Os efeitos do crédito rural sobre a agricultura familiar nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, foram observados por Santos (2000). Procurando compreender o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil Santos (2000, p. 74-79) realiza uma exposição cronológica dos efeitos do crédito sobre a dinâmica da agricultura familiar. Para maior compreensão o autor subdivide a exposição cronológica em quatro períodos que serão apresentados a seguir.

2.1.1. Agricultura de subsistência e comercialização da sobra e sem crédito até 1966

Período em que ocorria predominantemente a auto-suficiência no processo produtivo, o sistema de produção caracterizava-se pelo uso da fertilidade natural dos solos, uso da força de trabalho manual, potencializada pela tração animal.

Ainda segundo o autor, este tipo de agricultura ainda ocorre nos três estados da Região Sul. Contudo, o esgotamento da fertilidade natural dos solos tem ocasionado queda na produtividade, acentuando a condição de crise na agricultura familiar pelo aumento de demanda de bens de consumo pela família.

Neste período, o autor evidencia que o “crédito rural praticamente não existia, e era privilégio de poucos, sem vínculo com a agricultura familiar, apenas em 1966 foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural”.

2.1.2. Agricultura do custo da Revolução Verde e do crédito com juro negativo para o latifúndio 1966 – 1982

Neste período surgiram várias propostas que procuravam resolver os problemas dos agricultores familiares, entre os quais se destacam correção do solo, uso de sementes mais produtivas e o uso de trator para aumentar a área trabalhada. O método que o governo encontrou de levar os insumos e equipamentos ao espaço rural ocorreram via crédito rural com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural.

Estudos realizados por Araújo e Meyer (1983) com base nos censos agropecuários de 1960 e 1970, demonstram que “quase 90% dos estabelecimentos agrícolas do país não recebiam qualquer tipo de crédito institucional”. Já no início dos anos 1980 a política agrícola brasileira se caracterizou pelo viés produtivista, sendo praticamente abandonados objetivos de promoção de mudanças estruturais. No que se refere ao crédito rural, Santos (2000), observa que em 1980 foram destinados, “69% para agroindústrias e comércio, 23% para as grandes cooperativas e 7,8% para os agricultores latifundiários e as grandes empresas capitalistas”.

No Brasil, o referido autor evidencia que inicialmente objetivava-se montar uma estrutura de grandes estabelecimentos na agricultura, que viriam a substituir os pequenos considerados ineficientes. Ainda enfatiza que,

[...] na agricultura familiar o impacto foi sentido num segundo momento, transformando-se também em um potencial mercado para a aquisição de insumos. E, nessa perspectiva, houve perda sistemática da autonomia da gestão do processo produtivo. O agricultor familiar resistiu mas passou a assumir este modelo como forma de resolver a crise do seu sistema de produção [...] ¹⁷.

Nesta fase, o autor destaca que o crédito rural “caracterizou-se pelo aumento de volumes de 500% a taxas de juros negativos em relação à inflação”. As políticas agrícolas de crédito tinham como principal objetivo promover o aumento da produção em curto prazo, o crédito foi direcionado para o financiamento de: tratores, colheitadeiras, adubos, venenos e sementes híbridas.

Nesta conjuntura também emergem os Serviços de Extensão Rural do Governo Federal executados pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, além de várias instituições estaduais. Em Santa Catarina, foi fundada a Associação de Crédito e Assistência Rural - ACARESC, com o objetivo de promover no Estado o serviço de extensão rural.

Neste período, também surgiu a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), e a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), ambas com atuação em escala nacional. A EMBRAPA inicialmente desenvolvia e adaptava tecnologias já disponíveis nos países desenvolvidos às condições brasileiras. Posteriormente passou a desenvolver e a lançar tecnologias de ponta, sem influência externa. A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural tratava de realizar a difusão das tecnologias. O foco das pesquisas era promover soluções para o desenvolvimento do espaço rural, dando continuidade aos projetos governamentais.

¹⁷ SANTOS, C. Alviori. O crédito rural, instrumento efetivo de desenvolvimento a partir da apropriação pelo projeto da agricultura familiar p, 76.

2.1.3. Agricultura da dívida e do juro de mercado para o agricultor familiar de 1983 – 1995

Período caracterizado por crises na economia brasileira, em decorrência da crise da dívida externa¹⁸. Realizando uma análise acerca dos impactos das políticas para o setor agrícola Delgado (2001, p 44-45) destaca que:

- A política monetária que passou a predominar no Brasil a partir da década de 1980 foi contracionista, elevou as taxas de juros internas e reduziu a disponibilidade de crédito na economia, inviabilizando a continuidade da política agrícola de crédito rural subsidiado, dominante na década de 1970. O efeito disto foi redução do crédito agrícola nos anos 1980, com exceção de 1986, único ano que o crédito foi maior que no biênio 79/80.
- A política fiscal adotada visando diminuir despesas governamentais e aumentar impostos afetou a política agrícola com a redução dos gastos com agências de pesquisa tecnológica (os centros de tecnologia da Embrapa foram afetados e sucateados na década de 80) e de extensão rural (extinção da Embrater e a estadualização das agências federais que atuavam nos diferentes estados brasileiros). Quanto ao aumento dos impostos, seus efeitos podem ser muito prejudiciais ao setor agropecuário, principalmente numa conjuntura de abertura comercial para o exterior. Com uma taxa inadequada dos produtos agrícolas pode diminuir a proteção efetiva do setor, além de acarretar perdas de competitividade.
- A política cambial busca influenciar o saldo da balança comercial pela redução das importações e aumento das exportações. O que pode favorecer ou penalizar a produção doméstica de determinadas mercadorias agrícolas, como pode alterar a produção, em favor de bens comerciáveis e em prejuízo do abastecimento interno.

¹⁸ As principais consequências da dívida externa foram a impossibilidade de acesso ao mercado internacional de crédito combinada com a elevação da remessa de juros por conta do aumento das taxas internacionais, a profunda crise institucional e financeira do Estado, a aceleração vertiginosa da inflação, diminuição da capacidade de compra do produtor rural familiar Delgado (2001, p 33).

Com todos esses impasses ao agricultor familiar restou apenas compreender que em suas condições subjetivas o custo para plantar, reproduzir e se manter dependeriam única e exclusivamente de seu esforço.

Na década de 1990, iniciam as discussões, as reivindicações pela necessidade de valorização da agricultura familiar, os movimentos sociais lutam pela garantia do direito a terra. Em 1994 depois das pressões do I Grito da Terra Brasil, surge o “PROVAP (Programa de Valorização do Pequeno Agricultor), assim, se abre um primeiro passo nas políticas públicas do crédito rural oficial reconhecendo a agricultura familiar” (SANTOS, 2001).

A esse respeito, o estudo de Mattei (2001) assinala que dois fatores foram decisivos para mudar o curso da história: “as reivindicações dos trabalhadores rurais, destacando-se o papel do Movimento Sindical Rural, que começa já na Constituição de 1988, ganhando destaque nas Jornadas Nacionais de Luta”. Assim como, os estudos realizados conjuntamente pela FAO/INCRA que “definem com maior precisão conceitual a agricultura familiar e estabelecem um conjunto de diretrizes que nortearia a formulação de políticas para a agricultura familiar”, estes estudos serviriam de base para as primeiras formulações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

Em 1995, pressionado pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais o Ministério da Agricultura cria a Secretaria de Desenvolvimento Rural¹⁹ que articula a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Quanto aos recursos destinados para a agricultura, a Tabela 1 evidência que em 1990 os pequenos estabelecimentos receberam 27,9% do total do crédito rural e os grandes aproximadamente 34%, em 1994 apenas 18,1% do crédito foi destinado aos pequenos estabelecimentos.

¹⁹ A construção da Secretaria de Desenvolvimento Rural, bem como do Pronaf, não foi tranqüila no Ministério da Agricultura. Na prática puderam-se visualizar conflitos com as outras políticas, como a agrícola, voltada para o agribusiness, centrada na agricultura patronal, no contexto de abertura econômica e desregulamentação dos mercados. Em 1999 o Pronaf é repassado para o Ministério da Reforma Agrária (MIOR, 2005, p 164).

A queda da participação corresponde ao declínio da participação do Banco do Brasil nas operações de crédito. Segundo Buainain (1997) várias tentativas para “incentivar e até mesmo obrigar os bancos comerciais privados a aumentar suas operações com os pequenos agricultores não produziram os resultados esperados”.

TABELA 1 - Distribuição do crédito rural por tamanho da unidade 1990 - 1994.

Estabelecimento	Total	
	1990	1994
Pequena	27,9	18,1
Média	19,8	21,3
Grande	34,7	41,2
Cooperativa	17,6	19,4
Total	100,00	100,00

Fonte: Anuário estatístico do Brasil, Bacen.

Obs: O pequeno estabelecimento nesta tabela é caracterizado por aqueles que possuem até 50 hectares, os médios aqueles que possuem de 51 a 200 hectares e o grande aquele com mais de 200 hectares.

Até a criação do PRONAF²⁰ a categoria de produtor familiar não havia sido utilizada pela política de crédito. De acordo com Buainain (1997) os produtores vinham sendo classificados por “tamanho, com base em uma estratificação feita ora a partir do nível de renda ora a partir do tamanho da unidade e extensão da lavoura”. Desta forma, até o início da década de 1990 não existia nenhuma política pública destinada ao atendimento das necessidades específicas da agricultura familiar.

2.1.4. Período PRONAF pós 1995

Em 1996 surge o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, através do decreto nº 1.946²¹. O programa tem por finalidade:

I) ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar;

²⁰ A criação do Pronaf representa a legitimação, pelo estado, da categoria agricultores familiares que até então era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola, bem como designada como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência. (MATTEI. **Impactos do Pronaf**: análise de indicadores. 2005. p.13.)

²¹ Brasil, Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. Decreto **Nº 1946, de 28 de junho de 1996**. Dispõe sobre o PRONAF.

II) viabilizar a infra-estrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural;

III) fortalecer os serviços de apoio ao agricultor familiar;

IV) elevar o nível de profissionalização de agricultores familiares, propiciando-lhes novos padrões tecnológicos e de gestão;

V) favorecer o acesso de agricultores familiares e suas organizações aos mercados de produtos e insumos.

Para consolidar os objetivos, o programa trabalha com as linhas de: negociação de políticas públicas, financiamento de atividades produtivas, infra-estrutura e serviços municipais, capacitação e profissionalização, gestão social e assistência técnica, extensão e pesquisa agropecuária, em 1999 surge a linha Pronaf Agregar²².

Mior (2005) salienta que algumas linhas de atuação do Pronaf apresentam maior impacto no território local/regional, pois, a “negociação de políticas públicas com órgãos setoriais e o financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios, são linhas onde o agricultor familiar participa de forma mais ativa nas decisões”, pertinentes ao desenvolvimento do espaço em que está inserido. Estas ações ocorrem via conselhos municipais, estaduais e federal, sinalizando mudanças na forma de implantação das políticas para os espaços rurais.

Após a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, várias críticas surgiram apontando o seu caráter seletivo por produto, região e tipo de produtor. O Pronaf não está disponibilizado e acessível a todos os agricultores familiares, fatores estruturais como renda, propriedade e produto condicionam o

²² O Pronaf Agregar é uma linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural. Os créditos do Agregar destinam-se ao financiamento de projetos individuais, grupais ou coletivos, de interesse de agricultores familiares enquadrados nos Grupos "C" e "D", que envolvam aplicações em atividades de beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária e na exploração de turismo e de lazer rural, compreendendo ainda: a implantação de pequenas e médias agroindústrias, isoladas ou em forma de rede; a instalação de unidades centrais de apoio gerencial para prestação de serviços de controle de qualidade do processamento, de marketing, de aquisição, de distribuição e de comercialização da produção (Banco Central do Brasil – Linhas de crédito, 2006).

acesso. Isso ocorre em função dos critérios estabelecidos pelo Pronaf, que segundo Sabbato (2000) são relativos, particularmente, “ao limite máximo de área – até quatro módulos fiscais – e aos limites referentes à mão-de-obra contratada, que deixam de fora um contingente de agricultores familiares que, apesar de pequeno, tem peso econômico considerável”.

Porém, desde que o Programa foi instalado já ocorreram diversas modificações. A partir de 2004 o Governo Federal instituiu inovações na sistemática operacional do Pronaf, com a criação das novas linhas como; Pronaf Mulher, Pronaf Jovem rural, Pronaf pesca, Pronaf Custeio de Agroindústrias Familiares, Pronaf agroecologia, Pronaf turismo da agricultura familiar, Pronaf Cotas-Partes para financiamento de integralização de cotas-partes em cooperativas de crédito rural e a instituição do Grupo E²³.

Cabe salientar, que as lutas dos movimentos sindicais e dos trabalhadores rurais pela conquista do direito de acesso ao Pronaf e a terra como garantias para permanência e sobrevivência dos agricultores no campo foram condicionantes para as modificações realizadas pelo Governo Federal no Pronaf. Neste sentido, são beneficiários do Crédito Rural do Programa Pronaf os produtores rurais, inclusive remanescentes de quilombos e indígenas, que atendem aos seguintes requisitos:

[...] sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária; residam na propriedade ou em local próximo; detenham, sob qualquer forma, no máximo 4 (quatro) módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor, ou no máximo 6 (seis) módulos quando tratar-se de pecuarista familiar; o trabalho familiar deve ser a base da exploração do estabelecimento [...] ²⁴.

²³ O grupo E abrange os agricultores com renda familiar anual bruta entre R\$ 40 mil e R\$ 60 mil, que passam a ter direito a linhas de crédito para financiamento e custeio da produção. (Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006).

²⁴ PRONAF. Manual do crédito rural. **Plano de safra da agricultura familiar** – 2004 – 2005. Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Para a obtenção de créditos os beneficiários do Pronaf são classificados em seis Grupos: A, B, A/C, C, D e E. A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)²⁵ é o documento que identifica a família como beneficiária do Programa. A renda e a mão-de-obra utilizada determinam em qual grupo cada agricultor se insere. Cada grupo apresenta características específicas conseqüentemente os valores de crédito disponibilizados também são diferenciados entre os grupos.

A taxa de juros paga são menores para os grupos A e B, em média até 1.15% ao ano, para o grupo A/C e D 4% ao ano e o grupo E 7.25% ao ano, as taxas de juros também estão relacionadas ao montante financiado. Os pescadores artesanais, os extrativistas ecológicos, os silvicultores, os aquicultores e os pecuaristas familiares também são beneficiários do Pronaf podendo se encaixar nos grupos B, C, D ou E, desde que estejam de acordo com a renda e a caracterização da mão-de-obra utilizada para cada grupo.

Apesar dos entraves existentes o programa é reconhecido pelos pesquisadores como uma vitória em termos de política pública destinada exclusivamente para a agricultura familiar. A partir do Pronaf os agricultores familiares passam a ser reconhecidos como uma categoria diferenciada em relação aos agricultores patronais.

A partir desta concepção Gasques (2001), cita que entre os “gastos públicos, a política de crédito do governo tem aumentado substancialmente seus gastos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF”. Na Figura 2 é possível observar a queda dos recursos da política de crédito rural a partir dos anos de 1990, assim como, a evolução dos recursos destinados ao Pronaf.

²⁵ A DAP constitui-se em documento obrigatório para acessar o crédito. Além disso, também habilita a família a participar da compra direta e da comercialização de matéria-prima do biodiesel, entre outros. (GUADAGNIN, João Luiz. Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário SAF/MDA).

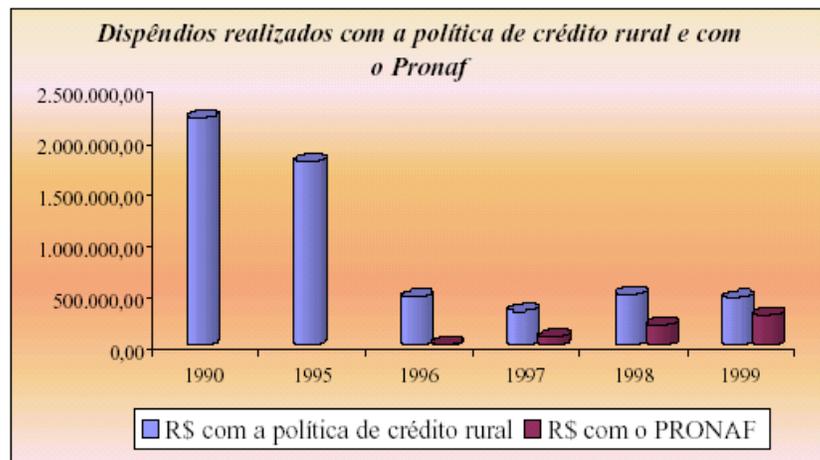


FIGURA 2 - Dispêndios realizados com a política de crédito rural e com o Pronaf 1990 – 1999.

Fonte: SCHAPPO Sirlândia. Políticas Públicas no meio rural (2003).

Os investimentos relativos ao programa vêm crescendo ano após ano. Na Figura 3 é possível observar que no período compreendido entre 1999-2006 os recursos destinados ao Pronaf aumentam de forma significativa. No ano de 2005 ocorre uma elevação de 29% dos recursos em relação ao ano de 2004.

Apesar da elevação dos recursos destinados ao Pronaf, o apoio à agricultura familiar ainda é ínfimo se comparado com os investimentos realizados com a agricultura comercial. No plano safra²⁶ 2002/2003 para a agricultura familiar foram liberados segundo Lisita (2006) R\$ 2,3 bilhões e para a agricultura comercial foram R\$ 27,6 bilhões. Já no plano safra, 2004- 2005, o autor enfatiza que foram destinados R\$ 7 bilhões para os agricultores familiares, no entanto, para agricultura comercial foram R\$ 39,45 bilhões”.

²⁶ O principal instrumento da política agrícola brasileira é o plano safra anual que consolida em um único documento as principais medidas de política aprovadas pelo governo para o próximo ano agrícola. As medidas incluídas no plano-safra podem ser modificadas automaticamente pelo governo, não se constituindo, portanto em compromissos seguros que possam orientar as decisões dos produtores (Buainain, 1997).

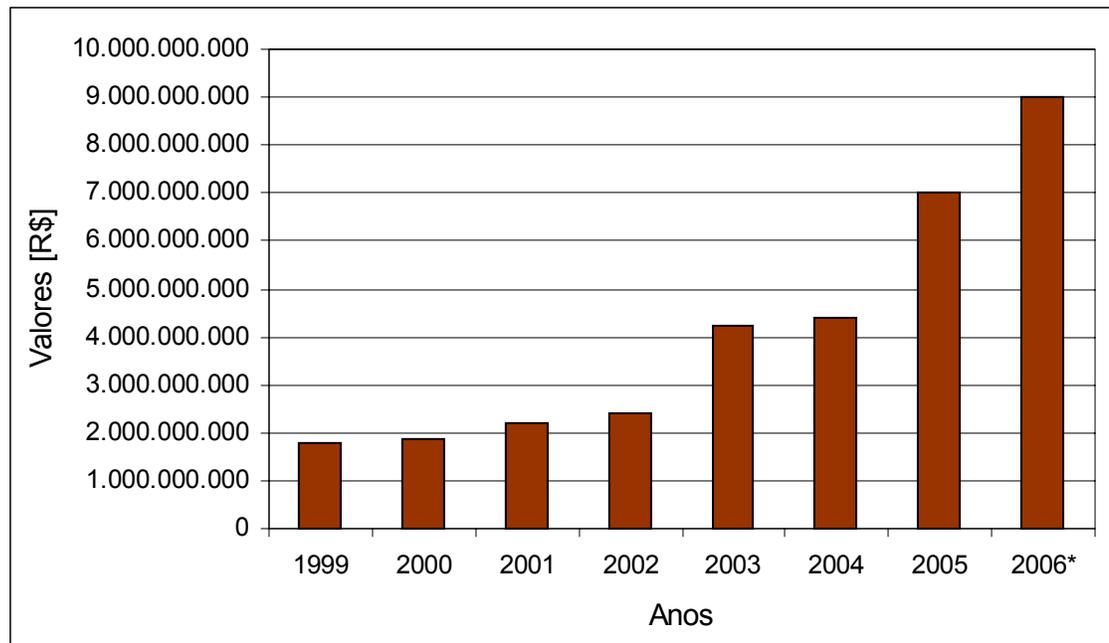


FIGURA 3 - Financiamentos rurais destinados ao Pronaf no período de 1999 - 2006.

Fonte: Dados do anuário estatístico do crédito rural do Bacen.
Organizado por Janete W. Cancelier (2006).

*Previsões do Plano Safra 2005-2006 para a agricultura familiar, disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Em 2006 o apoio a agricultura comercial continua nítido, o Plano Agrícola e Pecuário 2005/2006, divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, inclui a disponibilidade de R\$ 44,35 bilhões de crédito para a referida safra, enquanto que no Ministério do Desenvolvimento Agrário, estão previstos para o plano safra 2005 – 2006 apenas R\$ 9 bilhões para a agricultura familiar.

Neste contexto, é possível compreender estas disparidades a partir das políticas públicas destinadas ao espaço rural. Assim, no Brasil, predominam dois enfoques na concepção de políticas públicas para o desenvolvimento do espaço rural. Esta dicotomia se expressa com a existência de dois ministérios, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento priorizam suas ações a produção de *commodities* e ao mercado externo, privilegia a abordagem da modernização do modelo de desenvolvimento atual. O Ministério do Desenvolvimento

Agrário, em que predominam os agricultores familiares, está focado no desenvolvimento da agricultura familiar. Os dois Ministérios, fundados em valores diferentes, “tendem a aprofundar suas diferenças, podendo-se prever uma longa transição na construção de um ambiente propício ao desenvolvimento da agricultura familiar²⁷”.

As linhas de crédito são diferenciadas nos dois ministérios. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento têm uma linha de crédito que também pode ser acionada para a concessão de financiamentos das atividades rurais dos micros e pequenos produtores. O crédito é disponibilizado através do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER)²⁸, o qual está subdividido em Proger rural²⁹ e Proger rural familiar³⁰. No Ministério do Desenvolvimento Agrário os recursos são destinados exclusivamente para agricultura familiar.

Passados dez anos desde a implementação do Pronaf, o Ministério do Desenvolvimento Agrário organizou o Seminário, *10 anos do Pronaf*, no qual pesquisadores avaliaram a trajetória do programa. Embora sob enfoques diferentes, prevaleceu a percepção de que o programa em uma década possibilitou um acesso inédito da população rural ao crédito financeiro.

²⁷ INSTITUTO CEPA/SC. **Perspectivas para a agricultura familiar horizonte 2010**. Florianópolis. 2004.

²⁸ As normas e condições básicas aplicáveis às operações de crédito do Proger Rural foram atualizadas nos termos da Resolução CMN/BACEN nº 3.090, de 25/06/2003. Para consolidar o Proger Rural como uma linha de financiamento de transição entre a agricultura familiar e a agricultura de maior escala de produção, houve algumas mudanças nas taxas de juros e na destinação dos recursos do Programa. A taxa efetiva de juros foi reduzida de 8,75% ao ano para 7,25% ao ano, e ficou estabelecida a obrigatoriedade de aplicar, no mínimo, 50% dos recursos destinados ao Programa, nos empreendimentos da agricultura familiar, denominando esse segmento de Proger Rural Familiar. (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

²⁹ São beneficiários do Proger rural: proprietários rurais, posseiros, arrendatários ou parceiros que utilizem preponderantemente mão-de-obra familiar, com eventuais contratações de serviços de terceiros, não detenham a qualquer título, inclusive sob a forma de arrendamento área de terra superior a 15 módulos fiscais, tenham no mínimo 80% de sua renda originária da atividade agropecuária ou extrativa vegetal, residam na propriedade ou em aglomerado urbano próximo, possuam renda bruta anual familiar de até R\$ 80.000,00 (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

³⁰ Agricultores que explorem parcela de terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários do Programa Nacional de Reforma Agrária, que residam na propriedade, ou em aglomerados rurais ou urbanos próximos, não disponham a qualquer título área superior a 4 módulos fiscais, quantificados segundo a legislação pertinente em vigor, ou a 6 módulos fiscais, no caso de agricultores familiares que tenham na pecuária a atividade preponderante na exploração da área e na obtenção da renda, possuam renda bruta anual familiar de até R\$ 60.000,00, obtenham, no mínimo, 80% da renda familiar da exploração agropecuária e não-agropecuária do estabelecimento, tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até 2 empregados permanentes (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

Para Magalhães (2006), foi à categoria Pronaf B que contemplou, de fato, os agricultores mais pobres, segundo o autor “quando se ampliou à estratificação dos grupos de renda foi possível alcançar aquelas famílias mais necessitadas, que têm renda bruta anual de até R\$ 2 mil³¹”.

Outra constatação identificada no Seminário *10 anos do Pronaf*, foi o aumento dos acessos ao Pronaf por parte das mulheres trabalhadoras rurais. De acordo, com Brumer (2006) esse aumento pode ser entendido como o resultado das ações tomadas pelo MDA desde 2001. “Inicialmente a publicação da portaria determinando que um limite mínimo de 30% dos recursos do programa deveria ser destinado às mulheres e posteriormente a criação da categoria Pronaf Mulher³²”.

Estudando os Impactos do Pronaf no período compreendido entre 1999 – 2004, Mattei (2005) percebeu que entre os cem municípios maiores tomadores de crédito do Pronaf, “82 estão localizados na região Sul do país, 43 localizam-se no estado do Rio Grande do Sul (RS), 21 no Paraná (PR) e 18 em Santa Catarina (SC)”. De acordo com os resultados do autor, o Rio Grande do Sul concentra (49%) dos recursos, já os estados do PR e de SC respondem por 36% do montante de recursos dos cem maiores. O estudo evidência que ocorre um forte processo de concentração dos recursos disponibilizados pelo Pronaf na região Sul do país, principalmente, no estado do Rio Grande do Sul.

Desta forma, pensar no fortalecimento da agricultura familiar, significa compreender a necessidade de estratégias de desenvolvimento em nível nacional, assim como, modificações na estrutura agrária existente. Significa antes de tudo, reconhecer a importância deste segmento. Na atualidade, a intervenção nas áreas de crédito, de infra-estrutura, de pesquisa e de capacitação “comprova a importância de políticas de desenvolvimento que enfatizam a agricultura familiar como atividade prioritária, devido à sua expressão social no âmbito do sistema de produção agropecuária do país” (MATTEI, 2005).

³¹ Documento disponível no Portal da Secretaria da Agricultura Familiar.

³² Documento disponível no Portal da Secretaria da Agricultura Familiar.

De maneira geral, pode-se averiguar que o Pronaf tem contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar. Nos últimos dez anos obstáculos foram superados, o agricultor familiar passou a ser reconhecido como uma categoria produtiva diferenciada da patronal. Porém, ainda existem barreiras a serem superadas, a maior delas relacionada à centralização das decisões. É praticamente impossível pensar em desenvolvimento para a agricultura familiar sem levar em consideração a diversidade existente, dentro do próprio segmento da agricultura familiar.

A heterogeneidade de situações encontradas no espaço de reprodução da agricultura familiar não permite que políticas sejam projetadas analogamente aos contextos regionais. Desta forma, a descentralização das ações e a participação de atores sociais são elementos que podem intervir e colaborar para a instituição de políticas públicas mais apropriadas ao desenvolvimento da agricultura familiar.

2.2. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SANTA CATARINA

No Estado de Santa Catarina ocorre a predominância do modelo de agricultura familiar estruturado em pequenos estabelecimentos, com exploração diversificada. Segundo o IBGE o Estado representa apenas 1,13% do território brasileiro e está entre os seis principais produtores de alimentos, apresentando os maiores índices de produtividade por área. Verifica-se que, produtos cultivados em grandes unidades agrícolas em outros Estados brasileiros, como o milho, a cana-de-açúcar, e a criação de gado leiteiro, em Santa Catarina são produzidos predominantemente por agricultores familiares.

Isso reflete a formação e dinâmica fundiária ocorrida em Santa Catarina desde os tempos da colônia, com exceção do Planalto, onde veio a dominar o grande estabelecimento (no caso voltado a produção de gado), no restante de seu território, as unidades de exploração agrícola se efetivam predominantemente através de pequenos

lotes, por populações de origem europeia, como açorianos, italianos, alemães e eslavos.

Ocupando a terra em pequenos lotes os imigrantes introduziram uma produção agrícola diversificada associada a pequenas criações, fortemente dirigida ao mercado interno e ao autoconsumo. Esta forma de ocupação se constituiu no fator principal a conduzir o Estado a apresentar uma distribuição menos desigual da posse da terra.

O Planalto Catarinense se apresenta, uma exceção, pois o tipo de colonização foi realizado a partir de “povoadores oriundos do estado de São Paulo, os quais receberam sesmarias de grande porte, originando grandes estabelecimentos, totalmente voltados à produção extensiva de bovinos” (ESPÍRITO SANTO, 1999). Mas de modo geral, o processo de colonização do território catarinense teve como alicerce, a pequena unidade de exploração agrícola familiar baseada na policultura.

A presença significativa da agricultura de base familiar no território catarinense segundo estudo do FAO/INCRA (1994) é compreensível pela,

[...] preeminência da força de trabalho familiar, pela interação e interdependência existentes entre a família e a unidade de produção, ou seja, a não separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, a não especialização e divisão clássica, formal e hierárquica do trabalho e entre atividade administrativa e executiva, isto é, entre trabalhadores diretos e indiretos, uma participação solidária e co-responsável de todos os membros da família na organização e no funcionamento do conjunto do sistema família-unidade de produção, um projeto orientado prioritariamente para a reprodução das condições e da força de trabalho familiar, e uma estratégia voltada para a garantia da segurança alimentar da família, para a redução de riscos, para o aumento da renda total da família e por unidade de trabalho para a garantia do emprego da mão-de-obra familiar e para a melhoria e ampliação das condições de trabalho e produção [...]³³.

O modelo de colonização adotado favoreceu a formação de comunidades relativamente homogêneas do ponto de vista da organização sócio-cultural (VIEIRA, 2002). Assim, a área média dos imóveis rurais no Estado de Santa Catarina entre as décadas de 1970 e 2000 girava em torno dos 30 hectares, confirmando a predominância dos pequenos estabelecimentos.

³³ SCHMIDT, Wilson *et. Al.* 2002, p. 64.

O Estado também apresenta um dos mais baixos índices de concentração da terra do Brasil, com um índice de Gini de 0,560 no ano de 2000, fator este relacionado à importância que teve a colonização baseada em unidades familiares (IBGE).

Os dados do IBGE referente ao número de estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina comprovam a existência de um grande percentual de unidades agrícolas. Em 1970 foram encontrados 207.218 estabelecimentos, o mais alto índice foi encontrado em 1985, com um total de 234.973, estabelecimentos, porém, com queda acentuada, no período de 1995/96, quando somam 203.347, mantendo-se em torno de 203 mil no ano de 2000. Os dados podem ser visualizados no quadro 1, que mostrará a estrutura fundiária de Santa Catarina.

QUADRO 1 - Estrutura fundiária de Santa Catarina por grupos de área total
1970 - 1995.

Grupos de área total (ha)	Estabelecimentos					
	1970		1980		1995	
	Número	Área	Número	Área	Número	Área
Menos de 10	66.074	339.874	75.724	376.792	72.462	364.673
10 a menos de 100	132.180	3.609.980	130.788	3.498.385	122.036	3.130.948
100 a menos 1000	8.477	1.986.011	8.856	2.246.092	8.231	2.074.321
1000 a menos de 10000	460	865.224	614	1.159.850	505	1.004.342
10000 a mais	8	147.022	10	192.654	3	38.562
Sem declaração	19		167		110	
Total	207.218	6.948.111	216.159	7.473.773	203.347	6.612.846

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1970/1980/1995.

Pode ser constatado que, entre 1970/1980, ocorre um aumento tanto em número, quanto em área, na maior parte dos estabelecimentos. No entanto, o mesmo processo não ocorre nas unidades com área de 10 a menos de 100 ha, nestas houve redução de 1.398 unidades com perda de 111.595 hectares de área. Esta diminuição pode estar associada a diversos elementos entre os quais; o fracionamento pelo processo de herança dos estabelecimentos familiares, o que por sua vez, num primeiro momento, ocasionou o aumento no número dos estabelecimentos com áreas inferiores a média histórica. Num segundo momento, provavelmente com a inviabilização das unidades menores ocorre a concentração. Em decorrência, as unidades maiores ao longo dos anos, vêm incorporando outros estabelecimentos.

De maneira geral, percebe-se que o período que se estende de 1980 a 1995 ocorre redução em todos os estratos. As dificuldades enfrentadas pela agricultura brasileira também são sentidas no espaço rural catarinense.

Entretanto, cabe ressaltar que em sua totalidade o espaço rural catarinense ainda é ocupado predominantemente pelas unidades de produção familiar. Em 1995, verifica-se a existência de 194.498 estabelecimentos com até 100 ha, os quais ocupam uma área equivalente a 3.495.621 hectares. Desta forma, a área média de cada estabelecimento fica em torno de 18 ha. Já os estabelecimentos com mais de 100 ha, no mesmo ano, somam 8.739 unidades, a área ocupada por estes gira em torno de 3.117.225, o que vem a ocasionar uma área média de 356 hectares por estabelecimento. Contudo, se considera-se o número total de unidades e a área total ocupada percebe-se que até 1995 os estabelecimentos caracterizados pela exploração familiar se sobressaem.

Apesar da continua queda, ainda é significativo o número dos estabelecimentos familiares. Estudos recentes realizados pelo Instituto de Economia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina (ICEPA, 2004) assinalam que a agricultura familiar de Santa Catarina representa um universo de 180 mil famílias, mais de 90% da população rural, e apesar de ocuparem apenas 41% da área dos estabelecimentos agrícolas, são responsáveis por mais de 70% do valor da produção agrícola e pesqueira do Estado.

Quanto a atual estrutura fundiária, os dados mais recentes são do ano de 2003 e se referem ao Levantamento Agropecuário³⁴, disponibilizado pela Secretaria de Estado e Agricultura Rural de Santa Catarina, cujos resultados preliminares estão dispostos na Tabela 2.

³⁴ O Levantamento Agropecuário foi realizado utilizando a metodologia do IBGE. (Secretaria de Estado e Agricultura Rural).

TABELA 2 - Estrutura Fundiária de Santa Catarina por grupos de área total em 2003.

Grupos de área total (ha)	Estabelecimentos em 2003
0 a menos de 10	55.321
10 a menos de 20	59.293
20 a menos de 50	52.721
50 a menos de 100	11.907
100 a menos de 200	4.292
200 a menos de 500	2.363
500 a menos de 1000	789
1000 a menos de 10000	375
Total	187.061

Fonte: Levantamento Agropecuário de SC. Dados preliminares, 2006.

Os dados do Levantamento Agropecuário comprovam a existência e a persistência dos estabelecimentos agrícolas familiares. Atualmente, 89% das unidades encontradas são estabelecimentos com área inferior a 50 hectares. Estes dados vêm a comprovar que apesar das imensas dificuldades, o segmento da agricultura familiar continua a se reproduzir no estado de Santa Catarina.

Em termos socioeconômicos, pode-se enfatizar que apesar do estado apresentar um dos mais baixos índices de concentração fundiária no contexto nacional, os problemas econômicos sofridos pela agricultura também são sentidos pelo pequeno estabelecimento. Onde o êxodo rural e o envelhecimento da população rural, são elementos árduos a serem enfrentados. A baixa rentabilidade e a falta de perspectivas têm levado os agricultores a abandonarem a atividade agrícola como atividade principal, desta forma, as unidades deixam de ser um ambiente econômico. Todo esse processo tem ocasionado ao longo dos anos a incorporação destes produtores como mão-de-obra barata em outros segmentos da economia.

No geral, o que se constata é que a agricultura familiar vem sendo condicionada a mudar seu perfil. E vem se “adequando ao modelo de desenvolvimento hegemônico e, portanto, subordinando-se definitivamente à indústria e ao mercado neoliberal” (MUSSOI, 2002). Neste contexto, a seguir, apresentaremos uma breve discussão sobre a região Oeste Catarinense, buscando compreender como a agricultura familiar está estruturada neste espaço.

2.2.1. A região Oeste Catarinense

A região Oeste Catarinense³⁵ tem se destacado em termos agrícolas e agroindustriais. Possui segundo Censo do IBGE de 2000, uma população equivalente a 1.072.962 habitantes, distribuídas em 118 municípios, dos quais, Chapecó se apresenta como município com maior índice populacional (+ de 170 mil habitantes). A área que compreende 25,3 mil Km² é caracterizada em sua economia por uma agricultura familiar diversificada e pelas agroindústrias - com destaque à produção de suínos e aves. A região destaca-se também na produção de milho, leite, feijão, soja e fumo.

Estudando a região, Testa (2003) percebeu que apenas 25% da superfície estadual, responde por mais de “50% da produção agrícola, as atividades primárias, ocupam mais de 51% da sua população economicamente ativa”, constituindo-se ainda numa região com capacidade de produção de alimentos bem superior à demanda regional e estadual. A região encontra-se fortemente ligada à dinâmica econômica do mercado nacional e internacional, o que por sua vez, transforma este território num espaço onde as tendências globais se manifestam em nível local.

Quanto à estrutura fundiária, a região Oeste está caracterizada pelas pequenas unidades de produção familiar e pela predominância da família enquanto unidade organizadora do processo produtivo e do trabalho. A presença significativa da agricultura familiar, praticada em pequenas porções de terra, serviu de obstáculo ao processo de concentração das terras. Entretanto, não impediu que as mudanças ocorressem seguindo as tendências estaduais e nacionais.

Em nível regional percebe-se que o declínio dos estabelecimentos e os problemas que afetam a agricultura se repetem com a mesma intensidade que os fenômenos ocorridos ao nível estadual. Desta forma, no ano de 1985 na região Oeste existiam 102.355 estabelecimentos, no entanto, estes também foram reduzidos,

³⁵ A região Oeste de Santa Catarina ocupa uma área de 25,3 mil Km², estendendo-se desde o Planalto Catarinense, até a fronteira com a Argentina, tendo sua colonização intensificada a partir de 1940, momento em que iniciou o estabelecimento de empresas agroindustriais. (CAMPOS, 1987). No anexo A observa-se o Estado de Santa Catarina, destacando a região Oeste Catarinense.

passando para um total de 88.532 estabelecimentos em 1995/96, como pode ser observado na Tabela 3. Do mesmo modo que em nível Estadual, a queda no número de estabelecimentos também se manteve no Oeste a partir dos anos de 1990.

TABELA 3 - Estrutura fundiária da região Oeste Catarinense 1985 e 1995-1996.

Grupos de área total (ha)	Estabelecimentos			
	Número em 1985	Número em 1996	Área em 1985	Área em 1996
Menos de 5	17.657	11.844	51.188	36.364
5 a menos de 10	22.641	18.051	163.140	131.877
10 a menos de 20	33.025	32.229	455.210	449.664
20 a menos de 50	23.305	20.977	682.336	612.030
50 a menos de 100	3.680	3.482	245.307	230.967
100 a menos de 200	1.083	1.073	146.587	145.227
200 a menos de 500	625	573	191.114	177.567
500 a menos de 1000	191	183	134.056	123.473
Mais de 1000	148	120	331.011	256.229
Total	102.355	88.532	2.056.331	1.828.546

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de Santa Catarina 1985 e 1995-1996.

Contudo, o ICEPA (1998) aponta que a perda no número de estabelecimentos não ocorreu de forma homogênea dentro da região Oeste. Assim, nas microrregiões de São Miguel do Oeste, Chapecó e Xanxerê a redução se deu principalmente nos estratos de menor área, aqueles com até 20 hectares. Já na microrregião de Joaçaba a perda de estabelecimentos foi mais expressiva nas unidades de médio e grande porte.

De acordo com a tabela, pode-se observar que a diminuição mais acentuada no número de estabelecimentos e de área ocorreu predominantemente nas unidades ocupadas pela agricultura familiar, sendo que nas unidades com menos de 10 hectares a tendência é mais evidente.

Esse processo pode ser compreendido através da dinâmica sócio-econômica da região. Mior (2003) assinala que em 1980 a situação “sócio-econômica do Oeste Catarinense era vista como modelo de desenvolvimento já que teria passado os anos de 1970, sem maiores dificuldades”, mas os efeitos da modernização seriam sentidos a partir de 1990.

Por sua vez, Testa (1996) defende a hipótese de que apenas 36% dos estabelecimentos agrícolas do Oeste Catarinense podem ser considerados viáveis economicamente. Entre os fatores adversos à agricultura cita, “diminuição do crédito

agrícola, a redução da área plantada, o esgotamento dos recursos naturais e a queda da rentabilidade dos cultivos”. Fatores estruturais como a distância dos principais mercados consumidores, dificuldade de escoamento, e a estrutura fundiária excessivamente subdividida condicionam a dinâmica econômica dos estabelecimentos. A insuficiência de terras própria para a lavoura inviabiliza a permanência dos indivíduos na unidade agrícola.

Contudo, a diminuição do número dos estabelecimentos rurais na região Oeste, também pode ser relacionado a fatores como: a ineficiência das políticas agrícolas voltadas para a agricultura familiar, a deficiência de infra-estrutura física e social no meio rural, a reestruturação técnico-produtiva que aumentou a exclusão dos agricultores familiares, o aumento dos perímetros urbanos, assim como, a tendência do sistema capitalista em expropriar os agricultores colocando-os a serviço do capital, ampliando assim a oferta de mão-de-obra e conseqüentemente o aumento da pobreza no campo.

Com a modernização agrícola (entrada das máquinas e tecnologias, insumos industrializados), os produtores familiares tiveram dificuldades de competir no mercado. A partir da década de 1980 diversos fatores influenciaram para se chegar a uma situação de crise, destacando-se, segundo Testa,

[...] a concentração expressiva da suinocultura; a diminuição do volume de recursos de crédito agrícola e aumento das taxas de juros; inflação dos preços; esgotamento dos recursos naturais, explorados acima da sua capacidade de uso; redução na área cultivada, principalmente de milho; e a redução da rentabilidade de alguns produtos tradicionais, especialmente milho e suínos [...]³⁶.

Estes fatores configuram o aprofundamento da crise na agricultura familiar, a qual se estende até os dias atuais. Grande número de produtores familiares não conseguiu acompanhar o ritmo exigido pelo mercado, fazendo com que, o retorno

³⁶ TESTA, Vilson. 2001. p. 24.

obtido, com freqüência, frustrasse as expectativas. Além do que, com a redução das fontes de renda, os agricultores não conseguem saldar as dívidas, muitos abandonam as propriedades, outros vendem, perdendo assim o único meio de que dispõem para garantir a sua sobrevivência.

Em decorrência, a agricultura familiar do Oeste Catarinense sofreu o que Silvestro (2000) chamou de dupla ruptura no campo econômico e social. No campo econômico, através da tendência de concentração da suinocultura, via sistema de especialização - o qual, por sua vez, ultrapassa os limites da produção diversificada e quebra a lógica de funcionamento da agricultura familiar. No campo social, Abramovay (2000) elege o fenômeno migratório das populações jovens como a principal questão, assim como, o envelhecimento e o processo de masculinização da população rural. Promovendo desta forma, uma diminuição da rentabilidade do trabalho e a divisão social do trabalho.

Por conseguinte, as conseqüências da modernização e da crise da economia rural tradicional favoreceram o êxodo que se tornou mais intenso, diminuindo significativamente a população rural. Em centros urbanos pólo, como Chapecó, o êxodo em sua direção se manifestou mais intensamente a partir de 1990, o crescimento populacional chega a 2,4% ao ano.

Cabe salientar que o complexo agro-industrial teve papel crucial na estruturação do espaço regional e local. Em Chapecó estão sediadas empresas como a Sadia, a Aurora, Cooperativa Central Oeste Catarinense, a Ceval Alimentos S.A., etc. Este complexo agro-industrial tornou-se de grande importância para a economia, para as unidades da agricultura familiar integrada e para a arrecadação tributária do município.

Desta forma, verifica-se que as grandes corporações presentes atuam diretamente sobre a reestruturação e a dinâmica do espaço regional. Neste contexto, Corrêa enfatiza que,

[...] são as grandes corporações com múltiplas atividades e localizações que desempenham o principal papel na reorganização do espaço: constituem elas agentes fundamentais da gestão do território, exercendo poderoso controle sobre a organização espacial e sua dinâmica [...]³⁷.

Não obstante, o processo de reprodução do espaço geográfico envolve dinâmicas implementadas por diversos atores sociais, os quais possuem demandas e interesses específicos. Neste processo, Pértile (2004) enfatiza que “os agentes sociais hegemônicos contribuem de maneira eficaz na realização de seus interesses e as materializações de suas ações ganham maior visibilidade, visto que, lideram o processo de reprodução de uma dada porção do espaço”.

No caso específico de Chapecó, entre os agentes sociais hegemônicos pode-se citar as agroindústrias, empresas que, além de serem responsáveis pelo crescente processo de modernização da agricultura na região, também são responsáveis pela exclusão que ocorre(u) no campo. Vários agricultores familiares, que inicialmente estavam integrados ao mercado, via agroindústria, não possuíam capital suficiente para se adequar às novas normas exigidas pelas empresas. Perderam o vínculo com a empresa e conseqüentemente com o mercado, os agricultores foram diminuindo a renda. As empresas deram preferência aos agricultores mais capitalizados que conseguiram adequar a produção aos níveis de modernização e especialização exigidos.

Esta dinâmica ocasionou profundas mudanças socioeconômicas e ambientais no espaço rural regional, cujas mudanças impostas pelos agentes hegemônicos estavam em conformidade com os anseios dos agentes territoriais, dentre os quais, se destacam os agentes políticos, que por sua vez, determinam condições que mobilizam e definem os usos do território.

Contudo, até o início dos anos de 1980 a gestão do território regional esteve segundo Mior (2003) sob “forte influência dos interesses agroindustriais, e de certa forma, os interesses setoriais dos grupos agroindustriais convergiam aos requisitos para

³⁷ CORRÊA, Roberto Lobato. 1991. p. 33.

o desenvolvimento rural e regional do Oeste Catarinense”. Nesta fase, a maioria dos produtores familiares estava integrada ao mercado, sobretudo, através da produção de suínos. O agricultor possuía ainda relativa autonomia no processo decisório, podendo organizar seu processo de trabalho e produção.

Porém, o autor afirma que, “o intenso processo de reestruturação agroindustrial³⁸ ocasionou uma crise entre as agroindústrias e a produção familiar, com profundas repercussões no território regional”. O sistema de produção especializado iniciado nos anos de 1980 ocasionou a exclusão dos produtores familiares. Neste contexto, a incorporação de produtores, típica do período anterior aos anos 1980, “deu lugar a um imenso processo de seleção/concentração/exclusão de produtores familiares” (MIOR, 2003).

A extensão da crise da agricultura brasileira e catarinense nos anos de 1990 levou centenas de agricultores familiares a se afastarem do sistema de integração. A eliminação foi mais intensa para os agricultores descapitalizados³⁹, ou seja, os que não dispunham de renda suficiente para reestruturar o processo produtivo. Nessas circunstâncias, a crise gerada nos anos de 1990, atingiu a agricultura familiar do Oeste Catarinense. Grande percentual de produtores abandonou o espaço rural passado a viver na área urbana. Os que ficam enfrentam dificuldades, mas persistem procurando alternativas para desenvolver as unidades agrícolas.

Desde sua criação em 1917, até a atualidade, o município de Chapecó vem passando por constantes transformações no espaço rural. Estas modificações acompanham os cenários em diferentes temporalidades, não necessariamente coincidentes com as regionais, do que acontece em nível Estadual, Nacional e Internacional, o que enfatizar-se-á mais precisamente no próximo capítulo.

³⁸ Apesar de a dinâmica agroindustrial ocasionar a exclusão de agricultores, também gerou o surgimento de oportunidades, novas cadeias urbanas, como a metal mecânico, alimentos, entre outras.

³⁹ São considerados descapitalizados aqueles estabelecimentos que proporcionam uma renda líquida menor que um salário mínimo por mês por pessoa ocupada (TESTA, Vilson. 2003 p.21).

3. MUNICÍPIO DE CHAPECÓ: ASPECTOS GERAIS DA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR

A atual configuração territorial de Chapecó, conforme Figura 4, está associada ao processo de ocupação e formação sócio-econômica da região Oeste de Santa Catarina. Neste município, assim como na região, ocorre o predomínio dos estabelecimentos agrícolas familiares. A forma como foram ocupadas e distribuídas as terras refletem a atual estrutura fundiária do município.

A área territorial de Chapecó corresponde a 624,31 Km², estando limitada ao Norte pelos municípios de Coronel Freitas, Nova Itaberaba e Cordilheira Alta; ao Sul pelo Estado do Rio Grande do Sul; a Leste pelos municípios de Seara, Arvoredo e Xaxim e a Oeste pelos municípios de Guatambu e Planalto Alegre (IBGE).

Os elementos naturais também contribuíram para o processo de formação dos pequenos estabelecimentos, já que o predomínio de solos declivosos e pedregosos dificultaram a estruturação de grandes unidades agrícolas. As características físicas do relevo apresentam uma série de dificuldades, cujo predomínio do relevo formado a partir do Planalto Dissecado do Rio Uruguai, constituído por rochas basálticas do período juro cretáceo, mostrou-se como um entrave a ocupação. Estas rochas segundo Peluso Junior (1991), vêm se “estendendo do oeste a uma altitude de 1.200m das cabeceiras do rio Chapecó e menos de 300m em sua foz no rio Uruguai”.

Assim, o relevo apresenta-se acidentado, onde, cerca de, 40% de seu total é fortemente ondulado, restando somente 20% da área total do espaço rural do município que pode ser considerado como plano e/ou plato⁴⁰. Fatores estes, conjugados ao tamanho dos estabelecimentos, criam empecilhos para o desenvolvimento da atividade

⁴⁰ ATLAS ESCOLAR DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento, Subsecretaria de estudos geográficos e estatísticos. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1991, p.86.

agrícola, impossibilitando inclusive a utilização da mecanização na maior parte das áreas.

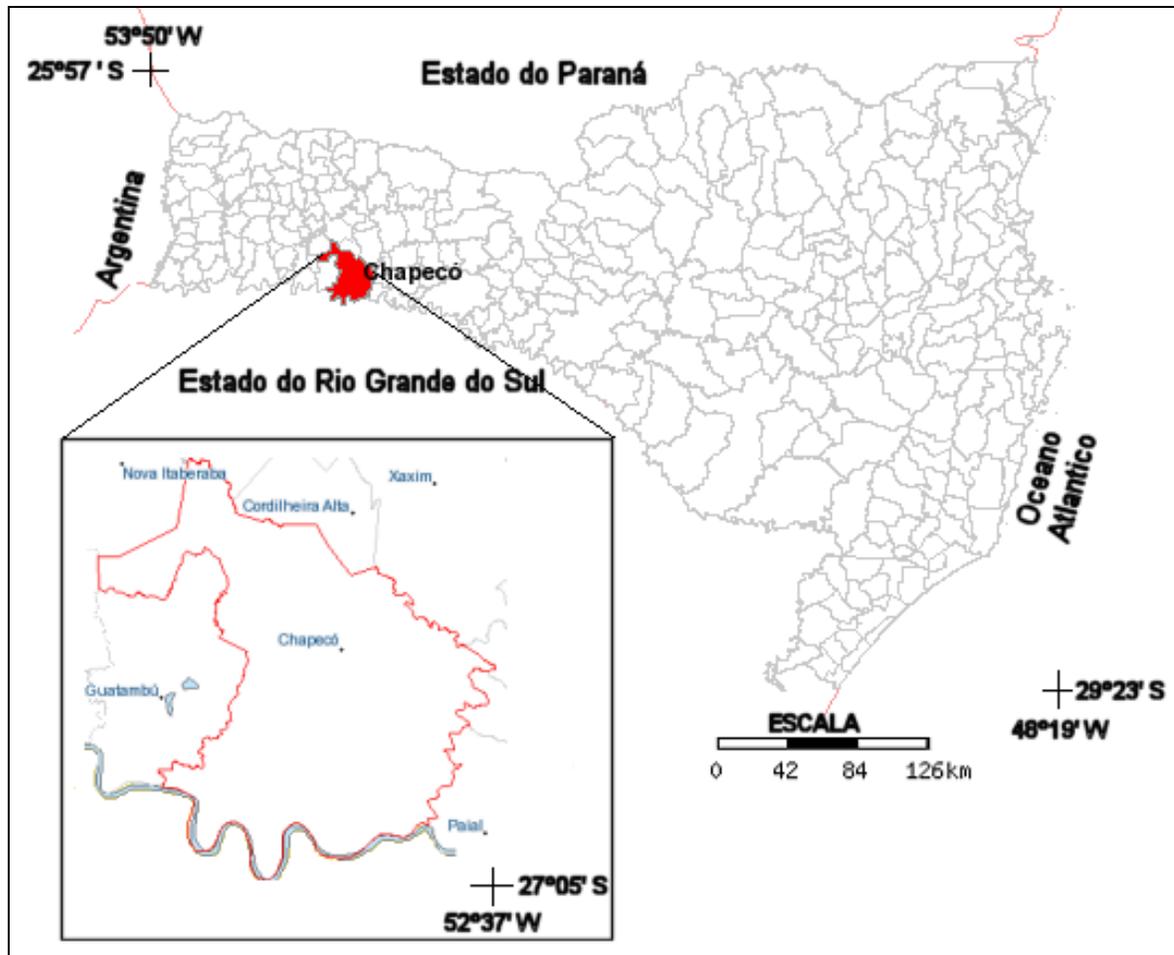


FIGURA 4 - Localização do Município de Chapecó no Estado de Santa Catarina.

Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina (2005).

Organizado por Janete W. Cancelier (2006).

Em toda a região Oeste Catarinense, assim como em Chapecó, a impossibilidade que os agricultores familiares encontram para adquirir novas terras ocasiona à exploração desenfreada dos recursos naturais. Ao longo dos anos, esse processo tem ocasionado a perda da fertilidade natural dos solos e a contaminação dos recursos hídricos, ocasionando queda na rentabilidade da agricultura.

Dentro desta perspectiva, a paisagem⁴¹ está em constante transformação. À medida que os migrantes foram chegando, as florestas foram sendo derrubadas, surgindo casas de madeira e espaços destinados para a produção agropecuária. As madeiras eram “usadas” pelas colonizadoras, como forma de pagamento de parte dos lotes - outra em dinheiro, além dos trabalhos em abertura de ruas. Os desmatamentos na prática foram as colonizadoras que lucraram através da venda da terra, venda da madeira e da exploração da mão-de-obra.

Atualmente, existem apenas alguns resquícios da mata primária. Desta forma, tanto as áreas urbanas quanto a área rural apresentam hoje outras realidades, diferentes das do passado, modificadas diariamente pelas atividades realizadas no espaço, cujas paisagens vão se transformando com os novos cenários que vão surgindo.

3.1. O PROCESSO HISTÓRICO

Até o momento de sua efetiva ocupação, o Oeste de Santa Catarina, incluindo o município de Chapecó, encontrava-se relativamente abandonado pelo poder público do estado. Até o início do século passado, a maior parte da região, era povoada por índios e caboclos.

A paisagem encontrada era exuberante, tomada por espécies vegetais de grande porte. Originalmente a região estava coberta pela Floresta Estacional Decidual e pela Floresta Ombrófila, formações que apresentavam madeiras de considerável valor econômico como a cabreúva, cedro, canela, imbuia, angico, erva-mate etc.⁴². Vilson Testa (1996) afirma que “restam raras glebas destas florestas, estimada em menos de 5% da área, as florestas foram removidas para a instalação das lavouras produtoras de

⁴¹ A paisagem é aqui entendida como uma *marca*, pois expressa uma civilização, mas é também uma *matriz* porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza (Berque 1998, p. 84-85)

⁴² SDM-SC. **Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 1997 p. 54.

grãos e para a construção civil”. A população existente era pequena e esparsa, suas práticas não alteravam de maneira significativa a paisagem existente da época.

Tendo a posse definitiva do território Oeste Catarinense, após resolvida a questão do Contestado em 1916 o Governo do Estado começou a promover o processo de ocupação da região. Neste sentido, em 25 de agosto de 1917 foi criado o município de Chapecó, com área inicial equivalente a 14.793 Km², cujo espaço territorial era reconhecido como a região Oeste Catarinense ou região de Chapecó.

Na antiga extensão territorial do Município de Chapecó, os limites à época iam desde o Município de Joaçaba até a fronteira com a República Argentina, tendo como divisor o Rio Peperi Guassú. A Região Oeste de Santa Catarina representou segundo Bellani (1991) “o último reduto de povoamento e colonização das terras catarinenses”.

As populações indígenas e caboclas precederam os migrantes, vivendo, principalmente da agricultura de subsistência, parcialmente integrada à economia nacional, através da atividade tropeira e da extração de erva mate sendo gradativamente expropriados e explorados pelo processo de expansão da colonização e ocupação do território. A partir desta concepção Marchesan (2003) informa que esta “população possuía características de vida diferente dos colonizadores que chegavam a região acompanhados de novas relações econômicas e perfis culturais”. Deste modo, pode-se enfatizar que o povoamento aconteceu muito antes do processo de colonização que foi uma nova forma de ocupação das terras.

A partir de 1950, com os desmembramentos e a criação de novos municípios, Chapecó começou a perder área territorial. Em 1953, oito municípios conseguem sua autonomia: Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Mondaí, Palmitos, São Carlos, São Miguel d'Oeste, Xanxerê e Xaxim. Dentro do Estado de Santa Catarina o maior número de desmembramentos ocorreu nas zonas coloniais de maior densidade populacional, como nos vales dos rios Itajaí, do Peixe, Tubarão e Chapecó. A evolução histórica, política e econômica do Oeste Catarinense ocasionaram sucessivas emancipações, cujo território original, foi fracionado para dar origem a novos municípios.

O processo de colonização do Oeste Catarinense foi parte integrante de um projeto do Governo Estadual, que objetivava colonizar as áreas com vazios demográficos. No início do século XX, a região estava, segundo a interpretação de Peluso Junior (1991), escassamente povoada, “desprovida de estradas, a população vivia isolada em áreas afastadas das regiões em que se processavam transações comerciais e a economia de subsistência dominava todo o território”.

Vários conflitos ocorreram até se instaurar o processo de colonização. A região foi disputada pela Argentina e pelo Brasil na chamada “Questão das Missiones” ou “Palmas”, que foi resolvida em 1895 com ação favorável ao Brasil. Neste sentido, Espírito Santo (1999) cita que o “conflito levou a instalação da colônia militar de Chapecó (atual Xanxere), em 1882, o que influenciou o processo colonizador que viria a ser concretizado nas décadas de 1910 a 1920”.

A região Oeste foi parte integrante da área contestada entre Paraná e Santa Catarina. Em 1916, após muitos conflitos, foi assinado o acordo sobre os limites territoriais entre os dois estados, cabendo a Santa Catarina, a posse definitiva da maior parte das terras contestadas.

A partir de 1911, mesmo antes da questão do contestado ter sido resolvida, o governo catarinense autorizou que fossem vendidas as terras em grandes glebas a empresas colonizadoras⁴³ particulares. Espírito Santo (1999), em seus estudos, evidência que esta foi a forma escolhida pelo governo para colonizar as terras do Oeste Catarinense, “em consequência os tamanhos médios dos estabelecimentos vendidos aos colonos independiam de condições naturais nem se apoiavam em qualquer embasamento científico-econômico”.

Mesmo antes desse processo de colonização, grande parte das terras no Sul do Brasil foi dividida em colônias, e posteriormente vendida aos agricultores. Cada colônia equivalia a uma área de 25 a 30 hectares, sendo esta forma de ocupação da terra

⁴³ Companhias colonizadoras eram empresas que recebiam concessões de terras do governo estadual, tinham como compromisso fazer a colonização da região, através do incentivo à população para habitarem a região Oeste de Santa Catarina (ALBA, 2002, p. 18).

bastante percebida no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, sendo que o povoamento foi organizado com base na pequena propriedade familiar.

Segundo, Waibel (1979), “25 a 30 hectares no Sul do Brasil são insuficientes para proporcionar a um agricultor e sua família um padrão econômico e cultural decente, visto que a topografia acidentada impõe dificuldades ao desenvolvimento da agricultura”. E realmente o eram, pois, grande parte dos migrantes provenientes do Rio Grande do Sul que vieram para o Oeste Catarinense, fugia do sobreparcelamento e da super exploração em suas unidades agrícolas originais.

Por sua vez, as colonizadoras traçaram o perfil fundiário do oeste, sem levar em consideração as características físicas do relevo. O perfil traçado era mais apropriado para relevos planos não se adequando aos relevos dobrados existentes na região. Em municípios como Chapecó o processo se repetiu, os terrenos foram divididos formando estabelecimentos agrícolas que possuem em média 20 hectares. Neste sentido, levando-se em consideração a estrutura física do terreno, 20 hectares são insuficientes para a reprodução da unidade, não permitindo a melhoria da condição econômica e social.

Desta forma, o retalhamento dos estabelecimentos pelas empresas colonizadoras forçou a estrutura minifundiária que caracteriza a região (HASS, 1997). Contudo, se na hora da divisão dos lotes agrícolas fosse pensado no perfil dos relevos, possivelmente o tamanho das unidades agrícolas seria diferente.

No entanto, estas questões não eram relevantes para as companhias colonizadoras e nem mesmo para o Estado. Para aquelas, interessava vender as terras, e ao Estado, interessava ocupar o território. Por conseguinte, a colonização, como evidencia Waibel (1979), era “sinônimo de negócio, a administração se baseava estritamente em princípios econômicos e, em circunstâncias normais, não era prejudicada por interferência política”. Em decorrência, a ocupação do Oeste Catarinense foi um empreendimento de natureza econômica.

Neste contexto, no início do século XX, a região começou a ser ocupada por agricultores familiares provenientes do Estado do Rio Grande do Sul. A intensificação do processo de colonização ocorreu a partir de 1920 e se estendeu até 1960, quando se esgotou a ocupação da fronteira de colonização agrícola. O processo de colonização trouxe ao município grande contingente populacional, ficando mais evidenciada a população rural até 1960.

A vinda de colonos gaúchos para a região Oeste Catarinense fazia parte de estratégias de reprodução social, pois, “muitas famílias adquiriram glebas com o objetivo de colocar os filhos que não tinham mais oportunidade de conseguir terra na unidade de origem⁴⁴”. Neste enfoque, a maioria dos migrantes baseou sua organização econômica nas atividades agrícolas a partir da pequena propriedade, trabalhadas exclusivamente pela família.

Os migrantes eram atraídos pelas propagandas de terras férteis e pelas condições que as companhias colonizadoras ofereciam. Eram de origem italiana, alemã e eslava, e procuravam desenvolver uma agricultura integrada ao mercado com a policultura e criação de animais domésticos. Marchesan (2003, p. 49) considera que, este diferencial está intimamente associado às características étnicas, econômicas e culturais de origem como,

[...] honra aos compromissos assumidos; atividade econômica definitivamente vinculada ao mercado (agricultura e suinocultura); necessidade de aquisição de bens e utensílios fundamentais para o desenvolvimento da propriedade e do bem-estar; valorização da concepção da ideologia ética do trabalho, incorporada nos colonos, isto é, mediante o trabalho seria possível conseguirem uma vida de fartura, abundância e progresso econômico [...]⁴⁵.

⁴⁴ ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: Desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

⁴⁵ Estas afirmações não interpretam de modo algum a população cabocla como inferior – são modos de vida bem diferentes.

Estas características foram relevantes para o desenvolvimento da agricultura familiar no decorrer do processo de colonização. As atividades praticadas propiciaram crescimento econômico na região Oeste Catarinense.

Durante o processo de colonização ocorreram os ciclos econômicos extrativista, da madeira, da erva-mate e em menor grau do gado bovino extensivo. “Estes ciclos demarcaram a inserção da região no processo global de constituição do mercado nacional, característico do desenvolvimento econômico de caráter urbano industrial do Brasil” (TESTA, 1996), aprofundado após com o desenvolvimento agrícola e da formação econômica agroindustrial.

Deste modo, a ocupação da região levou a expansão da produção familiar e a geração de excedentes. A esse respeito Theis (2000) destaca que, “inicialmente aumentaram os capitais comerciais, posteriormente os agroindustriais, os produtos que mais se destacavam foram o feijão, trigo, milho e suíno vivo; em seguida veio a banha derivada do abate artesanal de suínos”. Correa (1999), por sua vez, afirma que “a diversificação das atividades econômicas, ocorrida nas três primeiras décadas de colonização, associada à geração de excedentes, fez a economia catarinense penetrar numa nova fase de desenvolvimento”, demonstrando a importância da atividade econômica regional para o Estado.

Apesar da colonização da região Oeste Catarinense ser recente, se comparada à de outras regiões do Brasil, ela caracteriza-se por sua forte indústria agroalimentar, alicerçada historicamente em unidades familiares de produção.

A base do crescimento econômico regional, assim como o de Chapecó, tem sido a produção agrícola familiar diversificada voltada ao mercado, diretamente relacionado ao tipo de recursos naturais disponíveis e associada à agroindústria.

De maneira geral, as unidades agrícolas familiares se dedicam mais intensivamente a uma atividade principal, a atividade que gera maior volume de renda, no entanto, também disponibilizam tempo para outros cultivos. O fato de diversificar a produção fornece certa segurança frente às intempéries climáticas.

Testa (1996), em seus estudos, especifica que esta diversificação visa aproveitar a mão-de-obra ao longo do ano, o que faz “reduzir os impactos decorrentes de flutuações de preços e de safras, maior aproveitamento das terras com diferentes aptidões de uso e a busca de interação de explorações agropecuárias com maior aproveitamento de subprodutos”.

Neste sentido, a dinâmica socioeconômica da região Oeste Catarinense e particularmente a de Chapecó, não podem ser compreendidas sem se avaliar a relação e o contexto com o desenvolvimento macroeconômico brasileiro e, em especial, do Sul do Brasil. A expansão econômica da região ocorreu principalmente pelo tipo de agricultura praticado e pela integração destes agricultores com a economia nacional.

Esta produção caracterizou-se pela predominância da família, enquanto unidade organizadora, “do processo produtivo e do trabalho, embora o processo de produção fosse familiar, o produto não era voltado exclusivamente para subsistência, mas também se destinava para o mercado” (THEIS, 2000). Neste contexto, fica evidente que a unidade agrícola familiar tem significativa importância para o desenvolvimento econômico do Estado, e em especial, do Oeste Catarinense.

Em decorrência, a região Oeste Catarinense, assim como o Município de Chapecó, foi palco de disputas, cuja formação sócio-espacial atual é resultado das relações e dos processos que ocorreram entre colonizadoras, agricultores, agroindústrias e Estado.

Atualmente a área rural encontra-se dividida em cinco Distritos, o Primeiro Distrito, Distrito da Figueira, Distrito de Alto da Serra, Distrito de Marechal Bormann e o Distrito de Goio-Ên. A configuração territorial do Município de Chapecó pode ser observada a partir da Figura 5.

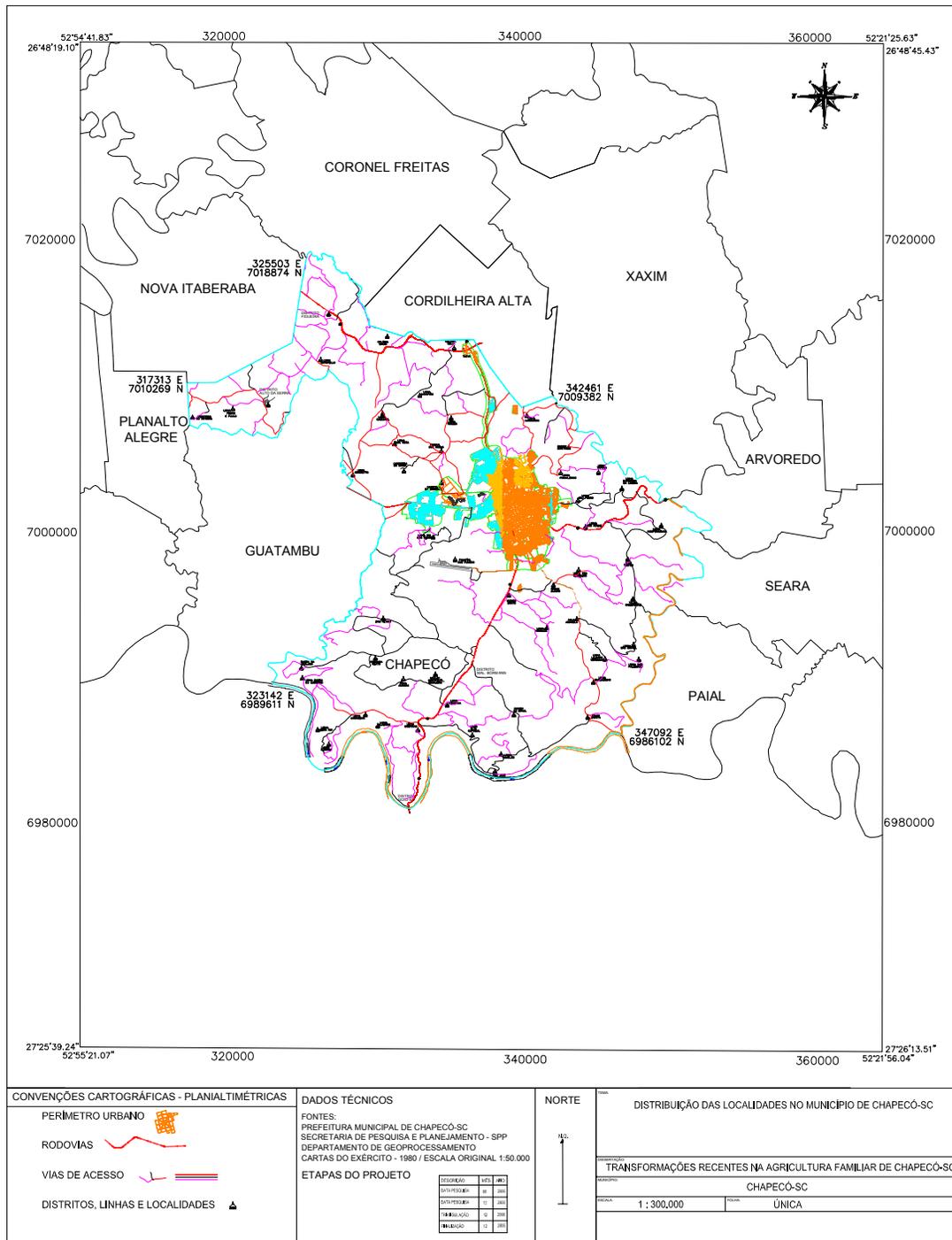


FIGURA 5 - Distribuição das localidades no Município de Chapecó – SC.

3.2. A POPULAÇÃO

A população do município de Chapecó vem crescendo de acordo com sua dinâmica sócio-econômica. No município estão sediadas as principais empresas processadoras e exportadoras de carnes de suínos, aves e derivados do Brasil. Em 2006 a população absoluta contava com 172.962 habitantes, dos quais 160.855 fazem parte da população urbana e 12.107 da rural⁴⁶. A densidade demográfica do município é de 257,98 hab/Km², sendo que a da área rural corresponde a 24,25 ha/Km².

Chapecó apresenta alto índice de crescimento demográfico, sendo que, no período compreendido entre o ano de 2000 e 2004 a taxa de crescimento foi de 2,4%, o maior índice da região Oeste Catarinense.

A atual evolução demográfica da região Oeste Catarinense tem apresentado o mais baixo crescimento de todas as regiões catarinenses. Na década de 1990 esteve em torno de 0,5%, abaixo da taxa mínima de reposição populacional, porém, há grandes variações. Municípios como Chapecó teve aumento acima da média Estadual de 2% ao ano. Segundo, Marco (2004), os municípios que mais crescem, “vêm absorvendo parte do êxodo populacional dos municípios menores da região que em via de regra estão sofrendo um processo sistemático de redução demográfico não só rural, mas também urbano”.

Entre os fatores que elevam os índices de crescimento populacional do município de Chapecó estão os serviços oferecidos. Chapecó é a maior cidade da região Oeste Catarinense, possuindo indústrias de grande porte instaladas em sua área. As indústrias, as universidades, os serviços especializados são fatores que influenciam com o seu crescimento populacional.

A dinâmica populacional do município está também relacionada às mudanças sociais e econômicas do espaço nacional e mundial. A partir da Tabela 4 é possível

⁴⁶ Prefeitura Municipal de Chapecó, 2006, baseado no IBGE.

visualizar a evolução e distribuição da população do município, nas últimas seis décadas.

TABELA 4 – Distribuição População do Município de Chapecó de 1940 – 2006.

Ano	Habitantes	Urbana	%	Rural	%
1940	44.327	4.128	9,31	40.199	90,69
1950	96.604	9.736	10,08	86.868	89,92
1960	52.089	16.668	32	35.421	68
1970	49.865	20.275	41	29.590	59
1980	83.768	55.269	66	28.499	34
1991	123.050	96.751	79	26.299	21
1996	131.014	113.988	87	17.026	13
1997	135.371	118.548	87,5	16.823	12,5
1998	139.878	123.060	88	16.818	12
1999	144.536	127.821	88,44	16.715	11,56
2000*	146.967	134.592	91,57	12.375	8,43
2001	151.152	138.833	91,85	12.319	8,15
2002	154.453	142.328	92,15	12.125	7,85
2003	157.927	145.688	92,25	12.239	7,75
2004	165.220	152.498	92,30	12.722	7,70
2005	169.800	157.470	92,74	12.400	7,30
2006	172.962	160.855	93	12.100	7,00

Fonte: IBGE e Prefeitura Municipal de Chapecó, 2005.

* A diminuição da população rural constatada no censo de 2000, foi causada pelo aumento do perímetro urbano do município.

O município apresentou um incremento importante na população urbana entre a década de 1970 – 1980. Neste período é implementado o Ensino superior, a Cooper Alfa, a Sadia, etc. A diminuição populacional que se observa entre as décadas de 1950 a 1970 ocorreu principalmente pelos desmembramentos de municípios. Entretanto, até 1970 a população rural ainda era predominante.

Entre as décadas de 1970 e 1990 a diminuição da população rural é pequena. No momento seguinte, a partir de 1990 a queda é significativa, sendo mais intenso o período compreendido entre 1990 – 1996.

O êxodo rural existente foi intenso, milhares de agricultores abandonaram o campo e migraram para o núcleo urbano do município. Entre os principais fatores do decréscimo da população rural pode-se citar os desmembramentos de três de seus distritos, Nova Itaberaba, Guatambu e Cordilheira Alta, a crise na suinocultura, a baixa rentabilidade da produção agrícola, assim como, o aumento do perímetro urbano sobre

áreas de espaço rural. Na Figura 6 é possível observar a expansão da cidade sobre o espaço rural.

FIGURA 6 - Transição entre ambiente urbano e rural em Chapecó – SC.

Fonte: Imagem Quickbird,30/03/2005 (Prefeitura Municipal de Chapecó)

A partir do ano de 2000 os índices da população rural vêm se mantendo constante, com pequenas perdas. No ano de 2006 cerca de 7% da população ainda residia no meio rural. Os desmembramentos territoriais fizeram diminuir parte da população de Chapecó, em especial a rural, o Quadro 2 apresenta os municípios que foram criados a partir do município de Chapecó no período compreendido entre o ano de 1953 e 1992 (IBGE, 2006).

QUADRO 2 - Emancipações do município de Chapecó entre 1953 –1992.

Município	Município de Origem	Ano Instalação
São Carlos, Palmitos, Xaxim, Mondai, Dionísio Cerqueira, Xanxere, São Miguel do Oeste e Itapiranga.	Chapecó	1953
Descanso	Chapecó	1956
São Lourenço do Oeste, Campo Erê, Abelardo Luz, Cunha Porá, Fachinal dos Quedes, Maravilha e São José do Cedro.	Chapecó	1958
Coronel Freitas, Quilombo, Guaraciaba, Modelo, Pinhalzinho, Saudades, Guarujá do Sul e Palma Sola.	Chapecó	1961
Caxambu do Sul, Águas de Chapecó, Galvão, São Domingos, Anchieta e Romelândia.	Chapecó	1963
Vargeão, Nova Erechim	Chapecó	1964
Caibi	Chapecó	1965
Nova Itaberaba e Guatambu,	O município de Guatambu teve origem a partir de Chapecó e Caxambu do Sul	1991
Cordilheira Alta	Chapecó	1992

Fonte: AMOSC, 2006.

Contudo, apesar dos desmembramentos, a população urbana continua crescendo, muitas pessoas migraram de cidades menores para Chapecó, principalmente em busca de trabalho. Estas pessoas partem com a perspectiva de encontrar melhores condições de vida.

Por outro lado, verifica-se que no espaço agrário ocorre perda da importância sócio-econômica da agricultura, não enquanto produtora de alimentos, mas em relação a outras atividades, com a cidade passando a ter maior abrangência econômica. Desta forma, observa-se que em algumas áreas rurais de Chapecó o espaço rural passa a ser visto como um espaço de reprodução social e não como um espaço de reprodução econômica.

Nos espaços debilitados economicamente as condições de vida da população são fortemente influenciadas pela transferência de renda, especialmente da esfera Federal como aposentadorias. Nestas áreas a falta de perspectivas de continuidade na atividade agrícola tem motivado a evasão dos jovens. Nessas circunstâncias, percebe-se que as transformações ocorridas na agricultura brasileira também se refletem no espaço catarinense e particularmente no município de Chapecó.

É relevante perceber que ocorre uma grande busca pelo espaço urbano de Chapecó. Os constantes fluxos migratórios em direção a sua área urbana tem aumentado o número de habitantes do município. A perda da vitalidade rural tem se mostrado em nível regional, no entanto, o ganho de vitalidade urbana é de Chapecó.

3.3. A ESTRUTURA FUNDIÁRIA

A estrutura fundiária no Brasil está caracterizada pela concentração de terras, onde menos de 2% dos imóveis rurais detêm mais de 40% da área total. Segundo o Censo Agropecuário 1995/1996 do IBGE, o segmento patronal detinha 240.042,22 milhões de hectares, enquanto que o segmento familiar detinha 107.768,450 milhões de hectares.

No entanto, esta concentração fundiária não esta presente em todo o território Nacional. Estados como o de Santa Catarina apresentam grande contingente de estabelecimentos familiares. Os dados do IBGE, referente ao ano de 1995/1996 demonstram que neste estado 90% do número de estabelecimentos rurais, possuem área de até 50 hectares. Na região Oeste do Estado, assim como em Chapecó, o fenômeno se repete e a agricultura familiar é predominante.

No município de Chapecó, segundo a Prefeitura Municipal, o espaço rural é ocupado pela agricultura familiar, caracterizada pela pequena quantidade de terra, ou seja, minifúndios. Do total de 1837 estabelecimentos⁴⁷ rurais, 92% do total são de caráter familiar. O índice de Gini⁴⁸ de concentração da terra de Chapecó apresentado a partir do Quadro 3 evidencia a tendência da desconcentração da terra.

⁴⁷ Nesta pesquisa adotam-se os dados do IBGE que trabalham com estabelecimentos rurais, os quais têm como ano base o censo agropecuário de 1995/1996. A utilização destes dados ocorreu pela inexistência de dados atuais.

⁴⁸ O Índice de Gini é uma medida de concentração ou desigualdade comumente utilizada na análise da distribuição de renda, mas que pode ser utilizada para medir o grau de concentração de qualquer

QUADRO 3 - Índice de Gini da concentração da terra de Chapecó e do Estado de Santa Catarina em 1970, 1980, 1985 e 1995-1996.

Ano	Chapecó	SC
1970	0,462	0,630
1980	0,473	0,665
1985	0,458	0,670
1995/1996	0,439	0,682

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de Santa Catarina - 1970, 1980, 1985 e 1995-1996.

De acordo com o Quadro pode-se averiguar que os índices de concentração da terra de Chapecó são inferiores aos do Estado. No entanto, até 1980 as tendências de Chapecó, apontam para maior concentração da posse da terra, assim como, no Estado.

Posteriormente, a esse período vêm ocorrendo maior distribuição, chegando ao seu melhor índice no ano de 1995/96. Estes dados indicam estar ocorrendo um sobreparcelamento do solo o que, por sua vez, vem a ocasionar o empobrecimento da população rural pela pequena proporção de terra resultante.

Contudo, a maior distribuição da terra não indica estar havendo melhoria na qualidade de vida na agricultura familiar. O sobreparcelamento tem tornado muitas unidades agrícolas inviáveis economicamente.

Já os índices gerais demonstram haver uma tendência contrária entre Chapecó e o Estado. Enquanto em Chapecó ocorre queda nos índices de concentração, no Estado a concentração tende a se apresentar em níveis crescentes ao longo do período. No entanto, estes índices não se apresentam de forma igual em todo o território catarinense, em regiões como Lages e planalto norte a concentração é mais pronunciada.

A distribuição da terra no município de Chapecó, segundo o número de estabelecimentos rurais encontrados pode ser visualizada a partir da Tabela 5.

TABELA 5 - Estrutura Fundiária do município de Chapecó – número de estabelecimentos por tamanho 1975-1995.

Classificação dos estabelecimentos	Estabelecimentos em 1975	Estabelecimentos em 1995	% da área em 1995
Até 10 ha	1434	822	44.77
10 a 20 ha	1108	539	29.34
20 a 50 ha	966	363	19.76
50 a 100 ha	173	77	4.19
100 a 500 ha	66	32	1.74
500 a +	8	4	0.20
Total	3.755	1837	100

Fonte: IBGE, 2005.

Organizado por Janete W. Cancelier (2006).

A análise da tabela 5 evidência o desaparecimento de 1918 estabelecimentos rurais no município no intervalo de 1975 a 1995. Todos os estratos sofreram perdas, sendo que, essa queda está relacionada às crises enfrentadas pelos agricultores, ao fracionamento por herança, e aos desmembramentos de Nova Itaberaba, Guatambu e Cordilheira Alta como citado anteriormente.

A maior parte dos estabelecimentos está estruturada entre unidades que vão até 20 hectares. Observa-se, contudo, que o número de estabelecimentos com área inferior a 10 hectares é expressivo, fato esse, que pode estar relacionado aos constantes processos de subdivisão das unidades. Pode-se, concluir a esse respeito, que o fracionamento por herança tende a aumentar os extratos pequenos (neste caso os inferiores a 20 hectares) pelo menos num primeiro momento, depois, provavelmente com a inviabilização das menores unidades ocorre uma concentração.

Os estabelecimentos com até 50 hectares foram os que tiveram queda mais acentuada. Observa-se também, que nestes estratos concentra-se o maior percentual de unidades agrícolas. Quanto à representatividade da área ocupada os extratos com até 10 hectares se sobressaem.

Pode-se afirmar que a diminuição dos estabelecimentos com área de até 50 hectares não ocasionou aumento dos demais extratos. Estes dados confirmam o forte

processo de êxodo rural existente na região. Em diferentes temporalidades, a falta de alternativas e a conseqüente descapitalização levaram muitos agricultores a abandonar as atividades agrícolas e a procurar outras atividades para adquirir renda. Em Chapecó, a procura pela macroárea de densificação e expansão urbana⁴⁹ apresentava-se ainda como a melhor opção, cujas agroindústrias instaladas são um atrativo para a população rural pela oferta de empregos.

Verifica-se também a partir da Tabela 5 que 93% dos estabelecimentos possuíam no período correspondente a 1995/96 menos de 50 hectares. Considerando-se os com menos de 100 hectares, este percentual sobe para mais de 98%. Convém destacar que 22,65% dos estabelecimentos rurais possuíam menos de cinco hectares, dados que configuram uma estrutura agrária marcada pelo minifúndio⁵⁰.

Nota-se que os estabelecimentos com até 10 hectares ocupam 44,77% da área rural do município, enquanto aqueles com mais de 100 hectares ocupam apenas 1,94% da área. O número total dos pequenos estabelecimentos e o tamanho da área explorada demonstra que os pequenos estabelecimentos rurais são predominantes no município.

3.4. CONDIÇÃO DO PRODUTOR SEGUNDO A PROPRIEDADE DA TERRA

Em relação à propriedade da terra no município de Chapecó, no período compreendido entre 1975 – 1996 têm-se a predominância de produtores proprietários como pode ser observado na Figura 7.

⁴⁹ A partir de 2004 com o Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Chapecó – PDDTC, o perímetro urbano passou a ser definido como macroárea de densificação e expansão urbana.

⁵⁰ Neste estudo o minifúndio é compreendido como o imóvel rural com área inferior a um módulo fiscal. Em Chapecó o módulo fiscal corresponde a 20 hectares.

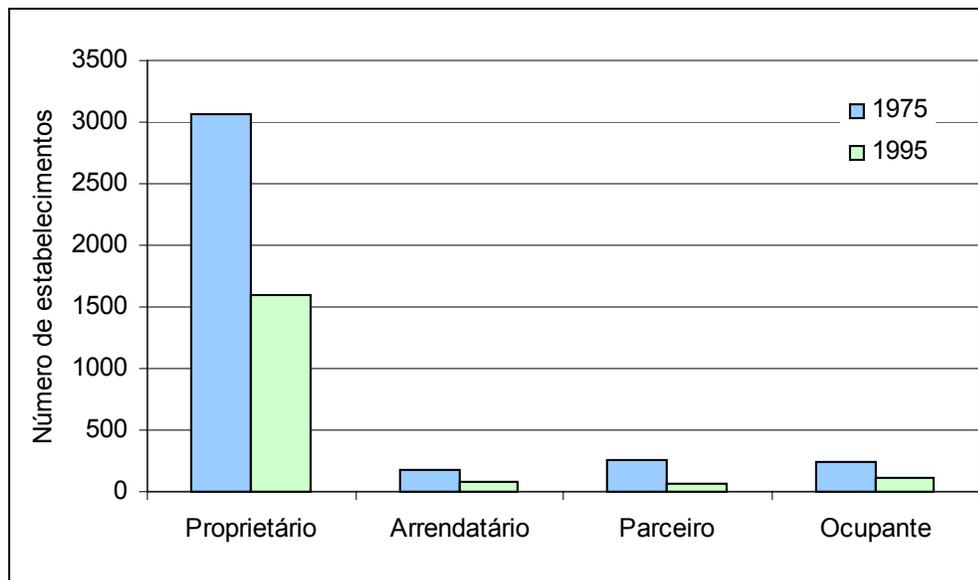


FIGURA 7 - Condição do produtor rural de acordo com a propriedade da terra.

Fonte: Banco de dados da prefeitura de Chapecó, dados do IBGE.

Organizado por Janete W. Cancelier (2006).

Observa-se que num período de 20 anos (1975/1995), houve um decréscimo em todas as categorias, sendo que a dos proprietários foi a mais elevada, ocorrendo uma perda de 1483 proprietários. Este fator pode ser atribuído ao processo modernizante da agricultura, a reestruturação produtiva exigida pelas agroindústrias, assim como, aos desmembramentos municipais.

Em Chapecó a reprodução do espaço rural foi adequada segundo Alba (2002) às “novas necessidades das agroindústrias, as relações de trabalho, força produtiva e os meios de produção mudaram acompanhando o processo de modernização agrícola ocorrido a partir de 1970”.

Os estabelecimentos explorados por arrendatários e parceiros se apresentam em número reduzido. De modo geral, o baixo poder aquisitivo e a impossibilidade de comprar terras levam à prática do arrendamento. Contudo, o número expressivo de pequenos estabelecimentos rurais com área inferior a 10 hectares dificulta a prática do arrendamento. Como os estabelecimentos são conduzidos e trabalhados pelas famílias também é pequena a prática de parcerias.

A categoria dos ocupantes teve maior incidência no ano de 1975, já em 1995 representa pequeno percentual, em sua maioria, são estabelecimentos que ainda não estão regularizados. A diminuição da categoria dos ocupantes, também foi observada por Pértile em Quilombo, município próximo a Chapecó. Para Pértile (2001) esse processo pode ser associado ao “surgimento de diversos movimentos sociais a partir de 1980, os quais tiveram grande influência na luta pela terra”, fazendo com que grande parte dos ocupantes passasse a integrar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Contudo, convém destacar que na região Oeste Catarinense, e particularmente em Chapecó, a formação do pequeno estabelecimento pode ser compreendida como já mencionou-se anteriormente, através do processo de colonização que ocorreu na região. O migrante (proveniente do Rio Grande do Sul) adquiria através de compra uma colônia de 10 alqueires, o que correspondia a 24,2 hectares por família no início do século XX.

3.5. DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NO SETOR AGROPECUÁRIO

As relações de trabalho que ocorrem no setor agropecuário de Chapecó demonstram a significância da agricultura familiar para ocupação de mão-de-obra, assim como, para a economia agrícola. Em 2004, o setor primário participou com 12,08% para a economia municipal. As indústrias de base agrícola⁵¹ também devem ser consideradas, pois, contribuem significativamente para o número de trabalhadores ocupados e para o crescimento econômico. A partir da Tabela 6 é possível visualizar a distribuição de pessoas ocupadas no setor agropecuário por tamanho de estabelecimento.

⁵¹ Entre as principais indústrias de base agrícola presentes em Chapecó citam-se: a SADI/SA, a Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda, Laticínios Tirol, Vonpar refrescos, Apti alimentos, Ltda, etc. As maiores empresas de Chapecó estão diretamente vinculadas ao setor primário pela necessidade de matéria-prima.

TABELA 6 - Pessoal ocupado por tamanho do estabelecimento e por faixa de idade no município de Chapecó em 1996.

Classificação dos Estabelecimentos	Total (%)	Homens		Mulheres	
		Menores de 14 anos	Maiores de 14 anos	Menores de 14 anos	Maiores de 14 anos
Menos de 2 ha	3,98	43	126	36	111
2 a menos de 10 ha	32,60	356	1111	277	843
10 a menos de 20 ha	28,35	282	973	236	760
20 a menos de 50 ha	21,95	171	831	139	601
50 a menos de 100 ha	5,60	25	293	13	114
100 a menos de 200 ha	5,82	35	270	43	114
200 a menos de 500 ha	1,08		59	1	26
500 a 1000 ha	0,62		42	-	7
Total	100	912	3705	745	2576

Fonte: IBGE Censo agropecuário 1996.
Organizado por Janete W. Cancelier (2006).

Ao observar a tabela verifica-se, que os estabelecimentos com menos de 50 ha absorvem 86,88% das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas. Nos estabelecimentos que possuem até 20 ha este percentual chega a 64,93% do pessoal ocupado. No entanto, o maior percentual de pessoas ocupadas encontra-se nos estabelecimentos com até 10 hectares, estes, detem 36,58% da mão-de-obra ocupada.

As unidades com até 20 hectares além de abarcarem o maior percentual de pessoas ocupadas também apresentam o maior percentual de estabelecimentos agrícolas, sendo encontrados 1361 unidades no Censo Agropecuário do IBGE de 1996.

Em contrapartida, os estabelecimentos com mais de 50 ha ocupam 13,12% da mão-de-obra, sendo que, deste total, 11,42% está empregado em estabelecimentos com até 200 ha. Estes dados confirmam que no espaço rural de Chapecó a maior parte da mão-de-obra está ocupada nas unidades agrícolas familiares.

Observa-se ainda, na tabela 7, que as atividades no espaço rural são realizadas predominantemente por homens. Contudo, chama atenção, a quantidade de pessoas ocupadas com idade inferior a 14 anos. Os homens menores de 14 anos somam 11,49% do pessoal ocupado, já as mulheres menores de 14 anos somam 9,38%. Na mesma é possível visualizar as atividades realizadas por estes jovens.

TABELA 7 - Pessoal ocupado por grupo de atividade econômica, no município de Chapecó em 1996. Faixa de idade = menor de 14 anos.

Grupo de atividade econômica	Variável	
	Pessoal ocupado (Pessoas)	Pessoal ocupado (Percentual)
Total	1.657	20,83
Lavoura temporária	783	9,85
Horticultura e produtos de viveiro	19	0,24
Lavoura permanente	17	0,21
Pecuária	414	5,21
Produção mista (lavoura e pecuária)	393	4,94
Silvicultura e exploração florestal	30	0,38
Pesca e aquicultura	1	0,01

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1996.
Organizado por Janete W. Cancellier (2006).

Verifica-se que as lavouras temporárias, a pecuária e a produção mista são as atividades que mais ocupam os jovens no espaço rural de Chapecó. As lavouras temporárias apresentam maiores índices, 9,85% dos jovens ocupados. Em Chapecó estas lavouras são caracterizadas principalmente pela produção de feijão, milho, arroz, mandioca, verduras e legumes.

Quanto à pecuária, pode-se destacar que maior parte dos estabelecimentos agrícolas possui animais, cabendo aos jovens cuidar da manutenção destes. Observa-se, contudo, que os jovens menores de 14 anos participam de forma ativa nas atividades que envolvem a unidade familiar. No entanto, a baixa rentabilidade e a incerteza quanto ao futuro da agricultura familiar tem estimulando os jovens a abandonar a área rural, migrando em busca de melhores condições de vida.

Também, é importante ressaltar que 87,10% da mão-de-obra utilizada nos estabelecimentos provêm exclusivamente do trabalho familiar no ano de 1996. A predominância do trabalho familiar nas unidades agrícolas vêm se mantendo ao longo dos anos em Chapecó. Contudo, na época das colheitas dos produtos os agricultores acabam recorrendo a contratação de mão-de-obra temporária.

A constante mão-de-obra familiar utilizada na agricultura familiar pode ser explicada pela estrutura agrária encontrada na região e em Chapecó. O processo pelo qual foram criados os estabelecimentos ocasionou o predomínio dos pequenos

estabelecimentos. Estes, por sua vez, pela limitação de área, não apresentam necessidade de trabalhar com empregados permanentes.

3.6. TENDÊNCIAS ATUAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR E OS MÚLTIPLOS USOS DO ESPAÇO RURAL

Na atualidade ao se estudar o espaço rural⁵² no Brasil percebe-se que a função do meio rural se alterou com o tempo, apresentando realidades complexas e distintas. O rural antes visto como um espaço onde se realizava somente a produção agropecuária, passa a ser visto como um espaço de múltiplas funções.

Os agentes territoriais interessados neste novo mercado evidenciam-no como um espaço onde se tem qualidade da vida e bem-estar, criando novos usos, principalmente através dos condomínios rurais fechados, das chácaras de lazer e do turismo rural.

As exigências sobre o meio rural ultrapassam a simples função daquilo que o rural pode produzir e ficam segundo Souza (2006), “mais centradas naquilo que os inúmeros interesses econômicos, políticos e sociais desejam que produzam, o que traz implicações quanto a reprodução da agricultura familiar”. Desta forma, o processo de reprodução do espaço geográfico envolve dinâmicas implementadas por distintos agentes sociais, os quais possuem demandas e interesses específicos.

Todavia, é importante compreender que o espaço rural está em permanente transformação, são mudanças físicas, sociais, econômicas e culturais. Compreendê-lo significa antes de tudo reconhecer a heterogeneidade deste espaço. A esse respeito Barreto (2004, p.7) enfatiza que,

⁵² No espaço rural ocorre um modo particular de organização da vida social. O estudo deste espaço pressupõe a compreensão dos contornos, das especificidades, das representações. Assim, o rural deve ser entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico, lugar onde se vive, (particularidades do modo de vida, identidade) e lugar de onde se vê e se vive o mundo, ou seja, a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade. (KAYSER, 1990).

[] para melhor compreensão do espaço rural, há dois enfoques que permitem um olhar mais amplo sobre esse território. O primeiro trata da “pluriatividade” das famílias rurais, ultrapassando a concepção ainda utilizada de que as famílias no meio rural vivem apenas do trabalho em atividades agrícolas. Hoje, é possível perceber que há muitas outras ocupações que geram emprego e renda para essas famílias, como a construção civil, o artesanato, confecções, etc. O outro enfoque trata da “multifuncionalidade” da agricultura. Engloba as múltiplas funções do mundo rural que, além da produção e extração de bens privados, como alimentos, fibras, agroturismo e outros produtos comerciais, também desempenham funções que se referem à reprodução de bens públicos, como a manutenção da biodiversidade, conservação do solo, a paisagem rural, herança cultural, segurança alimentar, entre outros [].

Observa-se, que no espaço rural encontram-se diferentes tipos de agricultores familiares, cada qual com características específicas que os diferenciam dentro do segmento. Este espaço também não é isolado, as relações com o local, com a cidade, com a região e com o global, atuam diretamente sobre as dinâmicas e os processos que envolvem a agricultura familiar.

E em Chapecó, através das áreas pesquisadas (Figura 8), observa-se que apesar da pluriatividade⁵³ estar presente, principalmente com o beneficiamento da produção e a comercialização nas feiras, o uso do espaço rural ainda é identificado como um espaço onde a atividade agrícola é dominante.

Contudo, pode-se enfatizar que o espaço rural de Chapecó vem se transformando ao longo dos anos, principalmente a partir de 1990, quando novas formas de inserção sócio-econômicas para a agricultura familiar surgiram. As dificuldades impostas à agricultura familiar ocasionaram mudanças, a falta de incentivos e os problemas enfrentados pelos agricultores os levam a buscar constantemente alternativas de reprodução econômica.

⁵³ Schneider (2003) definiu a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. As famílias rurais organizam-se de modo que uma parte de seus membros permaneça na propriedade, geralmente os mais velhos, enquanto os demais se dedicam aos trabalhos fora da propriedade.

A partir dos anos de mais ou menos 1996 diversos setores da sociedade e entidades públicas se envolvem na questão e passam a discutir os problemas que afligem as unidades agrícolas familiares.

Neste sentido, surgiram no Município programas destinados especificamente à área rural como: o Programa de Piscicultura, de Produção de Hortifrutigranjeiros e Agroecológicos, da Feira de Produtos Coloniais e Agroecológicos, de Infra-estrutura à propriedade rural e abastecimento de água, de Melhoramento do solo, de Agroturismo, de Fruticultura, de Apicultura, de Melhoramento animal, de Bovinocultura de Leite, de Educação Alimentar e Produtos de Higiene e Limpeza, de Agroindústria familiar de pequeno porte, de Educação Ambiental, de Plantas Medicinais e de Crédito Rural. Estes projetos visam oferecer oportunidades de fortalecer o espaço rural do Município e são mantidos pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento municipal.

A valorização do produtor familiar pela população local, por entidades públicas municipais, privadas e ONGs facilitou a busca por estratégias viáveis para o fortalecimento da agricultura familiar.

Dessa maneira, constata-se que no município de Chapecó, além das atividades agropecuárias já consolidadas como a suinocultura, o milho, feijão, soja e mandioca, os agricultores familiares passaram, também a se dedicar a outras atividades para implementar rendas.

Contudo, há de se ter claro que historicamente a agricultura familiar está condicionada a mudar seu perfil, atendo aos mais diversos interesses, inclusive do capital. Desta forma, novos usos e funções surgem e ressurgem cotidianamente para a agricultura familiar, e em Chapecó observa-se que estas tendências se manifestam no espaço rural através de atividades como:

Agroturismo: é uma nova atividade que surge no Município, sendo atualmente desenvolvida por 25 famílias de agricultores. A atividade está se tornando uma alternativa de renda complementar, contribuindo para o aumento da auto-estima dos agricultores, pela melhoria do visual e do ambiente rural. Atualmente estão cadastrados

na Prefeitura Municipal de Chapecó 30 pontos de Agroturismo, distribuídos no espaço rural.

No entanto, não se pode deixar de evidenciar que esta atividade também se consolida pelo interesse que o capitalismo tem em se apropriar do espaço através dos mais diferentes tipos de atividades. Em Chapecó, atualmente esta é uma atividade pouco promissora em termos de desenvolvimento socioeconômico, pois a procura pelas rotas do Agroturismo ainda é pequena. A precariedade na infra-estrutura é outro agravante ao desenvolvimento da atividade.

Fruticultura: A crise da suinocultura nos anos de 1980 ocasionou redução das opções de renda para a maioria dos agricultores familiares. O baixo valor adquirido com a produção de grãos torna esta atividade inadequada para as unidades familiares. Desse modo, a fruticultura surge como alternativa viável ao produtor familiar da região, principalmente com o cultivo de pêssegos, uvas e laranjas.

Em Chapecó o programa da fruticultura foi instalado em 1998 e já atende a 330 famílias. As espécies mais promissoras para as condições do município são: laranja, bergamota, uva, goiaba, maracujá, banana, morango e pêssegos⁵⁴.

A questão do mercado não apresenta dificuldades, pois a maior parte das frutas comercializadas nos supermercados de Chapecó vem de produtores de fora da região e do Estado. Os agricultores que já desenvolvem a atividade comercializam a maior parte da produção nas feiras coloniais do município. Também existe a feira da fruta da época⁵⁵ organizada pela Prefeitura Municipal, onde são comercializadas diretamente ao consumidor frutas frescas, colhidas e trazidas pelos agricultores familiares, principalmente as cítricas.

⁵⁴ Contudo, há que se levar em conta, neste sentido, que tais cultivos por serem de produção sazonal, dificultam que grande parte dos produtores se dediquem somente a esta atividade, havendo a necessidade de outras atividades que os remunerarem nos outros períodos do ano.

⁵⁵ Na feira da fruta da época a Prefeitura Municipal garante o transporte da unidade agrícola até o ponto de feira, porém, são priorizados os produtores que não possuem meio de transporte, nem pontos de feira.

O Programa Compra Direta⁵⁶ da prefeitura Municipal de Chapecó também incentiva a atividade da fruticultura. No ano de 2005, o Programa foi responsável pela aquisição de 91.600 Kg de laranjas pagando em torno de R\$0,65 o Kg ao agricultor. Além disso, ainda existe a possibilidade de uso industrial, através das indústrias de sucos existentes na região.

Piscicultura: O programa de incentivo a construção de açudes iniciado na década de 1980 (Governo do Estado/SUDESUL) construiu, na região, cerca de 5 mil açudes (TESTA, 1996). Recentemente este trabalho tem ficado a cargo das prefeituras e associações.

No município de Chapecó, segundo o Secretário da Agricultura Ricardo Lunardi, a atividade não está produzindo em plena capacidade, onde muitos açudes encontram-se ociosos. A indústria de pescados instalada em Chapecó que processava carpas e tilápias, passou por dificuldades financeiras, sendo fechada por algum tempo.

Os piscicultores também precisam se adequar ao TAC⁵⁷ - Termo de Ajustamento de Conduta, o qual tem por finalidade regularizar as atividades da piscicultura instalada em áreas de preservação permanente, assegurando condições mínimas para a garantia da atividade. Desta forma, a assistência técnica, o trabalho de educação ambiental, a

⁵⁶ O Programa de Aquisição de Alimentos Compra Direta da Agricultura Familiar está ligado ao Programa Fome Zero do Governo Federal. No Programa a prefeitura recebe o recurso do Governo Federal para a aquisição de produtos da agricultura familiar. A Prefeitura lança um edital de compra e o produtor rural se cadastra. Para serem selecionados os agricultores devem se enquadrar nos critérios do edital, o agricultor tem que ser de Chapecó. Cada agricultor pode vender até 2.500 reais de produto agrícola por ano. O preço recebido pelo produto é o preço de balcão utilizado no mercado, ou seja, é realizado um levantamento de preços em três mercados pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, e esse preço o produtor recebe, sem outro custo. Os produtos adquiridos vão para o banco de alimentos da Prefeitura e posteriormente são repassados para a Secretaria de Educação e a Fundação de Assistência Social. Atualmente com a construção do restaurante popular a procura pelos produtos agrícolas tende a aumentar. Em 2005 foram aplicados no espaço rural de Chapecó com o Programa o montante de R\$500.600,00 valor este distribuído entre 230 agricultores. Em 2006 o valor alcançou R\$ 1.155.000,00 (Secretaria de Desenvolvimento Rural, 2006).

⁵⁷ A partir do lançamento do TAC todos os produtores de peixes já instalados e consolidados da região de Chapecó terão um prazo, concedido pela Promotoria Pública, para se adequar às normas técnicas. De acordo com a nona Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó, os piscicultores que não aceitarem o termo de adesão ao TAC estarão sujeitos às penalidades administrativas e criminais pela operação de atividade potencialmente poluidora em área de preservação permanente e sem autorização ambiental. No Estado de Santa Catarina 90% dos piscicultores vinham construindo açudes em áreas de preservação permanente. A partir de 2000, com a determinação da FATMA de disciplinar o licenciamento ambiental da atividade, os novos projetos foram orientados a ficarem fora das áreas de preservação permanente (Jornal da Cooperalfa, agosto de 2005).

capacitação de técnicos e produtores realizados pela Prefeitura, FATMA e Epagri tem colaborado para a adequação dos viveiros as normas técnicas.

Em Chapecó até o final de abril de 2006 foram capacitados onze técnicos e cem piscicultores. Para a primeira etapa do programa da Secretaria Estadual da Agricultura e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - SDRs de Chapecó e Concórdia foram liberados R\$ 26 mil, no total serão R\$ 270 mil para as duas regionais. Na segunda etapa, técnicos e produtores estão realizando o planejamento da produção em cada propriedade. Durante um ano os técnicos acompanharam cada produtor, fazendo a biometria dos peixes, análise da água e acompanharam a curva de crescimento dos peixes⁵⁸.

Atualmente em Chapecó 200 produtores estão envolvidos com a atividade e a produção gira em torno de 233.700 Kg/ano. A maior parte da produção, 60% é comercializada nas feiras de Chapecó, 20% para o mercado de São Paulo e o restante nas propriedades através do sistema pesque e pague. Os projetos em andamento tanto da Prefeitura como da Epagri pretendem aumentar a capacidade produtiva de peixes nos viveiros. Contudo, os piscicultores reconhecem que falta informação técnica sobre os procedimentos para a produção de peixes. Desta forma, para ser competitivo não dá para produzir sem orientação técnica.

Apicultura: esta atividade se encontra em expansão no município, a rentabilidade do mel e seus derivados têm incentivado os apicultores. Em 2005, a produção chegou a 80 toneladas. Parte desta produção foi absorvida pela Prefeitura com o Programa Compra Direta. Porém, o produto também é comercializado nas feiras coloniais de Chapecó, assim como em mercados locais e regionais.

Já em 2006, através do Programa Compra Direta foi adquirido 6784 kg de mel, destinando aos apicultores um montante de R\$63.769,00 pelo produto⁵⁹, sendo o preço pago pela Prefeitura pelo kg do mel em torno de R\$9.00, valor este também recebido pelo produto nas feiras e mercados. Contudo, o consumo vem se apresentando com

⁵⁸ Jornal da Cooperalfa maio 2006.

⁵⁹ Informativo Rural da Secretaria de Desenvolvimento Rural, número 2. jun. de 2006.

obstáculos, pois a venda do produto está inferior à média da produção, sendo vendido em Chapecó em torno de 2.500 kg ao mês. A criação da Semana do Mel foi uma alternativa encontrada, o evento iniciou em 2006 e teve por objetivo divulgar a comercialização e estimular o consumo de mel. Na semana do mel foram comercializados 1300 kg de mel e diversos subprodutos apícolas. Por sua vez, a capacidade de consumo da população é inferior ao produzido, e nesse sentido os órgãos públicos poderiam estar ajudando, criando meios para colocar a produção em outros mercados, já que muitas vezes o produtor depende de atravessadores, não conseguindo ele mesmo levar seu produto ao mercado.

Indústrias Rurais de pequeno porte (agroindústrias familiares)⁶⁰: neste tipo de atividade ocorre a agroindustrialização artesanal de produtos da agricultura familiar como: queijos, vinhos, derivados de suínos, salames, panificados, cachaça, derivados do leite, geléias, doces em conserva, legumes em conserva, entre outros.

Em Chapecó a comercialização dos produtos ocorre nas feiras coloniais do município. Uma parte da produção também é destinada aos supermercados locais e padarias. Esta atividade tem se mostrado como uma importante fonte de renda para o agricultor familiar. Segundo Mior (2003) o “processamento de alimentos pelos agricultores familiares passa a ser valorizado como uma importante estratégia de formação de renda para centenas de famílias rurais a partir dos anos 90”.

O Programa Educação Alimentar e Agregação de Valor, oferecido pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, com apoio da Epagri, têm oferecido diversos cursos de capacitação para os agricultores que processam alimentos, os mais recentes referem-se a produção de derivados do leite, panificados e biscoitos.

No entanto, cabe salientar que esta atividade exige investimentos em infraestrutura, a unidade de produção deve ser adaptada respeitando critérios e normas da

⁶⁰ Agroindústria familiar rural não se resume ao processamento de alimentos e matérias primas. Embora o processamento faça parte de toda agroindústria rural, esta é mais abrangente e possui características que a distinguem. A agroindústria familiar rural é uma forma de organização onde a família rural produz/processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo à produção de valor de troca na comercialização. Enquanto a atividade de processamento de alimentos e matérias primas visa a produção de valor de uso que se realiza no auto-consumo. (MIOR, Op. Cit. p.178.)

legislação sanitária. Desta forma, a atividade considerada não está acessível a todos os agricultores familiares.

Apesar de existir, a partir de 2004, uma linha de crédito do Pronaf específica para o custeio de Agroindústrias Familiares, a atividade continua sendo desenvolvida em Chapecó por agricultores que possuem condições financeiras favoráveis para realizar os investimentos necessários. Contudo, estes produtores também enfrentam dificuldades para vender a produção. Em Chapecó, a comercialização da produção só ocorre nos mercados locais, e estes por sua vez, segundo os produtores são insuficientes, não absorvem toda a produção. Esta situação cria barreiras para o desenvolvimento da atividade, visto que não permite ampliação na escala da produção.

Em síntese, observa-se que para esta atividade foi utilizada uma política de curto prazo, houve incentivo ao exercício da atividade, foram disponibilizados programas de crédito, de capacitação, de acompanhamento técnico e de infra-estrutura. A preocupação inicial era montar a estrutura para o desenvolvimento da atividade. No entanto, as ações de planejamento e de políticas públicas pecaram por não proporcionar a comercialização em uma escala maior que a local. As políticas públicas e os programas destinados ao espaço rural devem viabilizar que o agricultor familiar se mantenha em longo prazo.

Agroecologia: esta atividade iniciou em 1997 com a produção de horti-fruti-granjeiros. Os principais produtores agroecológicos são notadamente, pequenos produtores, e seus estabelecimentos variam entre 1,5 ha e 19 ha. A produção agroecológica passa a ser vista como uma perspectiva de desenvolvimento para o pequeno produtor.

Conforme a Secretaria de Estado e Planejamento de Chapecó, em 2002, o valor bruto da produção orgânica do município foi de R\$ 215.115,89 para as hortaliças e lavouras; R\$ 53.076,67 para as frutas e R\$ 14.700 para as conservas e geléias. Os produtores agroecológicos cultivam verduras, legumes, grãos, frutas, criam peixes, aves, bovinos, produzem queijo, geléia, etc.

A atividade tem se mostrado viável economicamente, mesmo os produtores com menor renda alegam estar conseguindo manter a unidade agrícola. Em estudo realizado em 2005 Cancelier⁶¹ constatou que em Chapecó apesar da agroecologia se mostrar como uma alternativa viável percebe-se que o número de produtores que praticam a atividade ainda é pequeno. As dificuldades no manejo da produção levam os produtores a utilizar produtos químicos, os mais utilizados são os secantes em função do grande número de plantas invasoras, o que vem a inviabilizar a agroecologia.

Um dos fatores que levam os produtos agroecológicos a ter saída são as feiras, realizadas semanalmente, garantindo a entrada de renda para o produtor. Segundo Ruffato (2005), pelas feiras coloniais e agroecológicas circulam por semana em média 7.000 consumidores que buscam alimentos frescos, saudáveis e baratos. As feiras são uma realidade e uma alternativa de comercialização para a agricultura familiar e para a comunidade.

Bovinocultura de leite: não pode ser considerada como uma nova atividade, no entanto, é uma atividade promissora em termos de oportunidade de trabalho e renda, para grande número de agricultores que perderam o vínculo com a suinocultura. A produção leiteira fornece entrada de renda diária para o agricultor, desta forma tem um peso econômico e social enorme.

A maior parte das unidades agrícolas de Chapecó produz leite na atualidade, tanto para subsistência, quanto para comercialização, e nem todas praticam a avicultura e a suinocultura, que são atividades importantes do município.

No entanto, o crescimento da produção leiteira é vista com muita preocupação. Há de se pensar até que ponto se pode crescer, sem prejudicar todos os agricultores envolvidos na atividade, pois no ano de 2005, já houve leite em excesso no mercado interno. Segundo o Secretário da Agricultura de Chapecó Ricardo Lunardi, deve-se organizar essa produção para torná-la rentável, e com possibilidades futuras de

⁶¹ CANCELIER, W. Janete. Alternativas de reprodução para a agricultura familiar: o caso dos produtores agroecológicos do município de Chapecó – SC. 2005.

exportação da produção. Contudo, para que a exportação venha a ocorrer há necessidade de melhorar as práticas de manejo superando as barreiras sanitárias.

Neste sentido, algumas medidas já estão sendo tomadas. As unidades de produção leiteira vêm passando por um processo de monitoramento, os agricultores estão realizando cursos de capacitação na escola agrícola Marechal Bormann, nas áreas de qualidade de leite, de inseminação artificial, de melhoramento genético do rebanho, manipulação de queijos e derivados de leite.

Apesar dos percalços enfrentados a atividade tem se mostrado atrativa para muitos agricultores familiares. Tendências apontam para ampliação da produção leiteira em toda a região Oeste, já que as indústrias existentes na região estão atentas a esse aumento da produção. A projeção de novos mercados e ampliação dos ganhos levou a Cooperativa Central Oeste Catarinense (AURORA) de Pinhalzinho a industrializar lácteos a partir de 2007. A opção pelo leite deve-se a grande oferta de matéria-prima, mais de 1 milhão de litros por dia. Para alimentar a futura indústria, a Cooperativa dispõe de uma base produtiva formada por 14.400 produtores associados a diversas cooperativas filiadas entre elas a Cooperalfa de Chapecó⁶².

Ovinocultura: atividade recente vem sendo incentivada a partir de 2005, como mais uma opção ao pequeno produtor, mas ainda são poucos os produtores familiares que praticam. Projetos públicos buscam incentivar este tipo de produção por compreender que esta atividade é mais uma oportunidade para pequenos estabelecimentos por apresentar alto valor agregado. A agregação de valor ocorre principalmente via produção de leite, pois o litro do leite de ovelha é vendido a uma média de R\$7,00. A carência na oferta do produto é utilizado como fator determinante para o incentivo da atividade pelo Poder Público Municipal.

Contudo, a criação de ovelhas para carne é inviável para os agricultores familiares pela necessidade de grandes áreas para pastagens.

⁶² Maiores informações no jornal Cooperalfa número 209, junho de 2006.

Plantas Medicinais: o projeto que vem a viabilizar a produção de plantas medicinais ainda está em fase inicial. É um projeto piloto e iniciou as atividades em 2006. O programa está sendo desenvolvido juntamente com a Secretaria da Agricultura, Secretaria da Saúde e a Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ.

De acordo com Lunardi (2006), a Secretaria da Agricultura capacitará os agricultores, a escola agrícola oferece um espaço adequado para manipulação e secagem de plantas, a parte laboratorial, análises, manipulação e o processamento de pastas e comprimidos será realizada pela UNOCHAPECÓ. A Secretaria de Saúde está trabalhando com os médicos para que futuramente quando o produto já estiver legalizado e liberado para a venda, a rede municipal venha a utilizar. Os próprios médicos vão elencar cinco plantas que serão processadas.

Além disso, em Chapecó estão instaladas duas empresas, o Chá Chileno, a e Apti, que processam ervas. Mais de 90% da matéria-prima utilizada por estas empresas vêm de outros Estados, por uma carência que se tem na região. Neste sentido, pode-se considerar a atividade promissora, visto que o mercado que absorverá a produção tem carência de matéria-prima.

Em Chapecó, grande parte dos agricultores se dedica a mais de uma atividade nos seus estabelecimentos. No entanto estas atividades são pensadas e executadas, para resolver os problemas em curto prazo, na maior parte dos casos as soluções não prevêm uma estimativa em longo prazo. As ações do governo municipal para a área rural, em geral atuam no sentido de remediar do que de fato modificar. Atualmente não existem alternativas prontas, construídas para a agricultura familiar, mas estratégias que em curto prazo tencionam manter os produtores no espaço rural.

A diversificação de atividades e a combinação delas sob diferentes formas dentro do estabelecimento familiar, contribuem para a viabilização da agricultura familiar (TESTA, 2003). Porém, somente a diversificação não garante a sobrevivência e a permanência do agricultor no espaço rural. As relações com o mercado, o acesso a informação, as técnicas, crédito, são elementos condicionantes para a permanência das

unidades agrícolas familiares. De nada adianta diversificar as atividades agrícolas se não existe um mercado consumidor para absorver a produção.

Entretanto, apesar dos problemas e das constantes transformações, observa-se que a agricultura familiar apresenta uma vasta capacidade de se “reinventar” e se adaptar aos novos cenários que vão surgindo. O produtor familiar mantém a unidade agrícola, mesmo vivendo em condições precárias.

O patrimônio sócio – cultural, o apego a terra, a vizinhança, ao espaço onde nasceu e cresceu, o identificam com o espaço rural e atuam diretamente sobre as decisões tomadas pelo grupo familiar. Muitos agricultores, principalmente os mais idosos, não se imaginam em outro espaço que não seja o rural. Desta forma, o espaço rural antes de ser um espaço de reprodução econômica é um espaço de convívio, onde as relações sociais se estabelecem.

3.6.1. O papel das feiras coloniais e agroecológicas

As feiras são consideradas como um espaço consolidado para a comercialização da produção da agricultura familiar de Chapecó. É o resultado de trabalhos realizados em conjunto, entre ONGs, Entidades Públicas, Privadas, Associações e comunidade. O envolvimento do produtor familiar no processo foi relevante, visto que, uma das metas do projeto das feiras é garantir a sobrevivência e a permanência do agricultor familiar no campo.

Segundo Ruffato (2005), as feiras iniciaram suas atividades no município de Chapecó em 1997, sendo que “no início havia somente oito feirantes e os produtos eram comercializados numa única feira localizada no estacionamento do estádio Índio Condá”. Esta primeira fase foi muito difícil para os agricultores, pois faltava infraestrutura e a localização da feira não favorecia as vendas, e, além disso, não existiam incentivos públicos.

Em 1998, uma parceira do poder público local com os agricultores feirantes e com apoio da população urbana, deu início ao processo de criação do espaço da feira no centro da cidade. A partir daquele momento a feira passa a contar com infraestrutura adequada, isto é, cobertura, banheiros, bancas fixas, como pode ser observado na Figura 9.



FIGURA 9 - Feira colonial e agroecológica do centro de Chapecó.

Ponto de feira do centro localizado na esquina da Rua Nereu Ramos e Uruguai.

Fonte: Trabalho de campo, outubro/2006.

No primeiro momento foram instaladas vinte e seis bancas e mais de sessenta famílias são beneficiadas, entre estas as famílias que comercializavam no estacionamento do estádio Índio Condá.

Em 1999, surgiu a demanda nos bairros, as comunidades solicitam a implantação de feiras, surgindo os pontos nos bairros São Cristóvão, Bela Vista, Santo

Antônio, Passo dos Fortes, Jardim América e na UNOCHAPECO, cada qual com oito a dez bancas.

No ano de 2000, as feiras tornam-se um espaço consolidado, havendo sete pontos de venda distribuídos pela cidade, beneficiando direta e indiretamente duzentas e quarenta e sete famílias. Em 2002 foi aberto novo ponto no centro da cidade. Em 2003 e 2004 foram abertos mais dois pontos um no bairro Jardim do Lago e outro no bairro Cristo Rei, com oito bancas cada.

Atualmente, as feiras coloniais e agroecológicas fazem parte da realidade e da identidade do município de Chapecó. O crescimento das feiras, assim como seu sucesso nos leva a refletir sobre a importância do envolvimento e da parceria entre a sociedade e o poder público local para a resolução dos problemas que afligem o território do município.

Fator relevante para o desenvolvimento e crescimento das feiras ocorre pela confiança que a população tem junto aos agricultores. A questão da compra de um produto “fresco” e possivelmente mais saudável atrai grande número de consumidores.

Neste sentido, o projeto das feiras atende a um duplo papel: inicialmente, por ser um espaço destinado para o produtor familiar, caracteriza-se como um espaço que também serve para integrar, para comercializar e acima de tudo para valorizar a agricultura familiar. O segundo elemento a ser considerado é que o espaço das feiras, também é destinado para a população urbana (espaço de convivência), e esta exerce um papel fundamental, pela importância que dá as mesmas. A atitude e os hábitos desta população determinam a viabilidade das feiras.

Em Chapecó o comportamento da população tem demonstrado ser positivo o projeto das feiras. Mas tem-se percepção que as feiras não vão resolver todos os problemas existentes na área rural do município. No entanto, o projeto demonstra-se já ser uma iniciativa de resolução dos problemas que afligem o município, visto que funciona a nove anos de forma satisfatória gerando resultados positivos.

Atualmente existem de forma consolidada dez pontos de feira distribuídos pela cidade, ocorrendo um grande volume de comercialização de produtos, com mais de quatrocentos e cinqüenta famílias beneficiadas direta e indiretamente. A partir da Figura 10 pode-se visualizar a comercialização na feira.



FIGURA 10 - Comercialização da produção na feira colonial e agroecológica.

Fonte: Trabalho de campo, outubro/2006.

Segundo a Prefeitura Municipal de Chapecó são comercializadas ao mês uma média de 04 toneladas de pães, biscoitos e massas, 90 toneladas de hortaliças, 10 toneladas de carne e derivados e 10 toneladas de queijo.

O bom desempenho se dá pela assistência que os agricultores recebem, pela parceria existente entre a Prefeitura Municipal, a Associação dos Produtores Feirantes

de Chapecó e a EPAGRI e pela grande procura existente por parte da população local pela produção nelas disponibilizadas.

Os espaços das feiras atualmente são um bom indício para a viabilidade econômica da agricultura familiar de Chapecó, constituindo-se no único espaço de comercialização dos produtos de muitos agricultores no município.

Segundo Veiga (2001) a solução dos problemas que afligem o espaço rural podem ser encontrados em nível local. Trata-se de “estimular iniciativas que no futuro poderão ser autofinanciadas, mas que dificilmente surgirão se não houver o incentivo inicial”. Acima de tudo trata-se de encorajar os municípios a valorizar o território que compartilham. Desta forma, os incentivos e investimentos realizados junto aos agricultores familiares devem incorporar não somente dimensões tecnológicas, mas também questões sociais e econômicas.

3.6.2. O perfil sócio-econômico dos agricultores entrevistados

A complexidade de realidades existentes dentro de um mesmo espaço geográfico, neste caso Chapecó, leva a constatação de existir na área rural do município, espaços que estão solidificados economicamente e espaços em processo de desvitalização.

Os espaços solidificados são ocupados por agricultores que oferecem condições de retorno e, portanto tem acesso ao mercado e ao crédito. Os espaços “deprimidos” são restritos em financiamentos, não apresentam a mesma forma de reprodução econômica das demais áreas, são espaços em que as atividades agrícolas têm por função principal garantir apenas a subsistência, e inclusive grande parte das rendas, é proveniente de aposentadorias.

Estes elementos condicionam uma visível diferenciação sócio econômica e sócio espacial no espaço rural do município. Ao Norte e a Oeste do município de Chapecó

estão às áreas dinamizadas e os agricultores em melhores condições financeiras, enquanto ao Sul, encontram-se espaços deprimidos economicamente, onde a agricultura se desenvolve com maiores dificuldades⁶³.

As diferenças espaciais encontradas no espaço rural de Chapecó são reflexo dos processos que envolvem uma conjuntura maior que ocorre em escala Nacional, Estadual e Regional. A escala dos fenômenos assume vital importância para a compreensão dos processos que influenciam a dinâmica da agricultura familiar. Partindo desta visão Santos (1997, p.121), considera que a escala dos fenômenos se aplica em duas acepções,

[] a primeira envolve a escala de origem das variáveis relacionadas às forças operantes e a segunda, a escala de seu impacto relacionada a área de ocorrência do fenômeno, a ocorrência é um dado temporal, onde o tempo empiricizado entra como condição de possibilidade e a entidade geográfica preexistente como condição de oportunidade [...].

O esforço de apreensão do espaço geográfico exige pensar e relacionar o lugar, a região, o estado, o país e o mundo a partir da escala espaço-tempo. Dentro desta perspectiva, cada vez mais, o espaço rural de Chapecó é influenciado pela dinâmica que rege os espaços globalizados.

Neste estudo, através das áreas pesquisadas observa-se que ao longo do desenvolvimento histórico de Chapecó, os espaços rurais localizados na parte Sul do Município, Distrito do Goio-En e Distrito do Marechal Bormann, ficaram isolados, debilitados economicamente. Estas áreas não foram “requisitadas” pelas colonizadoras

⁶³ Esta afirmação é feita em função do trabalho de campo realizado. Os resultados da pesquisa demonstram que ao Norte e a Oeste do Município a maior parte dos agricultores familiares está em melhores condições financeiras. No entanto, não estamos afirmando que todos os agricultores familiares vivem na mesma situação, neste espaço também existem agricultores em situação financeira desfavorável. Ao Sul do Município a maior parte dos agricultores entrevistados encontra-se em situação precária, porém, neste espaço também se encontram agricultores familiares em melhores condições. Salientamos que neste estudo não se analisou todos os agricultores familiares do Município, no entanto os resultados são representativos, possibilitando uma visão da atual realidade da agricultura familiar do Município de Chapecó.

pelas adversidades que apresentavam. A situação mais agravante encontra-se no Distrito de Goio-En. Nesta área a dimensão econômica tende a agir essencialmente no sentido de tornar os espaços ocupados pela agricultura familiar cada vez mais periféricos ou marginais em relação à dinâmica econômica da cidade.

Percebe-se que estas áreas de produção encontram-se em declínio, são áreas estagnadas, pela condição periférica que este espaço ocupa dentro do município de Chapecó. São espaços que deixaram de receber investimentos nos últimos anos. Além do mais a estrutura fundiária, as características físicas do relevo, as questões sociais e ambientais também são condicionantes para estagnação econômica. Contudo, a condição geográfica apresenta-se como o principal obstáculo ao desenvolvimento da agricultura, os relevos dobrados em função da calha do Rio Uruguai impõem dificuldades a prática da agricultura.

A maior parte das unidades agrícolas da área trabalha com aproveitamento agrícola abaixo da média necessária para garantir a sobrevivência da unidade, caracterizando-se num sistema social no qual a agricultura freqüentemente gera a menor parte da renda. A exploração agrícola, praticada serve para a subsistência das famílias e dos animais. As aposentadorias e os programas sociais tornaram a dinâmica econômica da área caracterizada pela transferência de renda da esfera Federal.

Os problemas estruturais também estão presentes, as vias de acesso estão mal conservadas, não oferecendo condições adequadas ao tráfego de veículos, ocasionando inclusive aumentando nos custos de produção. Em períodos de chuvas constantes o problema se agrava, as comunidades ficam completamente isoladas, o ônibus escolar fica impossibilitado de trafegar nestes dias, ocasionando perda de aulas, os serviços de telefonia são precários, falta saneamento básico nas residências, a baixa escolaridade e a mobilidade populacional tornam a área ainda mais decadente.

A baixa escolaridade ainda é um fenômeno presente e atuante no espaço rural do Brasil, o índice de pessoas que não completaram o ensino fundamental é alto, configurando-se num obstáculo para o crescimento e desenvolvimento econômico da agricultura familiar.

No espaço rural de Chapecó o fenômeno se repete nitidamente em todos os espaços entrevistados. A partir da Tabela 8 pode-se observar a faixa etária, sexo e o grau de escolaridade dos agricultores entrevistados.

TABELA 8 - Distribuição da população entrevistada segundo sexo, idade e escolaridade.

Escolaridade	Total	Mulheres				Homens			
		Faixa etária [anos]				Faixa etária [anos]			
		Menos de 15	De 15 a 30	De 31 a 50	Mais de 50	Menos de 15	De 15 a 30	De 31 a 50	Mais de 50
Ensino fundamental incompleto	44	3	5	3	10	10	4	2	7
Ensino fundamental completo	11		1	3	1		2	1	3
Ensino médio incompleto	4		1	1				2	
Ensino médio completo	13		1	3			6	3	
Ensino superior incompleto	3		1				2		
Ensino superior completo	1						1		
Crianças que não estão em idade escolar	8	3				5			
Analfabetos	4				2				2
Total	88	6	9	10	13	15	15	8	12

Fonte: Trabalho de campo, agosto/2006.
Organizado por Janete W. Cancelier.

Nos espaços pesquisados⁶⁴ ocorre o predomínio da população masculina representando 57% da população entrevistada. Os homens estão mais presentes na faixa etária de até 30 anos. Já as mulheres estão mais presentes na faixa etária posterior aos 31 anos, são mulheres que já constituíram famílias. A saída de mulheres com idade de até 30 anos é superior a dos homens. Em decorrência o processo de masculinização da população rural já está presente em Chapecó, sendo que às mulheres mais jovens não almejam a profissão de agricultoras, desta forma, migram para a área urbana, se envolvendo em diversas atividades.

O grau de escolaridade é baixo, 50% da população entrevistada não completou o ensino fundamental, nestes, a educação básica se limita a cursar até a 4ª série. O que é compreensível, nas áreas rurais as escolas costumam oferecer somente o

⁶⁴ Os espaços pesquisados encontram-se destacados na Figura 8, página 91.

atendimento até esta série. Apesar de estas escolas oferecerem pouca escolaridade ainda se apresentam como a única chance de acesso a educação para um grande percentual de crianças.

Os jovens que desejam estudar mais precisam vencer uma tripla jornada: inicialmente convencer o pai da importância dos estudos, conseguir desenvolver as duas atividades simultaneamente, estudar e trabalhar na unidade agrícola, e se deslocar geralmente para a cidade mais próxima para estudar. Contudo, as dificuldades de acesso e de locomoção dificultam a continuidade dos estudos.

No entanto, apesar destes problemas também é possível observar na Tabela 8 que existe um número razoável de pessoas cursando ou que já completaram o ensino médio. Em relação ao ensino superior, foram constatados quatro casos, sendo um completo e os outros três em andamento. As atividades desenvolvidas por estes se caracterizam por atividades não agrícolas. O número de pessoas com o ensino médio incompleto e completo pode até parecer pequeno se comparado aos índices do espaço urbano. No entanto, se levarmos em consideração todas as dificuldades apresentadas as pessoas que residem na área rural, veremos que o número é expressivo e que demonstra estar havendo maior interesse pela necessidade de estudos e pela ampliação dos conhecimentos.

Nas famílias com pouca escolaridade os jovens permanecem mais no campo, principalmente os homens. Estes têm poucas chances de desenvolver atividades mais rentáveis. A falta de estudos não possibilita perspectivas para a realização de atividades mais complexas e remuneradas na área urbana e conseqüentemente na área rural ficam sem alternativas de explorar outras formas de cultivo. Desta forma, a permanência destes jovens na área rural resulta, segundo Lamarche (1998), “da dificuldade de obter melhores condições de vida em outra atividade”.

Apesar de atualmente em Chapecó existir maior preocupação com o futuro da agricultura familiar, muitas dificuldades ainda persistem, as diferenças econômicas e sociais encontradas no espaço rural são visíveis e os problemas de ordem estrutural prevalecem. A situação econômica e o rendimento mensal por domicílio apresentado na

Figura 11 vêm a comprovar a heterogeneidade de realidades existentes das famílias entrevistadas no espaço rural do Município.

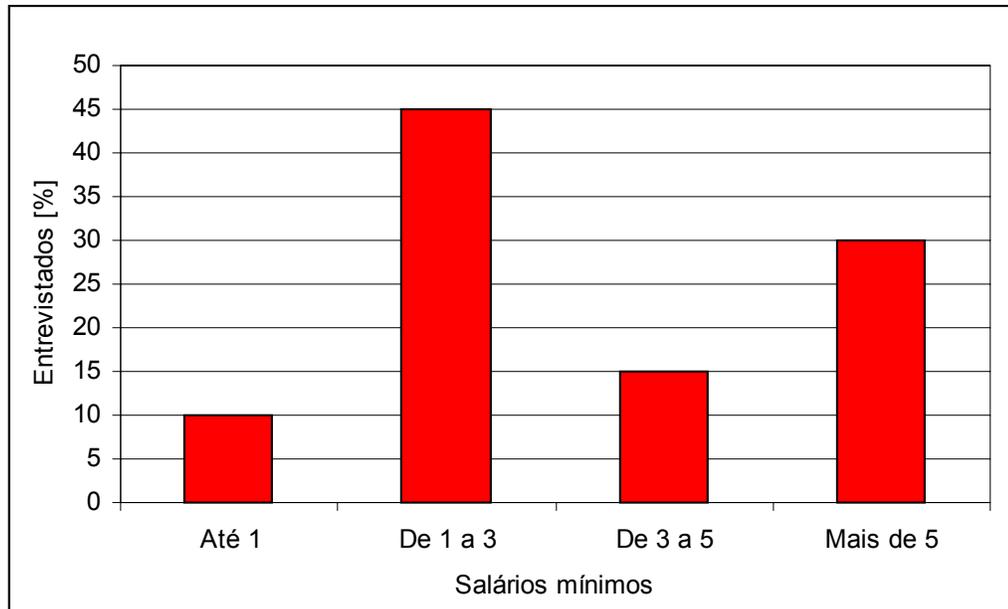


FIGURA 11 - Renda mensal dos estabelecimentos pesquisados.

Fonte: Trabalho de campo, agosto/2006.

Organizado por Janete W. Cancelier.

Obs: os valores representados na Figura são referentes à renda bruta.

Ao observar a Figura, verifica-se que a maior parte dos agricultores entrevistados (45%) possui uma renda mensal bruta de até três salários mínimos, no entanto existe uma grande diferença econômica entre os agricultores entrevistados.

Os agricultores com renda de até um salário mínimo ao mês são arrendatários e representam 10% do universo pesquisado, são famílias compostas por uma média de sete pessoas que fugiram da pobreza da área urbana. Estes vivem em uma situação precária, as residências são de madeira e não possuem instalações hidrosanitárias, somente praticam culturas temporárias como o feijão, milho e batata-doce utilizados para a subsistência da família. A pouca renda que entra no estabelecimento é proveniente dos programas de erradicação de trabalho infantil – PET - do Governo Federal, das roçadas e demais trabalhos realizados em estabelecimentos lindeiros. Neste segmento, os agricultores não vêem possibilidades de seus filhos continuarem na atividade agrícola.

Já os agricultores que recebem até três salários mínimos representam 45% dos pesquisados, são proprietários e as famílias são compostas por uma média de cinco pessoas. As residências são de madeira e mistas, todas apresentam instalações hidrosanitárias. Estes praticam culturas permanentes⁶⁵ e temporárias para o auto-consumo e para a comercialização. Em todas as unidades foram encontrados frangos, porcos e bovinos usados principalmente para a subsistência. Estes agricultores não contratam mão-de-obra, sendo o trabalho realizado exclusivamente pela família.

No entanto, nesta faixa de renda foram encontrados dois tipos de agricultores. O primeiro representado por 15% do grupo adquire a maior parte da renda em média dois salários mínimos ao mês de aposentadorias, a agricultura tem possibilitado uma renda média de até R\$ 150,00 ao mês. Esses agricultores não acessam financiamentos e não recebem assistência técnica, os investimentos realizados no estabelecimento se limitam a melhoria da residência.

A migração dos jovens com idade superior a 18 anos é expressiva, ficando apenas os filhos que ainda não conseguiram trabalho na área urbana. Quando há pouco trabalho na unidade agrícola, alguns membros realizam atividades para terceiros na área rural para complementar renda na unidade. A agricultura praticada tem por finalidade a subsistência da família e dos animais, e o excedente da produção, quando existe, é comercializado.

O segundo caso representa 30% do grupo. Neste, todas as rendas provem exclusivamente das atividades realizadas no estabelecimento agrícola, a produção é pensada e praticada para a comercialização. Os agricultores participam da Associação dos Produtores Feirantes de Chapecó (APROFEC), da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), da Cooper - familiar e da Cooperativa

⁶⁵ As árvores frutíferas e o reflorestamento com eucaliptos fazem parte das principais culturas permanentes praticadas. No espaço rural de Chapecó, as áreas de terra ingrimas não aproveitadas na agricultura são as mais utilizadas para o plantio de eucaliptos, o reflorestamento é uma segurança de renda futura. A partir do ano de 2000, o plantio de mudas exóticas vem aumentando devido a maior remuneração para a lenha e madeira, a atividade é cada vez mais atrativa, visto que, em quatro anos o agricultor começa a ter rentabilidade (Jornal Cooperalfa setembro 2005).

Alfa. Praticam diversas culturas e atividades para manter a unidade, entre as quais se destacam; a produção de verduras, legumes, milho, feijão, soja, frutas, mel, plantas ornamentais, peixes, frangos, suínos, bovinocultura de leite e a agroindustrialização artesanal de salames e doces.

Todos os agricultores entrevistados praticam de 4 a 5 destas atividades simultaneamente, sendo que a bovinocultura de leite está presente em todos os estabelecimentos. Esta atividade tem papel representativo, visto que, a venda do leite oferece entrada diária de renda. O leite também é utilizado para a produção de queijos, o qual por sua vez, tem grande procura nas feiras coloniais de Chapecó.

A maior parte da produção é comercializada nas feiras. Alguns produtos como a soja e o milho são comercializados na Cooperativa Alfa e o leite além de ser comercializado na feira também é comercializado na indústria de laticínios Tirol de Chapecó. Os agricultores levam à feira uma diversidade de produtos, desta forma não sabem dizer de qual cultura ou atividade recebem maior renda, a única certeza que possuem é que o espaço das feiras é essencial para a comercialização da produção. A prática da integração com agroindústrias convencionais, foi constatada em 22% dos estabelecimentos.

Por sua vez a assistência técnica está presente, sendo que os agricultores relatam receber assistência da Prefeitura, da Cooperativa Alfa e da Epagri. Segundo os mesmos, esta assistência é vital, pois através dela conseguem aproveitar ao máximo e de forma coerente todos os espaços do estabelecimento. Neste grupo, ainda é pequeno o número de agricultores que acessam o Pronaf, sendo encontrado apenas um caso.

Atualmente para acessar o Pronaf os agricultores também precisam fazer um croqui da propriedade demonstrando o que produz em cada área, o que tem levado muitos agricultores a desistir do financiamento. Contudo o fato de ter que deixar a terra como garantia ao banco ainda se apresenta como o principal obstáculo. A incerteza quanto às próximas safras não permite que os agricultores tenham garantias de renda suficiente para pagar os financiamentos.

Apesar de o Pronaf ter passado por mudanças e de suas linhas de crédito serem remodeladas procurando incluir um número maior de agricultores, a burocracia ainda é apontada como o principal obstáculo. Os agricultores que mais precisam dos financiamentos são os que menos acessam. Além disso, não basta somente ampliar as linhas de crédito sem investir também na qualificação do agricultor. As constantes mudanças na agricultura exigem que o agricultor se mantenha atualizado e integrado as novas tecnologias e tendências de cultivos. De que adianta o crédito se o agricultor não sabe como utiliza-lo de maneira que venha a proporcionar os retornos esperados e o progresso do estabelecimento.

No entanto, apesar dos entraves enfrentados, os agricultores vêm realizando investimentos nos estabelecimentos. Os investimentos feitos principalmente a partir de 1990, se destinaram a melhorar as residências, construir açudes, queijarias, estufas para a produção de verduras, legumes e a fruticultura. De modo geral, no futuro, se tiverem possibilidades, pretendem investir em plantas ornamentais, na fruticultura e na compra de mais terra.

As maiores dificuldades apresentadas se referem à carência de mão-de-obra, à falta de água, à burocracia existente para acessar os créditos e à falta de financiamentos específicos para os agricultores que produzem plantas ornamentais.

Todavia, 60% dos entrevistados declaram haver viabilidade de seus filhos continuarem na atividade, desde que tenha continuidade o espaço das feiras coloniais. Contudo, o baixo rendimento, a sobrecarga de trabalho, a falta de alternativas econômicas e o tamanho da unidade são apontados como problemas que podem vir a inviabilizar a permanência dos jovens no espaço rural. Atualmente a migração de membros da família para a área urbana já vem acontecendo, sendo que 14% dos jovens migram. Esta migração é incentivada pelos pais, motivada pelas incertezas quanto ao futuro da agricultura, dificuldades financeiras e pelo trabalho desgastante. Os filhos são incentivados a buscarem melhor qualificação visando uma garantia para o futuro.

De forma geral, percebe-se que no grupo da faixa salarial mensal de um a três salários mínimos existem duas realidades distintas em Chapecó. Uma em que a função

econômica da agricultura assume papel secundário para o estabelecimento e para a família servindo apenas para a subsistência e outra em que a função econômica da agricultura assume papel relevante para o desenvolvimento da unidade e da família.

O grupo com renda mensal de três a cinco salários mínimos é composto por 15% dos entrevistados. Todos são proprietários, as famílias são compostas por uma média de quatro pessoas e as residências são de alvenaria. A maior parte das rendas (80%) é obtida através das atividades agrícolas e o restante (20%) vêm das aposentadorias. Geralmente um membro da família já está aposentado, recebendo um salário mínimo ao mês. No entanto, segundo os agricultores apenas o salário da aposentadoria não é suficiente para a subsistência da família, sendo necessário a continuidade dos trabalhos na agricultura.

Este grupo possui forte integração com o mercado via feiras, as culturas mais praticadas são as de feijão, verduras, legumes, frutas e mel, comercializados semanalmente, assim como frangos, suínos, leite, produtos derivados da agroindústria familiar como queijos, salames, conservas e pães. O milho produzido é utilizado especificamente para a alimentação dos animais.

A assistência técnica recebida é precária, se resumindo a atividade da fruticultura e a avicultura. Há constante necessidade de contratação de mão-de-obra temporária nas épocas de maior trabalho, o que é compreensível pelo tamanho da família. A contratação de mão-de-obra permanente foi averiguada em 40% dos estabelecimentos, a qual é utilizada exclusivamente para o trabalho nos aviários. Segundo os agricultores a renda proveniente da venda de aves a agroindústria convencional é inferior⁶⁶ à renda adquirida nas feiras. No entanto, a entrada de renda pela venda das aves é garantida, já na agricultura as intempéries climáticas podem causar quedas na produção e conseqüentemente na entrada de rendas.

⁶⁶ Não estamos afirmando que de forma geral a renda proveniente da integração com as agroindústrias convencionais seja inferior a renda proveniente das atividades agrícolas. O que define maior renda é a escala da produção. Neste estudo, os agricultores que estão integrados às agroindústrias convencionais possuem pequena escala de produção, a atividade possui papel secundário dentro do estabelecimento, sendo realizada como mais uma atividade que vem a complementar a renda.

Os investimentos realizados a partir de 1990 se referem principalmente a construção de galpões, estufas, compra de trator, de gado de leite, adequação de unidades para a agroindustrialização de queijos, salames, conservas e para pasteurização do leite. A tendência de crescimento da produção e da comercialização faz com os investimentos realizados no estabelecimento sejam constantes, os agricultores estão sempre pensando em novas alternativas de renda, abandonando produções menos rentáveis e se adequando as mais rentáveis. Em relação aos financiamentos, todos 100% dos agricultores do grupo acessaram o Pronaf em 2006.

As receitas agrícolas são utilizadas para investimentos no estabelecimento, pagamento de bancos, o estudo dos filhos e a poupança, a qual tem por finalidade servir de reserva para uma possível eventualidade que venha a ocorrer.

Entretanto, os agricultores alegam que a péssima condição das estradas da área rural, o tamanho do estabelecimento, a falta de assistência técnica, de mão-de-obra, os baixos rendimentos, os impostos e as exigências para a agroindustrialização artesanal, são obstáculos que barram o crescimento das atividades.

A migração de jovens para a área urbana neste grupo também está presente, 20% dos jovens migram para estudar e acabam se envolvendo em outras profissões. Contudo, 80% dos entrevistados alegam haver possibilidades dos filhos continuarem na atividade. E entre os possíveis investimentos para o futuro estão a bovinocultura de leite e o agroturismo. A diversificação das atividades têm permitido ascensão econômica para estes agricultores.

Já os que possuem a faixa salarial de mais de cinco salários mínimos somam 30% da população entrevistada. As residências possuem boa infra-estrutura, as famílias são compostas atualmente por uma média de quatro pessoas. Em todos os estabelecimentos entrevistados já ocorreu a migração de três a quatro filhos para áreas urbanas.

A maior parte das rendas vem das aposentarias e das atividades não agrícolas. Em duas famílias entrevistadas os filhos homens que ainda residem no estabelecimento

realizam atividade complementar a agricultura, como motorista de ônibus e policial militar, o qual tem possibilitado uma entrada de renda média de até 3 salários ao mês, relações estas que caracterizam o grupo como pluriativo. A garantia de renda mensal é o principal motivo que tem levado os filhos a buscar atividades não agrícolas. As rendas das atividades agrícolas giram em torno de até 2 salários ao mês e as aposentadorias proporcionam um incremento em torno de 3 salários ao mês.

O trabalho nas atividades agrícolas é realizado pela família, ocorrendo a contratação de mão-de-obra temporária em determinados períodos do ano. Somente 25% dos entrevistados do grupo alegam receber assistência técnica fornecida pela Cooperativa Alfa, pela Cooper - familiar e pela Prefeitura. Já os financiamentos foram acessados por 50% dos entrevistados.

Nas unidades em que todos os filhos já migraram as culturas agrícolas são pouco expressivas. Havendo necessidade do aporte de investimentos para manutenção dos jovens no estabelecimento. Nestes espaços, evidência-se a multifuncionalidade de usos. As atividades desenvolvidas se referem mais especificamente a produção de pães, bolos, massas, salames, bacon, queijo e a piscicultura. A agregação de valor aos produtos derivados da agricultura familiar, está muito presente neste grupo. A viabilidade econômica é garantida pela comercialização dos produtos nas feiras coloniais. De acordo com os agricultores estas atividades têm proporcionado uma renda bruta de até 6 salários ao mês, o que consideram suficiente para manter o padrão de vida que possuem.

Os investimentos realizados a partir de 1990 se referem a construção de açudes, estufas para produção de verduras, legumes e a unidades para a agroindustrialização familiar. Atualmente as rendas são utilizadas para melhoria de infra-estrutura da residência, para a poupança e para investimentos no estabelecimento. Todos os entrevistados, alegam estar satisfeitos com as atividades exercidas, não havendo pretensão e nem necessidade de desenvolver outras atividades. Entretanto, 100% dos entrevistados não vêem possibilidades de seus filhos continuarem na atividade agrícola, o tamanho do estabelecimento, o trabalho árduo, e os rendimentos provenientes das atividades agrícolas são citados como os principais obstáculos. Além do mais, os jovens

deste grupo, não têm interesse em continuar futuramente trabalhando na atividade agrícola.

Constata-se que neste grupo vêm ocorrendo um processo contínuo de envelhecimento da população rural, poucos jovens prevalecem na área rural e a atividade agrícola vem perdendo importância socioeconômica para a família. As atividades agrícolas ainda praticadas são exercidas pelos mais idosos. Contudo, a falta de filhos que se interessem pela atividade agrícola coloca em risco a continuidade da mesma, o que nos leva a constatar que futuramente as unidades deixaram de ser um ambiente econômico.

Porém, o envelhecimento da população rural é uma constante em todas as áreas estudadas, sendo considerado um fenômeno social e também econômico. Quanto menos jovens permanecerem no espaço rural menores serão os investimentos públicos realizados no local, e se não houver crianças no espaço rural não tem necessidade de se construir escolas. Desta forma, a dinâmica econômica do espaço rural, está fortemente influenciada pelas atividades realizadas. E nas unidades em que prevalecem os idosos não há perspectivas de continuidade da produção, desta forma, estes espaços deixam de ser vistos como um ambiente econômico não atraindo investimentos.

No geral, constatou-se que o acesso a terra em 55% dos entrevistados ocorreu via compra, em 35% dos estabelecimentos se deu via herança e em 10% ocorre a prática do arrendamento. O processo de fragmentação ainda não ocorreu nos estabelecimentos adquiridos via compra.

Observou-se que 25% dos agricultores familiares entrevistados encontram-se em uma situação de extrema fragilidade social, desenvolvendo uma agricultura de subsistência. Tal fato está aliado às condições desfavoráveis em termos de assistência técnica, de integração ao mercado e a precariedade de investimentos públicos Municipais realizados nas áreas desvitalizadas.

Os agricultores que ganham até três salários ao mês apresentam indicadores econômicos que possibilitam alcançar o nível de reprodução social. No entanto, esta situação pode ser considerada instável, como já foi citado anteriormente o baixo rendimento, a sobrecarga de trabalho e a falta de alternativas econômicas apontados como problemas que podem vir a inviabilizar a unidade agrícola.

Já os com renda de 3 a 5 salários mínimos possuem uma situação socioeconômica estável, com considerável capacidade de realizar investimentos na expansão da atividade produtiva. São agricultores que vem crescendo financeiramente ao longo dos anos. Contudo, a capacidade de crescimento atingiu seu auge, estando atualmente limitada pelo tamanho do estabelecimento, já não há mais espaço para expandir a produção.

Igualmente pode-se constatar que entre os agricultores com renda superior a cinco salários a pluriatividade se manifesta intensamente. As rendas das atividades não agrícolas e das aposentadorias proporcionam uma condição socioeconômica favorável, desta forma a atividade agrícola fica em segundo plano.

Percebe-se que existe uma considerável correlação entre maior renda por unidade nos estabelecimentos em que os agricultores estão organizados em torno de associações. Os mais organizados conseguem maiores benefícios em relação ao mercado, a renda, a assistência técnica e aos créditos.

Verificou-se que o tamanho do estabelecimento influencia na dinâmica da agricultura familiar, contudo não é fator determinante. São as relações com o mercado que determinam a dinamização da agricultura familiar. Quanto mais integrado ao mercado o agricultor familiar estiver, melhor é seu aproveitamento econômico.

Pode-se alcançar rendas elevadas em pequenos espaços. O que é comprovado pelo depoimento do produtor de verduras M.R. Segundo o mesmo, a área da unidade agrícola possui apenas três hectares, *“por isso precisávamos implantar uma atividade que fosse lucrativa e não requeresse muito espaço, daí a idéia das verduras”*. O agricultor encontra-se totalmente integrado ao mercado e com a restrição de área

houve a necessidade de otimizar a produção. A produção de hortaliças é lucrativa para o agricultor. As hortaliças apresentam potencial para atingir um nível de reprodução ampliada, melhorando as condições de vida das famílias de agricultores. Em Chapecó a produção tem crescido anualmente chegando, em 2005, a um total de 34,5 toneladas⁶⁷.

Por sua vez, a atividade leiteira também apresenta potencial para expansão, contudo faz-se necessário que os agricultores se organizem em torno de associações para viabilizá-la. O processamento de alimentos via agroindústrias familiares apresenta grande potencial para a geração de renda. Porém são várias as exigências para o desenvolvimento da atividade que segundo Mior (2003), vão desde a questão fiscal, legislações ambiental e, principalmente, sanitárias, nas quais a pequena agroindústria familiar precisa se enquadrar.

Contudo, na parte Sul de Chapecó elementos estruturais e conjunturais atuam diretamente sobre a dinâmica econômica da agricultura familiar. A depressão econômica que a população local está vivendo e o conseqüente processo de instabilidade são condicionantes da inviabilidade econômica da atividade agrícola. As atividades eminentemente agrárias já não fornecem renda suficiente para manter as unidades.

A carência econômica da área tem levado órgãos públicos a trabalhar com os agricultores familiares no sentido de incentivar o desenvolvimento de atividades diferentes que proporcionem maior renda para o estabelecimento. Em decorrência, novas opções de mercado podem se “constituir numa alternativa para a inclusão dos agricultores familiares que sofreram ruptura nas suas formas tradicionais de inserção ao mercado” (MELLO, et al, 2003).

Desta forma, novas funções e potencialidades econômicas surgem para estes agricultores. O turismo rural, a fruticultura e a apicultura estão entre as atividades promissoras em termos de desenvolvimento socioeconômico. Evidentemente a implantação destas atividades, particularmente o turismo rural, exige investimentos em infra-estrutura básica nas propriedades, nas vias de acesso, na localidade e em seus

⁶⁷ Diário Catarinense. Produção de hortaliças garante bons negócios. Outubro de 2006.

entornos. O turismo rural não pode ser pensado para um único estabelecimento, como uma atividade isolada, deve ser pensado no contexto regional. Deve possibilitar acima de tudo, mudanças socioeconômicas que leva a qualidade de vida e o bem estar das populações rurais.

Dentro desta perspectiva considera-se que nos estabelecimentos localizados na parte Sul do Município não parece haver viabilidade econômica para o oferecimento da atividade de turismo rural. A área apresenta problemas estruturais, as vias de acesso estão mal conservadas, os serviços de telecomunicação são precários e as residências não apresentam infra-estrutura mínima para o recebimento de turistas. Para que a atividade venha a se tornar viável é necessário investimentos públicos para melhorar toda a infra-estrutura, a população tem que se sentir atraída pelo local para que o turismo venha a ocorrer. Atualmente os poucos serviços oferecidos são precários e se referem a exploração das belezas naturais.

A fruticultura por sua vez caracteriza-se como uma atividade promissora. A existência de uma agroindústria familiar de produção de doces a base de mamão, laranja e banana, no Distrito do Goio-En, vem a reforçar a importância da atividade. A agroindústria opera com baixa capacidade produtiva pela falta de matéria prima. Esta poderia ser suprida pela produção local. Os agricultores poderiam estar fornecendo frutas constantemente a agroindústria, melhorando desta forma sua condição econômica.

Quanto a apicultura, esta pode ser considerada uma atividade que exige conhecimentos específicos para sua implantação, necessitando que os agricultores realizem cursos de aperfeiçoamento. A atividade tem altos custos de implantação e processamento, não sendo viável à produção individual, pois, se cada agricultor for ter sua própria unidade de processamento, a atividade torna-se inviável. O ideal seria ter uma cooperativa de processamento, desta forma o agricultor seria responsável somente com a instalação das colméias e a colheita do mel. A Cooperativa se responsabilizaria pelo armazenamento, embalagem e comercialização dos produtos. Portanto, para a atividade ser considerada viável, existe a necessidade dos agricultores se organizarem em prol do interesse coletivo.

Desta forma, até mesmo os espaços considerados estagnados economicamente, como a área Sul do município, podem ser revitalizados a partir de políticas Municipais e ações de planejamento. Contudo, a atuação e abrangência das políticas públicas devem atingir de forma contínua todo o território municipal, respeitando a diversidade existente no espaço rural.

Novas atividades podem e devem ser incentivadas, no entanto, não basta induzir o agricultor a realizá-las, achando que somente com isso se resolverá todos os problemas da agricultura familiar. Estudos sobre a viabilidade econômica, os métodos de produção, os investimentos necessários, o mercado para absorver a produção são elementos essenciais a serem considerados. Além disso, nem todas as atividades consideradas viáveis de fato são. Geralmente se incentivam os agricultores a realizarem atividades que estão dando certo em outros lugares. É preciso também, nesse sentido, conhecer bem o lugar para depois realizá-las.

Por sua vez, os interesses econômicos prevalecem e o agricultor familiar é levado constantemente a adequar a unidade agrícola para atender novos nichos do mercado consumidor.

Diante de todos esses processos pode-se enfatizar que a lógica do capitalismo impõe mudanças nas formas produtivas e na organização do espaço. As atividades agrícolas tradicionais não conseguem mais manter o agricultor no campo. E em Chapecó novos rearranjos sócio-espaciais estão se constituindo no espaço rural, apontando para um rural não somente agrícola, mas marcado por novas relações e dinâmicas, onde a pluriatividade e a multifuncionalidade estão presentes e em constantes transformações.

Contudo, é importante compreender que as “novas” atividades desenvolvidas no espaço rural de Chapecó também atendem aos interesses do sistema capitalista. Este vai encontrando estratégias para ocupar o espaço, e o rural de Chapecó é uma fração do espaço rural mundial.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar apresenta diversas formas de organização econômica e social. O estudo permitiu colocar em evidência a diversidade de realidades encontradas no espaço rural de Chapecó. Pode-se enfatizar que novas formas de inserção sócio-econômicas para a agricultura familiar surgiram, principalmente a partir de 1990.

Verificou-se que os produtores familiares que superaram a crise dos anos de 1990, estão encontrando alternativas para manter o estabelecimento. Apesar da maioria das unidades agrícolas serem pequenas, em média 20 hectares, a diversificação da produção é prática existente em todas as unidades, tornando-se uma das características mais marcantes dos agricultores familiares a de produzir muito em pouco espaço de terra.

Os projetos que incentivam a produção familiar, assim como, as atividades implementadas, têm gerado maior dinamismo econômico aos estabelecimentos agrícolas. No entanto, estas ações são pensadas e executadas, para resolver os problemas em curto prazo, não prevendo estimativas de propostas que venham a viabilizar a agricultura familiar em longo prazo.

Atualmente, não existem alternativas prontas, construídas para a agricultura familiar, o que existe são estratégias que em curto prazo mantêm os produtores no espaço rural. Os agricultores procuram encontrar meios de sobreviver, de ficar no meio rural.

Além do mais, existe uma relação afetiva muito grande com o lugar, o modo de vida encontra-se marcado pelas relações com o espaço, à identidade social da população esta fortemente ligada pela cultura agrícola, pelo apego a terra, pela relação existente com o local em que nasceu e cresceu e as relações de vizinhança. Por outro

lado, a falta de estímulos e as dificuldades econômicas colocam em risco esta permanência.

Além disso, para viabilizar o estabelecimento os agricultores investem em várias atividades e posteriormente mantem o foco em atividades que oferecem maior retorno. Este fato comprova a multifuncionalidade e a pluriatividade do espaço rural de Chapecó, cujos agricultores realizam uma busca constante de alternativas para garantir a reprodução social das famílias. Dentro destas alternativas, também estão às atividades não agrícolas.

As atividades eminentemente agrícolas já não garantem renda suficiente. Como a cultura de grãos como o feijão e milho vêm ocupando papel secundário nos estabelecimentos, as freqüentes frustrações levaram os produtores a abandonar a atividade para escala comercial.

A integração convencional junto a agroindústrias não vem mais se apresentando como uma atividade viável para muitos agricultores. No universo de pesquisa 20% dos estabelecimentos realizam a atividade paralelamente as demais. A especialização da produção excluiu agricultores da atividade, ficando apenas os que possuem condições de adequar a unidade às exigências das empresas.

Os agricultores que estão submetidos ao processo de arrendamento, encontram-se em situação de extrema fragilidade econômica, apresentando desempenho socioeconômico abaixo da média necessária para garantir a sobrevivência da família. Nos estabelecimentos em que as aposentadorias são responsáveis pela complementação da renda, os agricultores vivem em situação mais favorável que os arrendatários. As atividades agrícolas praticadas garantem a complementação da alimentação.

Constatou-se que a migração para o perímetro urbano ocorreu em 50% das famílias entrevistadas. A sucessão familiar já preocupa os mais velhos visto que, permanecer no campo para os filhos dos agricultores é um desafio. O que leva a constatar que a agricultura familiar de Chapecó encontra-se num momento delicado. O

envelhecimento da população rural vem a demonstrar a necessidade de se discutirem saídas e alternativas econômicas.

Observou-se que as diferenças econômicas e sociais encontradas dentro do espaço rural do Município são expressivas, o que leva a constatação de que os programas implementados pelo Governo Municipal não estão atingindo de fato todos os espaços. Os programas são elaborados e pensados para espaços rurais dinamizados atingindo somente determinados grupos, inviabilizando os demais. O agricultor familiar que mais necessita de auxílio continua excluído e marginalizado.

Desta forma, na área rural de Chapecó, existem duas realidades distintas para a agricultura familiar, uma localizada a Norte e a Oeste em que a agricultura encontra-se em processo de vitalização e outra localizada a Sul, em que as áreas estão em processo de estagnação econômica.

Nas áreas em que a agricultura familiar encontra-se economicamente deprimida os programas destinados ao espaço rural são restritos, tratando especificamente da resolução de problemas sanitários. Os aspectos geográficos, como os relevos acidentados ocasionaram problemas ambientais, o excessivo uso da terra em áreas íngremes e de encostas promoveu um processo de lixiviação dos solos. Com o passar do tempo a produtividade vem diminuindo, a condição de localização dos estabelecimentos e a distância do mercado consumidor tornam as áreas ainda mais decadentes.

Nos espaços dinamizados a localização dos estabelecimentos, a proximidade do espaço urbano, das rodovias, o acesso ao mercado, a qualidade das terras, a disponibilidade da mão-de-obra tornam as áreas mais dinâmicas.

Contudo, em todos os espaços analisados, tem-se a necessidade de melhorar os serviços de infra-estrutura, o acesso ainda é o principal problema para o produtor escoar a produção, sendo que a falta de capacitação e de assistência técnica, ainda se apresenta como a maior dificuldade das políticas públicas.

Salienta-se que muitas áreas rurais vêm perdendo sua vitalidade econômica pela ineficiência dos agentes que mobilizam o território. Neste processo é vital compreender que o espaço global não é estático, impõe constantes mudanças, e o espaço rural como palco das manifestações globais, precisa se adaptar-se aos novos contextos. E a agricultura familiar, para sobreviver neste modelo econômico excludente precisa se reinventar constantemente, se adaptar aos rearranjos espaciais.

Neste sentido, percebe-se que no Sul do Município os agentes públicos territoriais estão praticamente ausentes. A população residente recebe poucos incentivos, vive abandonada, num espaço com imensas precariedades estruturais e econômicas.

Em Chapecó, tem-se um espaço que comporta produtores com diversas particularidades, não sendo possível estabelecer regras ou modelos prontos que possam beneficiar todos os agricultores. Contudo, é importante destacar que, se não há uma única solução para todos os agricultores familiares, há medidas que poderão apaziguar e trazer benefícios para a maioria. Além disso, os investimentos públicos são essenciais para a revitalização do espaço rural.

O fortalecimento da agricultura familiar deve estar aliado à tentativa de estimular o desenvolvimento regional, estabelecer metas que visem melhoria da qualidade de vida através da integração entre os espaços excluídos da dinâmica socioeconômica. A minimização da situação de pobreza pode ser alcançada através de ações de políticas públicas que incentivem de forma mais ativa a agricultura familiar.

Percebe-se que atualmente as políticas públicas destinadas ao espaço rural além de serem produtivistas são deficientes, não dão conta das novas dinâmicas. Em Chapecó nota-se claramente que os agricultores apresentam potencial para expandir a atividade de produção, no entanto, esta capacidade esbarra na falta de incentivo econômico e político. A expansão da agricultura familiar “na ordem capitalista pressupõe o acesso a terra; seja pela compra ou por outros processos sociais sujeitos à legitimação, tanto na ordem jurídica quanto cultural” (MOREIRA, 1998).

Finalmente, conclui-se que pensar numa agricultura familiar mais dinâmica significa antes de tudo, pensar em termos de elaboração de políticas públicas que venham a contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento do segmento familiar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Editora HUCITEC. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas, 1992, p 46.

_____. **O capital social dos territórios**: repensando o desenvolvimento rural. Economia Aplicada – volume 4, nº 2, abril/junho 2000.

_____. *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: Desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

ALBA, Rosa Salete. **Espaço Urbano**: os agentes da produção em Chapecó. Editora Argos, Chapecó, 2002.

ALVES, Mauricio. **A produção agrícola familiar e os agravantes sócio-ambientais no espaço rural**: o caso do município de São Ludgero. Florianópolis/SC, 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina.

ARAÚJO, Paulo F. Cidade de. MEYER, Richard L. **Política de crédito agrícola no Brasil**: objetivos e resultados. In: ARAÚJO, Paulo F., SCHUH, G. Edward. Desenvolvimento da agricultura: estudos de caso. São Paulo: Pioneira, 1975-1983.

ARBAGE, Alessandro Porporatti. **Fundamentos de economia rural**. Editora Argos. Chapecó, 2006.

AMOSC – **Histórico das emancipações dos municípios da Região da Amosc**. Disponível em: <http://www.amosc.org.br>. Acessado em: 10/09/2006.

ATLAS ESCOLAR DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento, Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1991.

Banco Central do Brasil - BACEN (Boletim Banco Central Do Brasil). **Anuário estatístico do crédito Rural**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br> Acessado em: 18/10/2006.

_____ **Linhas de Crédito**. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Disponível em <http://www.bcb.gov.br>. Acessado em: 20/10/2006.

BARRETO, Alberto G. O. Pereira et al. **O planejamento do município e o território rural**. Junho de 2004. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br>. Acessado em: 15/09/2006.

BELLANI, Eli Maria. **Madeiras, Balsas e Balseiros**. Universidade Federal de Santa Catarina. 1991. (Mestrado) História

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p. 84-91.

BERNARDY, Rógis Juarez. **Inventário de Bacias Hidrográficas e seus potenciais conflitos de usos**. Florianópolis. Engenharia Civil – UFSC 2005. 242p (Tese de Doutorado).

BUAINAIN, Antonio Márcio. **Trajatória recente da política agrícola brasileira**. Projeto utf/fao/036/bra, 1997. Disponível em: www.mda.gov.br. Acessado em 12/03/2005.

BRASIL: **uma visão geográfica nos anos 80**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Geografia – Rio de Janeiro: IBGE – 1988.

BRASIL, Presidência da Republica. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei Nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em 15/05/2006.

_____ **Decreto Nº 1946, de 28 de junho de 1996**. Dispõe sobre o PRONAF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acessado em 20/09/2006.

BRUMER, Anita. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar**: Comparação internacional I uma realidade multiforme. 2.ed. Campinas SP: Editora da UNICAMP. 1997. p 180 – 234.

_____Qual a vocação produtiva da agricultura familiar? Globalização, produção familiar e trabalho na agricultura gaúcha. In: **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas (Org) TEDESCO, João Carlos. 2 ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

_____Ministério do Desenvolvimento Agrário. **10 anos do Pronaf**. Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br>. Acessado em: 10/10/2006.

CABRAL, Luiz Otávio. **Espaço e ruralidade num contexto de desenvolvimento voltado à agricultura familiar**. Florianópolis. UFSC. Geografia (tese). 2004

CAMPOS, I. **Os colonos do Rio Uruguai**: relações entre a pequena produção e a agroindústria no Oeste Catarinense. (Dissertação) Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1987

CANCELIER, W. Janete. **Alternativas de reprodução para a agricultura familiar**: o caso dos produtores agroecológicos do município de Chapecó. 2005. (Monografia) Especialização em Geografia – Universidade Comunitária Regional de Chapecó. 2005.

CORRÊA, Roberto L. Corporação e organização espacial: um estudo de caso. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, IBGE, 53 (3): 33-66, jul./set. 1991.

CASTRO, Iná Elias. **Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar**. In: O Novo Mapa do Mundo. Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica. Editora HUCITEC. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. São Paulo, 1993.

CORREA, Walquiria K. Considerações sobre a Formação territorial e econômica de Santa Catarina. In: **Geosul**, Florianópolis, v.14, n. 27, p. 25-44, jan./jun. 1999.

CHAYANOV, A V. **La Organización de la unidad económica campesina**. Ed. Nueva Vision, 1974.

DELGADO, Guilherme. Expansão e Modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**. N. 15 (43), p.157-171. 2001.

_____. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.

DELGADO, Nelson Giordino. **Política econômica, ajuste externo e agricultura**. In: LEITE, Sérgio. (Org.). Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFGRS, 2001.

ECOVIDA. Rede de Agroecologia. Disponível em: www.ecovida.org.br. Acessado em: 10/15/2006.

ESPÍRITO SANTO, Evelise. **Agricultura no Estado de Santa Catarina**. Chapecó. Grifos, 1999.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: FAO/INCRA, 1994.

FERREIRA, Ângela D. D., ZANONI, Magda. Outra agricultura e a reconstrução da ruralidade. In: FERREIRA, Ângela D.D., BRANDENBURG, Alfio (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba. Editora da UFPR. 1998 p. 19.

GASQUES, José Garcia. **Gastos públicos na agricultura**. In: GASQUES, José Garcia. CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da. (Orgs.). Transformações da agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2001.

Governo do Estado de Santa Catarina. **Mapa interativo**. 2005. Disponível em: www.gov.sc.br. Acessado em: 08/05/2005.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre. Editora Universidade UFRGS, 1999.

GUADAGNIN, João Luiz. **Ministério informa sobre a DAP**. Secretaria da Agricultura Familiar e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA). Documento disponível em: <http://www.mda.gov.br>. Acessado em: 02/10/2006.

HASS, Mônica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense**: um estudo de poder local. 1945-1965. Universidade do Oeste de Santa Catarina. UNOESC. Campus de Chapecó. Chapecó: Grifos, 1997.

ICEPA. (Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina) **Perspectivas para a Agricultura Familiar: Horizonte 2010**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2004.b.

_____ **Migração rural e estrutura agrária no Oeste Catarinense**: Aspectos recentes. Florianópolis, 1998.

_____ **Santa Catarina características e potenciais**. Disponível em: www.icepa.com.br. Acessado em: 10/11/2004.

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Ministério do Desenvolvimento Agrário/Sade/Incrá. 1999. Disponível em: <http://www.incra.gov.br> Acessado em: 10/10/2006.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censos Agropecuários de Santa Catarina**. 1975, 1985, 1995/1996. Rio de Janeiro: IBGE,

_____ **Censos Demográficos**. Rio de Janeiro, 2000.

Informativo Rural da Secretaria de Desenvolvimento Rural, número 2. jun. de 2006.

KAGEYAMA, Ângela et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G.C.; GASQUES, J.C. e VILA VERDE. C.M. (Org.) **Agricultura e políticas públicas**. Brasília/DF: Série IPEA. 1990. p. 13.

KAYSER, B. **La renaissance rurale**. Sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. 3ª Edição, Editorial Ltda, SP, 1980.

Jornal Cooperalfa. **Piscicultura do Oeste em nova fase**. Ano XVIII – nº 208 – maio de 2006. Chapecó/SC.

_____ **Mudança de rumo**: indústria de sucos da aurora vai produzir lácteos. Ano XIX – nº 209 – Junho de 2006. Chapecó/SC.

_____ **Nova conduta para a piscicultura**. Ano XVII – agosto de 2005. Chapecó/SC.

_____ **O Reflorestamento**. Ano XVI – setembro de 2005. Chapecó/SC.

Jornal Diário Catarinense. **Produção de hortaliças garante bons negócios**. Outubro de 2006.

LAMARCHE, H. (cord). A agricultura familiar I: **uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. Agricultura familiar II: **do mito à realidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LISITA, Frederico Olivieri. **A importância da agropecuária familiar na economia nacional**. Disponível em: www.paginarural.com.br. Acessado em: 27/06/2006.

LUNARDI, Ricardo. Secretário da Agricultura do Município de Chapecó. Outubro de 2006 (Entrevista cedida a Janete W. Cancelier).

MARCHESAN, Jairo. **A questão ambiental na produção agrícola**: um estudo sócio-histórico-cultural do município de Concórdia – SC. Editora Unijuí. Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil, 2003.

MARCO, Bem Hur de. **O Oeste Catarinense**: Comentários sobre alguns indicadores socioeconômicos. Editora Argos, Chapecó, 2004.

MAGALHÃES, Reinaldo. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **10 anos do Pronaf**. Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br>. Acessado em: 10/10/2006.

MARTINS, José Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**, Petrópolis, Vozes, 1983.

MARX, Karl. **O Capital**: a crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MATTEI, Lauro. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: Balanço e perspectivas**. Texto para discussão no 05/2001. Florianópolis: UFSC, Mestrado em Economia Industrial, 2001.

_____**Impactos do Pronaf**: análise de indicadores. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de estudos agrários. 2005.

MELLO, Márcio Antonio et Al. **Educação Formal e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores**. XII Congresso da SOBER. Juiz de Fora, MG, 27 a 30 de julho de 2003.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Crédito Rural**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br>. Acessado em 12/09/2006.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Pronaf/SAF/MDA**. Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br>. Acessado em: 10/10/2006.

_____**Novo retrato da agricultura familiar no Brasil – O Brasil redescoberto**, Brasília, MDA, 2000.

_____**Dados da agricultura familiar, 2004 – 2005**. Disponível em: www.nead.org.br.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Editora Argos. Chapecó, 2005.

_____**Agricultores Familiares, Agroindústrias e Território**: A dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense. Florianópolis SC, 2003 (Tese de

doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) Universidade Federal de Santa Catarina.

MONTOYA, Marco A; GUILHOTO, Joaquim J. M. Mudança estrutural no agronegócio brasileiro e suas implicações na agricultura familiar. In: **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. (Org) TEDESCO, João Carlos. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. .

MOREIRA, R. J. Agricultura familiar e assentamentos rurais: competitividade, tecnologia e integração social. In: In: FERREIRA, Ângela D.D; BRANDENBURG, Alfio (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba. Editora da UFPR. 1998 p.171-195.

MUSSOI, Eros Marion. Agricultura Familiar: Reflexão a partir de novas perspectivas. In: **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento econômico**. (Org.) VIEIRA, Paulo Freire. Florianópolis. APED, 2002.

NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Boletins de 2006. Disponível em: <http://www.nead.org.br>.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Paradoxos da Tecnificação Agrícola no norte do Paraná. **Revista Formação** – Presidente Prudente N. 12 V.1 2005

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina**. Florianópolis. Editora da UFSC. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. 1991.

PERTILE, Noeli. **Marcas da integração na agricultura familiar de Quilombo-SC**. Florianópolis, Geografia – UFSC (Dissertação mestrado) 2001.

_____ **Oeste Catarinense**: Integração territorial a partir das redes das grandes empresas agroindustriais. Trabalho apresentado a disciplina Seminários de Tese. UFSC. Florianópolis, 2004.

PORTO, Victor H. Fonseca. Sistemas agrários: uma revisão conceitual e de métodos de identificação como estratégia para o delineamento de políticas públicas. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20. n. 1, p.97 – 121, jan./abr. 2003.

PORTAL DA SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR. Brasília. Diversos títulos. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf>. Acessado em: 10/8/2006.

PRONAF. Manual do crédito rural. **Plano de safra da agricultura familiar – 2004 – 2005**. Ministério do desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br>. Acessado em: 20/09/2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. **Banco de dados**, aspectos geográficos, econômicos, culturais e sociais do município de Chapecó. Chapecó 2004. Disponível em: www.chapeco-sc.gov.br. Acessado em: 18.12.2005.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **O Modelo Euro-Americano de Modernização Agrícola**. São Paulo. Annablume: FAPESP. 1998.

RUFFATO, Gilberto. Técnico em agropecuária. Funcionário da Secretária de Desenvolvimento Econômico e da Agricultura de Chapecó/SC. Junho de 2005 (Entrevista cedida a Janete W. Cancelier).

SDM-SC. **Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 1997.

SABBATO, Di Alberto. **O Público-Alvo do crédito rural do PRONAF**: estimativa a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995-1996. PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INCRA/FAO PROJETO UTF/BRA/051/BRA. 2000.

SANTOS, Alvorí Cristo dos. O crédito rural, instrumento efetivo do desenvolvimento a partir da apropriação pelo projeto da agricultura familiar. In: Projeto Terra Solidária. **Agricultura familiar e socioeconômica solidária**. Convênio TEM/SEFOR/CODEFAT 007/2000.

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo. Ed. HUCITEC, quarta edição 1997.

_____ **A natureza do espaço:** Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2004.

Secretaria de Estado e Agricultura Rural. **Levantamento Agropecuário Catarinense - LAC.** 2002/2003. Dados preliminares. Disponível em: <http://cepa.epagri.sc.gov.br/>. Acessado em: 12/10/2006.

Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do desenvolvimento agrário. **Conheça os grupos para enquadramento de crédito do Pronaf.** Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br>. Acessado em: 10/11/2006.

SILVA, D; HESPANHOL, R. Ap. M. Ruralidade nos territórios: o exemplo do Estado do Paraná. In: **Formação Geografia Agrária.** UNESP. n12 .v.1, 2005 p.89-104.

SILVESTRO, Milton L. NADAL, Raul de. (at al). **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável:** o caso do Oeste Catarinense. XXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER. Rio de Janeiro.30 de julho a 5 de agosto/2000.

SOUZA, Osmar Thomaz. **A quem pertence o espaço rural?** Mudanças na relação sociedade e natureza e a dimensão pública do espaço rural. Primeiro Encontro da Rede Nacional de Estudos Rural (UFF/RJ, Julho, 2006).

SHANIN, T. **“A definição de camponês:** conceituações e desconceituações; o velho e o novo numa discussão marxista”. Estudos CEBRAP, São Paulo, 26: p. 44-80. 1980.

SCHAPPO, Sirlândia. **Políticas públicas no meio rural:** o Pronaf e suas inter-relações com o fenômeno da migração na micro-região oeste de Santa Catarina. Florianópolis/SC, 2003. Dissertação (mestrado sociologia política) – Universidade Federal de Santa Catarina.

SCHMIDT, Wilson et al. Associativismo e Cooperativismo: o terceiro setor no desenvolvimento rural catarinense. In: **A pequena produção e o modelo catarinense**

de desenvolvimento econômico. (Org) VIEIRA, Paulo Freire, Florianópolis, APED. 2002.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

TEDESCO, João Carlos. Contratualização e racionalidade familiar. In: **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** (Org) TEDESCO, João Carlos.. 2 ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TESTA, V. M.; NADAL, R. De; MIOR, L. C.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N. **O Desenvolvimento Sustentável do Oeste Catarinense.** (proposta para discussão). Florianópolis: EPAGRI, 1996.

TESTA, V. M.; MELLO, M. A; FERRARI, D. L.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C. **A escolha da trajetória da produção de leite como estratégia de desenvolvimento do Oeste Catarinense.** Florianópolis: SAR, 2003.

THEIS, Ivo M. NODARI, Tânia M. dos Santos. **A agroindústria de aves e o desenvolvimento regional no meio oeste de Santa Catarina.** Cadernos de Economia. Campus Chapecó, ano 4, n.7, jul/dez. 2000.

VEIGA, José Eli da. **O Brasil ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento.** Estudos Avançados 15 (43), 2001.

_____. **Nascimento de outra ruralidade.** Disponível em: <http://www.scielo.br>. vol.20 número.57 São Paulo May/Aug. 2006.

VERGAPOULOS, Kostas. Capitalismo Disforme (O caso da agricultura no capitalismo). In: AMIN, S. & VERGAPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo.** Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

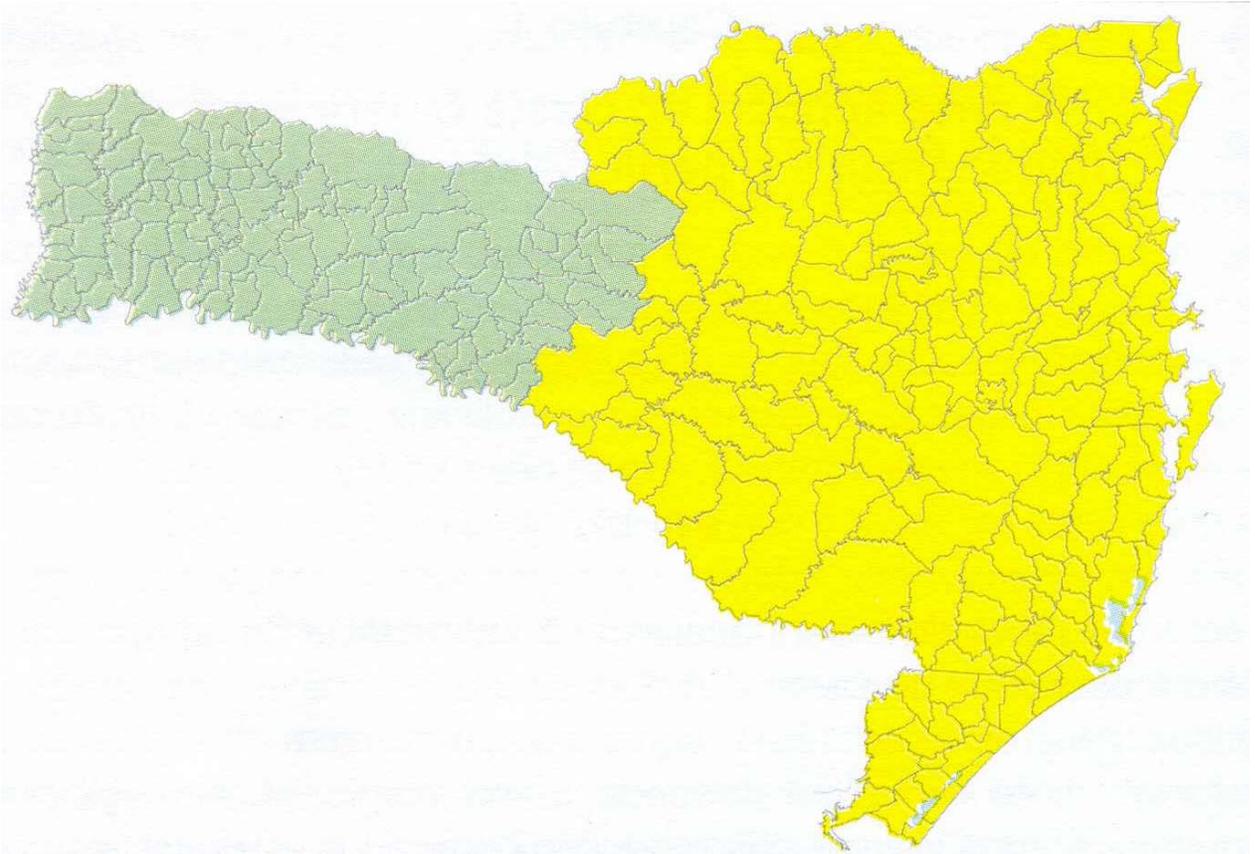
VIEIRA, Paulo Freire. Repensando o desenvolvimento catarinense. In: **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento.**(Org.) VIEIRA, Paulo Freire. Florianópolis: APED, 2002.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

ANEXO 1

**FIGURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, DESTACANDO A REGIÃO OESTE
CATARINENSE**

Figura do Estado de Santa Catarina, destacando a região Oeste Catarinense.



Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina.

ANEXO 2

ROTEIRO DE ENTREVISTAS REALIZADO COM AGRICULTORES FAMILIARES

Entrevista com Agricultores Familiares

Número entrevista: _____

Data: ____ / ____ / ____

1. Identificação: _____

2. Localidade em que se encontra o estabelecimento: _____

3. Quantas famílias vivem no estabelecimento: _____

3.1. Número de pessoas no estabelecimento: _____

4. Membros da família residentes segundo idade e escolaridade.

Nome	Idade	Escolaridade

4.1. Atividades realizadas na unidade agrícola pelos menores de 14 anos:

4.2. Lugar de origem da família:

4.3. Tipo de casa: () alvenaria () madeira () mista

() possui instalação sanitária () luz elétrica

() televisão () geladeira

() fogão a gás () freezer

() telefone () automóvel

() moto

5. Algum membro da família já migrou para a área urbana:

() sim () não () quantidade

6. tamanho do estabelecimento: _____

6.1. Condição do declarante:

() proprietário () parceiro () arrendatário () outros

6.2. Forma de obtenção da terra () compra () posse () herança () não é proprietário

6.3. A propriedade possui solo fértil: () sim () não

6.4. Maiores dificuldades existentes no estabelecimento:

7. A quanto tempo possui a propriedade: _____

8. Principais culturas temporárias praticadas:

Cultivos	Finalidade	
	Subsistência	Mercado
milho		
feijão		
verduras		
legumes		
pastagens		
soja		
mandioca		

8.1. Comercializa plantas ornamentais: () sim, onde () não

9. Principais culturas permanentes praticadas:

Cultivos	Finalidade	
	Subsistência	Mercado
uva		
pêssego		
eucalipto		
erva-mate		
amora		
cana-de-açúcar		
laranjas		
bergamotas		

10. Associa atividades da agricultura com a pecuária: () sim () não

10.1. Possui integração com alguma agroindústria convencional:

() sim () não

11. Principais criações segundo finalidade:

Criações	Finalidade	
	Subsistência	Mercado

Gado leiteiro		
Gado de corte		
Suínos		
Aves		
Apicultura		
Piscicultura		
Ovinos		
Outros		

12. Beneficia algum produto na propriedade:

Produtos	Finalidade			
	Subsistência	Mercado		
		Padaria	Supermercado	Feira
Pães				
Bolos				
Queijos				
Doces				
Geléias				
Licor				
Outros				

13. Pertence a alguma associação/ cooperativa: (..)sim () não

13.1. Nome da associação/cooperativa: _____

14. Ocupação dos membros da família:

- () agrícola () serviços domésticos () desempregado
 () indústria () comércio () construção civil
 () serviço público () artesanato () aposentado.

15. Número de pessoas da família que trabalham na propriedade: _____

16. Contrata mão-de-obra assalariada: () sim () não

16.1. A mão-de-obra contratada é: () permanente () temporária

16.2. Em caso de ser temporária para qual atividade: _____

17. Recebe assistência técnica: () sim () não

17.1. Órgão responsável pela assistência:

- () prefeitura () Epagri () Cooper alfa () Apaco () Cooper familiar () outros

18. Possui financiamentos atualmente: () sim () não

18.1. Fonte do financiamento: () Pronaf () Proagro () outros

18.2. como considera que estão as linhas de financiamento para a agricultura familiar:

- () ótimo () bom () ruim () péssimo

19. Realizou algum investimento no estabelecimento a partir de 1990: ()sim ()não

19.1. Em caso afirmativo qual investimento: _____

20. Algum membro da família realiza atividade complementar a agricultura:

20.1. em caso afirmativo qual atividade: _____

20.2. motivos que levaram a buscar atividades fora da agricultura:

()motivos financeiros ()garantia de renda

()penosidade trabalho agrícola ()outros.

21. Origem da entrada de recursos em salários mínimos por mês (o salário mínimo equivalia a R\$350,00 no período em que foi realizada a pesquisa de campo)

Atividade agrícola: R\$

Rendas não agrícola: R\$

Aposentadorias: R\$

Trabalhos temporários: R\$

Outras entradas (aluguéis, trabalho a terceiros): R\$

21.1. Renda mensal da família: ()até 1 salário ()1 a 3 salários

()3 a 5 salários ()mais de 5 salários

21.2. Principal fonte de renda da família:

22. Destino das receitas agrícolas

()subsistência

()investimentos na propriedade

()despesas alimentação, medicamentos, luz, telefone

()pagamento bancos

()estudo filhos

()poupança

()não sabe

22.1. o que ganha é suficiente para atender as necessidades da família: ()sim ()não

23. Principal ponto de comercializa da produção:

()feiras ()mercado ()propriedade

()prefeitura – programa venda direta ()outros

24. Enfrenta alguma dificuldade para comercializar a produção: ()sim ()não

24.1 em caso afirmativo qual dificuldade: _____

25. Maiores problemas enfrentados pela agricultura:

-)baixos rendimentos
-)falta de apoio do governo
-)dificuldade para vender a produção
-) tamanho do estabelecimento

26. Seus filhos têm possibilidade de continuarem trabalhando na propriedade:

-)sim)não

26.1. Se tivesse condições financeiras gostaria de desenvolver outra atividade na propriedade:)sim)não

26.2. Em caso afirmativo qual atividade:

-)agroturismo
-)fruticultura
-)piscicultura
-)apicultura
-)agroindústria familiar
-)agroecologia
-)bovinocultura de leite
-)ovinocultura
-)outras